



Erikson Walla

Retratos no **HORIZONTE**

A criação do município de Novo Horizonte
e a febre emancipacionista na Bahia



Erikson Walla

Retratos no
HORIZONTE

Erikson Walla

Retratos no
HORIZONTE

A criação do município de Novo Horizonte
e a febre emancipacionista na Bahia

© Erikson Walla, 2021.

**CAPA, PROJETO GRÁFICO
E DIAGRAMAÇÃO**
Fernando PJ

1ª edição, Salvador, 2021.

*Nesta edição respeitou-se o novo
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.*

Todos os direitos desta edição
reservados ao autor.

E-MAIL: eriksonnh@hotmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Walla, Erikson

Retraços no horizonte : a criação do município de
Novo Horizonte e a febre emancipacionista na Bahia /
Erikson Walla. -- 1. ed. -- Salvador, BA : Erikson
Walla, 2021.

ISBN: 978-65-00-19512-5

1. Emancipação 2. História do Brasil 3. Novo
Horizonte (BA) - História I. Título.

21-60154

CDD-981

Índices para catálogo sistemático:

1. História do Brasil 981

Aline Grazielle Benitez
Bibliotecária - CRB-1/3129



Aos meus avós, padrinhos
e pais de consideração
Maria Madalena (em memória)
e Enedino de Souza



O projeto tem apoio financeiro do Estado da Bahia, por meio da Secretaria de Cultura e da Fundação Pedro Calmon (Programa Aldir Blanc Bahia) via Lei Aldir Blanc, direcionada pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo, do Governo Federal.

Apoio Financeiro:



SECRETARIA
DE CULTURA

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



O horizonte é um traço,
uma linha que separa espaços.
Quando um município surge,
modifica-se o traço.
Retraça-se. Constrói-se
um horizonte novo, outro.
Horizontes retraçados são, pois,
a expressão da liberdade.

sumário

PRIMEIRAS PALAVRAS 11

PREFÁCIO 15

APRESENTAÇÃO 17

CAPÍTULO

PRIMEIRO

MEDO DO ALTO 23

PIONEIRA 26

REBATISMO 29

PALHA E AVIÃO 32

TEMPLO E LIVROS 36

DESEJO DE ROMPIMENTO 40

TENSÃO POLÍTICA 44

PROMESSA DESFEITA 47

ESCOLA, DISTRITO E CARTÓRIO 54

O REQUERIMENTO 56

POESIA DE LIBERDADE 61

CAPÍTULO

SEGUNDO

ALIADO DE PESO 64

VIAGENS 66

PROBLEMA DE LIMITE 70

CORRIDA, DIVISÃO E ESTRATÉGIA 72

VAIAS E OVOS 78

A VOZ QUE FALTAVA 83

REFORÇO 88

SUSTO NOVO 91

RETA FINAL 93

CAPÍTULO
TERCEIRO

- O DISCO VIROU 99
- TRAÇOS E RETRAÇOS 104
- INCONSTITUCIONALIDADES 107
- PAI DA 'FEBRE' 110
- PERDAS E GANHOS 111
- FREIO E IRONIA 115

CAPÍTULO
ÚLTIMO

- FOGUETÓRIO: SUSTO E PIRRAÇA 121
- NASCIMENTO E OFICIALIZAÇÃO 125
- DESENHO DE ELEIÇÃO 128
- RESULTADO AMARGO 131
- PRIMEIRO MANDATO 135
- CORTE E CONTA 138
- RECONCILIAÇÃO 139
- REDEÇÃO 141
- PEDRA E BRILHO 142
- BRILHO PARA CARLENE 146

RETRATOS 150

PRIMEIRAS PALAVRAS

Escrevi o que me mostraram.

As dezenas de entrevistas que fiz, os incontáveis documentos que consultei, as interpretações possíveis de tudo que estive diante dos meus olhos. Fotografias, livros, contratos, leis, números, cartas, cartazes, semblantes de quem viu aquilo que não vi, mas decidi contar. Começar assim pode até acalantar minhas inseguranças, mas o desejo é que revele, apenas, o lugar de quem pesquisou e escreveu este trabalho: distante, ainda que perto.

Sou nascido em Novo Horizonte, o município que me serviu para dar nome e humanidade ao processo de emancipação político-administrativa de localidades no Brasil, o tema aqui tratado. Por isso mesmo, este livro não esconde que é também uma homenagem ao amado lugar onde passei muitos anos da minha vida. O povo de Novo Horizonte merece ter registrada a sua [nossa] história, para que seja, assim, vacinado contra as intenções de quem tem interesses em desenhar outro passado.

Na busca por essa história, estive diante de acontecimentos incríveis, emocionantes, de luta, de união, de perseverança, que confirmam a necessidade do registro. Porém, no caminho também apareceram os outros lados, aqueles com grande potencial de desagradar, principalmente, a quem estive envolvido. Eles não foram, evidentemente, omitidos. Sinto uma obrigação de adiantar isso para não frustrar quem espera um relato elogiativo e seletivo, algo que talvez seja mesmo comum às homenagens.

A ponderação serve para os meus conterrâneos e para os que questionam a possibilidade de se realizar um estudo sobre uma realidade com a qual temos algum vínculo. Pesquisar sobre Novo Horizonte não compromete o projeto, muito pelo contrário, apenas o enriquece, por diversos motivos. Entre eles, a maior facilidade de acesso às fontes e o prazer do pesquisador em poder desenvolver e entregar um trabalho que tem, ao que tudo indica, algum impacto social.

Não sei dizer com precisão quando surgiu o meu interesse por histórias de criação de municípios, mas ele vem desde a infância. Lá, eu ouvia atento e encantado as narrativas de quem tinha acabado de viver o processo de emancipação de Novo Horizonte, antes pertencente ao vizinho Ibitiara. Sou contemporâneo do meu jovem município, e cresci junto com o seu crescimento, vendo as transformações por qual passava, nos seus primeiros anos.

“Como nasce uma cidade?” foi uma pergunta que inquietou aquela criança que não se contentava com incompletas respostas, diante da nova realidade que se apresentava. Destaco a importância da minha escola no despertar para essa pesquisa. No Colégio Estadual Castro Alves, especialmente na gestão da diretora Vilma Almeida, havia uma pulsante vida cultural, com uma elogiável valorização da cultura e história locais. Certamente, foi em alguma gincana escolar que primeiro ouvi alguém falar sobre emancipação.

Saí de Novo Horizonte aos 18 anos, movido pelo sonho de ingressar no ensino superior. Em Salvador, a capital da Bahia, resolvi levar a minha pesquisa para a universidade, na tentativa de dar a ela um caráter mais acadêmico. Lá, não consegui desenvolver o livro como desejava, mas recebi imensas contribuições e, por isso, devo agradecimentos às professoras Mônica Celestino e Bárbara Souza. Com Bárbara, principalmente, busquei dar um tom mais jornalístico ao trabalho, ao utilizar o material de uma grande-reportagem que elaborei sobre o tema, sob orientação dela, no projeto final da graduação.

Devo agradecer a tantas outras pessoas que ajudaram no processo de realização deste trabalho. Tanta gente, em tantos momentos. Quem lida com pesquisa sabe como é ter que movimentar toda uma estrutura para conseguir a informação. Às vezes, para ter um único número ou checar uma data, eu recorria a inúmeras pessoas. Isso me coloca em uma situação delicada, pois sinto que todos merecem reconhecimento. Contudo, é impossível nomear toda essa muita gente, que, apesar disso, terá sempre o meu abraço e a minha gratidão.

Alguns nomes eu tenho obrigação de dizer, como os de Aju-ricaba Carvalho e Laércio Fernandes, lideranças do processo de emancipação, a quem devo especial agradecimento, pela inesgotável disponibilidade em contar e recontar, tirar dúvidas, explicar, e também pelo precioso incentivo que sempre deram. A cada encontro, a pergunta que mais ouvia deles era: “E o livro?”.

Agradeço também os meus familiares, por acreditarem comigo no projeto e pelo auxílio na coleta dos dados, principalmente meus pais, Sueli e Francisco, e o meu querido avô Enedino, uma enciclopédia viva, minha influência nesse gosto por contar histórias. Gratidão ainda à amiga jornalista Nara Maria, que leu o trabalho antes de todo mundo e me deu fundamental contribuição na correção final; às amigas Andréa Mota e Ione Barbosa, pelo incentivo e busca por apoios ao projeto; à direção do Sindicato dos Servidores da Fazenda do Estado da Bahia, o Sindsefaz, pela colaboração; e a todos os entrevistados.

Grato também às pessoas que abriram generosamente seus arquivos e disponibilizaram fotos e documentos, como minha amiga Cíntia Cavalcante e sua família; minha amiga Ângela Guimarães e família; Hermes Santos e família; a família de Antônio Dias do Carmo; Ednilton Guimarães e família; Celeste Fernandes e família; Floriano Santos e família; o ex-prefeito Lulu e sua esposa Marizete; e os funcionários do Colégio Estadual Castro Alves, da Câmara e da Prefeitura Municipal.

Um agradecimento também especial faço à Fundação Pedro Calmon, responsável pelo prêmio de mesmo nome, que selecionou esta pesquisa na edição 2020, na categoria Memória. O valor do prêmio foi utilizado integralmente para o desenvolvimento do projeto e para os esforços que visam garantir o maior acesso possível da população a este trabalho. Sem dúvidas, uma fundamental contribuição para o desafio de conseguir ser lido.

Saibam: não é fácil a entrega de um trabalho como este que, agora, apresento. Desestímulos, cansaços, altos custos, inseguranças, incertezas, dúvidas tantas existiram nesses anos em que

me dediquei a pesquisar a história do município de Novo Horizonte e, a partir dela, o fenômeno das emancipações político-administrativas de localidades. No entanto, são essas dificuldades que tornam tudo cheio de sentido, agora. Sinto que valeu muito a pena. E mais valerá se, depois de conseguir ser lido, as pessoas puderem encontrar no livro aquilo que me propus a oferecer.

Essas histórias nos ensinam muitas lições, e eu espero que elas sejam encontradas, ao longo da leitura. Para mim, o maior ensinamento que fica é que a História é agora, somos nós que a construímos no cotidiano, e não sabemos qual dos nossos atos poderá ser julgado pelo futuro. Que essas lições possam representar, portanto, um incentivo ao cuidado com o presente, ao carinho com o passado e o futuro e à busca permanente pelas causas justas.

Desejo ainda que, ao ser capaz de nos provocar reflexões, este trabalho também possa induzir o povo a ir à procura das correções das injustiças históricas que encontrei na pesquisa. Elas são muitas e precisam de reparação. Memória é coisa séria. Ou, como cantaram 'Os Beatles', na música 'Yesterday': "I believe in yesterday" (Eu acredito no passado, em uma tradução livre).

Uma vez que dou asas a este livro, ele deixa de ser meu. Ele passa a ser nosso, do mundo, de quem o abraçar.

Façam todos uma excelente leitura.

Erikson Walla

o autor

PREFÁCIO

Foi com muita honra e alegria que recebi o convite para fazer parte do prefácio deste livro do escritor, jornalista e advogado Erikson Walla. Filho de Suely e Francisco Nascimento, ele nasceu em Novo Horizonte, nossa cidade que ele tanto ama, e estudou no nosso Colégio Estadual Castro Alves, onde começou a se interessar por leitura e escrita. Desde adolescente, já era responsável por um jornalzinho da escola que recebia a contribuição de outros estudantes. Após essa experiência, foi convidado a escrever regularmente no jornal A Comarca, que circulava na Chapada Diamantina.

No periódico, ganhou uma coluna de crônicas e escrevia, principalmente, sobre o cotidiano da região. Desde essa época, quando tive acesso à sua primeira crônica, pude perceber o interesse que ele nutria pela história de nosso povo e me encantava tanto com a leitura que tinha a impressão que ele brincava com as palavras, nos fazendo ter vontade de ir além. Confesso que ficava até triste quando chegava ao fim, pois a vontade era sempre de continuar lendo. Estava claro seu dom e também o amor por nossa cidade, motivo que me fez incentivá-lo a colocar isso em obra, mostrando seu talento e permitindo a divulgação para um maior número de pessoas.

No Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o jovem obteve a nota máxima na prova de redação, recebendo uma bolsa de estudos pelo excelente desempenho. Aos dezoito anos, mudou-se para Salvador, ingressou no ensino superior, cursando primeiramente Jornalismo, depois Direito. Atuou com produção de TV, assessoria de imprensa e comunicação política; no âmbito jurídico, tem pesquisas em História do Direito e experiência de docência em Direito Agrário.

Hoje, temos a honra de ver esse exemplar pronto. “Retraços no Horizonte” é uma história com a cara e a alma de nosso povo, de narrativa agradável e que nos conduz a um cenário sempre emoldurado pela realidade. Um presente a todos que desejam

saber um pouco mais sobre a história dos fatos acontecidos desde a fundação até a emancipação política de nossa cidade, sendo incalculável o quanto ganhamos com todas essas formas de, antes de mais nada, homenageá-la. Seu trabalho valoriza pontos objetivos e cronológicos que fizeram parte dessa formação e, com isso, permite que o autor dê uma grande contribuição tanto aos novorizontenses, que carecem de ter sua memória preservada, como a todos que se interessam pela formação e construção das pequenas cidades.

Da mesma forma que fazia com as antigas crônicas, Erikson trata da história de uma cidade, mas também vai além, nos fazendo refletir tal qual um dia elas nos fizeram. Desta forma, ele agrega enorme valor literário ao texto que agora apresenta. Augusto Cury, médico, escritor e psicoterapeuta, que parafraseio, diz que um ser humano sem história é como um livro sem letras. Erikson hoje dá letras para Novo Horizonte e sua história, e, com isso, avança um passo na conquista de muito mais que letras.

Meus agradecimentos ao nobre e querido escritor pelo convite e por nos oferecer essa obra que tanto contribui para a identidade e fortalecimento do nosso povo.

Laércio Fernandes

professor, servidor público estadual
aposentado e uma das lideranças
do processo de emancipação
de Novo Horizonte.

APRESENTAÇÃO

A história da criação do município de Novo Horizonte (1989) possui muitas particularidades, mas ela pode ser usada para ilustrar o processo brasileiro de emancipação porque existe algo em comum que conecta as nossas localidades: o inegociável desejo por independência. A busca por liberdade político-administrativa aparenta ser uma regra, comum a todos os povos que estão em algum nível de subordinação. Apresenta-se, às vezes, como uma questão existencial: um direito de poder decidir, o próprio grupo, sobre o seu destino. O desejo pode até adormecer, em algum momento, mas desperta a qualquer nova possibilidade que surge no horizonte.

Entre as oportunidades possíveis de conquista da independência, estão os encerramentos/inícios de ciclos políticos. A pesquisa que deu origem a este trabalho revelou que o processo de autorização da emancipação de municípios tem mudado muito, ao longo do tempo, a partir, principalmente, das oscilações do sistema político. A lógica percebida tem sido a seguinte: em governos com perfis mais democráticos, em que se verifica esforços de descentralização do poder, há uma tendência de abertura para novas emancipações; nos governos mais autoritários, busca-se concentrar o poder, o que gera menos repartição territorial e de poder.

Novo Horizonte tentou a independência do município de Ibitiara em alguns momentos, mas só viu a empacada demanda caminhar em 1985, justamente o ano que marca o fim da ditadura civil-militar no país (1964-1985). Neste período de abertura democrática, o Projeto de Lei 6280/85 chegou à Assembleia Legislativa do Estado (AL-BA) e encontrou um cenário propício para que a Casa finalmente autorizasse a realização do plebiscito, para que o povo pudesse decidir pela separação do então distrito. A tramitação da proposta flertou com algumas ilegalidades, como muitas outras e como logo saberão, porém, nem por isso o processo esteve livre das agruras.

Depois de provar dos dissabores das disputas políticas na Assembleia, a população de Novo Horizonte conseguiu, três anos após protocolar a proposta, avançar para a fase da consulta popular, a parte mais delicada. Era preciso mais do que convencer o povo: o principal desafio era driblar e vencer as velhas e sólidas oligarquias locais, que se colocaram imediatamente contra a divisão. Quando o distrito começou a ensaiar a campanha do ‘Sim’, a sede de Ibitiara lançou, em tom ameaçador, a campanha do ‘Não’: “Ibitiara ninguém divide”. Foi nesse clima que se desenvolveu o plebiscito de Novo Horizonte.

Conflitos, sonhos, trabalho duro e comunicação eficiente foram algumas das marcas da fase de consulta popular que resultou na vitória de Novo Horizonte, em 1989. Hoje, quem não viveu o período se pergunta como foi possível um grupo de informados jovens sertanejos contrariar as autoritárias vontades do poder local e liderar um movimento que garantiu a um povo a possibilidade de assumir as rédeas da política e fazer a sua própria administração pública. Essa é uma das respostas que este trabalho pretende dar.

‘Retraços no horizonte’ é um relato de como Novo Horizonte e dezenas de outras comunidades da Bahia conseguiram a autonomia político-administrativa, a partir da década de 1980, tumultuado período da nossa República e que é marcado pela promulgação da Constituição de 1988. O estado começou a década com 336 municípios e, no início dos anos de 1990, já tinha 415. Foram mais de 79 distritos emancipados em uma década. Nos anos de 1970, de ditadura, nenhum município foi criado no Brasil.

Este livro é sobre a emancipação de municípios e a febre emancipacionista da Bahia, mas também sobre as contradições e potencialidades das estruturas social, política e cultural dos rincões do país, que parecem não constar nos registros oficiais. É também sobre magia, resistência, persistência, união, espírito comunitário e criatividade, que caracterizam a história pré-emancipação de Novo Horizonte. É um registro de biografias de figuras

complexas, como Zé Salão e Dona, casal que primeiro acreditou no desenvolvimento do vilarejo, cuja população podia ser contada nos dedos, ao contrário das carências.

As histórias, quando conhecidas, poderão, quem sabe, humanizar as reflexões e discussões sobre os processos de emancipação no país, que, até a publicação deste trabalho, estavam interrompidos. É fundamental conhecer as entranhas e os impactos da autonomia político-administrativa na vida prática, na lida cotidiana das pessoas, para que seja retomada a possibilidade de emancipação, que está garantida na Constituição. Se os critérios precisam ser mais rígidos, que sejam redefinidos. O discurso sobre os impactos orçamentários de uma emancipação para os cofres públicos é justo, mas parece sustentar, confortavelmente, a morosidade legislativa. Não se deve ignorar que a omissão afronta, há anos e sem pudor, um direito constitucional.

Nesta dicotomia entre economia versus descentralização do poder, poderão fazer os leitores o próprio julgamento, a partir desta narrativa sobre como o povo de Novo Horizonte retraçou as linhas cartográficas que lhe ligam ao município de Ibitiara.

CAPÍTULO
Primeiro

MEDO DO ALTO

Entre aquelas serras altas e assimétricas, uma planície. Um chão só que se fazia majestoso porque era retilíneo. Por essas bandas, qualquer pedaço de terra plana, mínimo que fosse, tinha um grande potencial para ocupação. Isso porque a geografia da Chapada Diamantina, esculpida no centro-sul da Bahia, é composta por um sobe e desce de curvas, por altos e baixos, e o homem tem medo de altura. Prefere a segurança da linha reta à imprecisão de equilíbrio do que está na diagonal. Por muito tempo a sós, os montes dali, quando passavam a ser rodeados por alguns poucos e dispersos ocupantes, transformavam-se em fortaleza, servindo, portanto, para proteger e delimitar o início, o meio e o fim de uma organização social que se desenhava. O homem tem medo do homem.

Por cima ou por baixo, qualquer ângulo que fosse, tudo era bonito de se olhar. A imensidão fascinava, ainda mais no tempo de chuva, quando o tom cinza dava lugar ao verde e as serras ganhavam alguns pontos coloridos, como se fossem enfeites. As cores vinham dos ipês roxo e amarelo e do amarelo do pé de São João, espalhados pelos matos, que floriam religiosamente. Havia muita beleza também no ouvir: silêncios, ventos e cantos. Como eram doces as músicas dos pássaros quando ecoavam naqueles paredões! Todo tipo de canto, todo tipo de pássaro. Aliás, todo tipo de bicho se via ali, dos minúsculos aos mais perigosos. Até a famosa onça já foi encontrada, uma espécie sem pintas, conhecida como onça parda. Uma diversidade típica da caatinga, único bioma exclusivamente brasileiro.

Os sinuosos montes foram, ainda, e para todos, reduto ideal para quem andava a esmo, armava arapucas, promovia secretos encontros amorosos ou quem, precisando de refúgio, buscava o silêncio da solidão e a proximidade das nuvens. Mais de perto eram vistas também as estrelas e a lua, em um entretenimento para se ter deitado sobre qualquer uma das inúmeras pedras gi-

gantes. Sem dúvidas, havia certa magia ali e, por isso mesmo, é que ninguém podia tardar-se. Tantas lendas, tantos medos, que apenas fugitivos encorajavam-se a virar uma noite. Todos os outros que subiam, desciam.

De tão íntimas que chegaram a ser dos homens, as serras receberam, mais tarde, nomes. A do Mocambo, a de Enedino, do Batata, das Mostardas, de Antônio de Zeca, do Chorado, da Bela Vista, entre outras tantas. A intimidade possibilitada pelo tempo revelou que, no âmago destes montes, existia algo que os tornava mais do que um retiro e uma fortaleza: havia guardada com eles uma surpreendente riqueza, capaz de mudar destinos para sempre. Minerais que atraem, alimentam, empregam, ascendem, encantam, energizam. São pedras avaliadas como preciosas ou semipreciosas que brincam de esconder com os que, até hoje, chegam naquele rincão para garimpá-las, em busca de nova vida. Não são diamantes, porque nem só diamantina é a Chapada, mas também possuem significativo valor para negócio.

Foi essa descoberta que fisgou aventureiros vindos de cantos distintos a inaugurar, naquele ponto específico do estado da Bahia, um abrigo de diversa gente. Definitivamente, estava garantido à planície o destino que era dela: acolher uma comunidade.

E não só as serras serviram para delimitar as terras dali.

Era o tempo dos bandeirantes, os homens que, após a dominação portuguesa, saíam aos campos em busca das terras ainda desconhecidas pela Coroa. Embora muitas das localidades já estivessem ocupadas, os bandeirantes ficaram conhecidos pelo "desbravamento" de um Brasil gigante, de dimensões continentais, e, por isso mesmo, desconhecido. Contam os conhecedores das melhores histórias da região que foi em uma dessas longas andanças que um grupo chegou a uma terra vizinha dali. Buscavam, eles, água, enfraquecidos por um estado de desidratação e exaustão, após dias intermináveis de caminhada e sol no rosto. Doentes estavam e, ao primeiro sinal de água, fizeram ecoar um grito preso no peito: "Achamos o nosso remédio". Ali mesmo

encontraram o repouso. Batizados estavam o rio e a vila dos Remédios. A vila fundada se tornou um grande e importante centro político da região, chegando a ser, mais tarde, a sede de um município que foi criado.

Com uma longa extensão, o descoberto rio Remédios cortava também a vizinha planície entre as serras. Como ainda não havia forte a cultura das cercas, o rio foi o responsável por organizar uma das principais divisões de terras da comunidade que se formava, após a descoberta das pedras preciosas e, conseqüentemente, da abertura dos garimpos. Dois principais grupos foram criados e liderados por famílias que, pioneiramente, se instalaram no local. A partir da marca feita pelas águas que corriam, convencionou-se que depois do rio mandavam Zé Bernardes e os seus; antes, a posse era de Zeferino e dos dele.

Dos filhos de Zeferino se sabe que eram muitos e o nome de, pelo menos, oito. Foram eles: José de Zeferino (ou Zé Gambá), Hemiliano, Policário, Melquíades, Maria Vitória, Joana, Loda e Maria (ou Lia de João Umbu). Do lado de lá do rio, da casa de Zé Bernardes – de quem o vereador Zé Bernardes era neto e recebeu o mesmo nome –, pouco se soube, mas falam da existência de uma filha que mais tarde se casaria com um personagem que se tornaria destaque na história daquele lugar: o Vêi França.

Foi do lado de cá do rio que a comunidade começou a ganhar uma melhor forma. Os muitos filhos de Zeferino romperam com a dominação da família, ao decidir vender as posses que detinham, com a herança deixada pelo pai. Isso deu mais rapidez à ocupação do lugar, e, aos poucos, novos moradores surgiam, mas com a opção de se espalhar pelos campos. Não fixavam residência próxima uma da outra, talvez pela possibilidade do sossego no isolamento. Contudo, estava erguido, mesmo com as casas esparsas, com habitantes não tão próximos, um vilarejo: Marcelino Gonçalves.

A origem do nome encontra divergências, mas, ao que tudo indica, Marcelino Gonçalves teria sido o pai de Zeferino. Por isso, a homenagem.

PIONEIRA

O cenário da planície que se transformou em Marcelino Gonçalves foi, por muito tempo, um retrato pouco alterado: uma capoeira cortada ao meio por um carreiro, que dela era a única estrada, por onde passava, apenas, gente a pé ou a cavalo. Mas, do lado de cá do rio Remédios, já era possível sentir no ar um leve cheiro de novidade. Não se sabia o que era, mas suspeitava-se de onde saíra: da casa de uma família de breve chegada, que tinha a cabeça arejada e não escondia o forte desejo de buscar a prosperidade coletiva.

Era véspera de Ano Novo. 1942 ia embora e 1943 despontava em um arroubo. O mundo estava em guerra e o presidente Getúlio Vargas, em defesa dos Estados Unidos, organizava a Força Expedicionária Brasileira (FEB) para enfrentar alemães e italianos. As notícias da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), porém, não chegavam à Maria de Souza, que estava preocupada mesmo era em decorar um verso feito por um de seus professores pagos pelo pai para aulas em casa. O texto era para que ela declamasse no primeiro dia de janeiro, a data escolhida para uma grande surpresa. Era ela integrante da família novata e preparava, junto com os seus, uma novidade que marcaria para sempre o Marcelino.

A revelação do que aconteceria naquele dia incomum deixou a todos boquiabertos, atônitos, inclusive Maria, que, embora soubesse, se assustava com o aproximar do momento da apresentação que faria para aquele povo que trabalhava às presas nos últimos detalhes. O grande acontecimento prometia movimentar como nunca aquele pacato lugar onde a mocinha de 16 anos morava. Para que tudo saísse impecável, ela ensaiava, também, poses, gestos e modos de disfarçar a timidez, afinal, muita gente era esperada. Seu número seria a abertura do evento.

O dia esperado começou com uma manhã de sol forte. Os arredores da casa de Maria estavam irreconhecíveis: os moradores roçaram, planaram e moldaram uma pracinha no terreno que

ficava no meio das casas do lugar. Bem cedo, era possível ouvir o batuque desritmado da gente que trabalhava, aceleradamente, abrindo bruacas, pregando e ajustando barracas de madeira, ao tempo que contava anedotas. Eram vendedores vindos de fora, que estreavam, naquela sexta-feira, 1º de janeiro de 1943, a tão desejada feira livre. Um marco para aquele povo. Um grande salto para juntar aquele vilarejo de casas distantes.

Maria ficou maravilhada, diante dos primeiros sinais do comércio popular: o corre-corre, a gritaria dos feirantes na disputa saudável por fregueses para seus produtos, as rodas de conversas dos muitos curiosos que se aglomeravam pela recém-criada praça, o colorido e a variedade de mercadorias. Uma confusão animada e excitante que nunca se tinha visto por ali.

Pela quantidade de vendedores e visitantes, a primeira das feiras foi a maior de todas. Enedino de Souza, então um rapaziinho de 17 anos, do povoado de Sobrado – de onde mais tarde se mudaria –, compareceu ao evento acompanhado do pai, Seu Deoclides. Ficou bestificado com aquele movimento tão destoante do cotidiano da região e se encantou com a novidade: um espaço para negociar, encontrar conhecidos e se divertir. E o melhor: era perto. Por ali, só existiam as feiras de Ibitiara, Ibiajara e Seabra, que eram aos sábados. Aliás, escolher sexta-feira foi uma estratégia. Oferecia-se um diferencial aos que eram obrigados a ir às compras sempre aos sábados.

Àquela altura, o território do povoado de Marcelino Gonçalves não mais pertencia a Remédios. Em 1925, lideranças do Arraial do Bom Sucesso – que depois passou a se chamar Ibitiara – tomaram a sede do município de Remédios e reconfiguraram o cenário político dali. O primeiro ponto de comércio popular sinalizava que, como sonhava a família de Maria, o progresso chegava, aos poucos, àquela planície, alheio às disputas de poder entre Bom Sucesso e Remédios.

Antes do acontecimento, a vida sem novidades era a marca da localidade, um cenário próximo ao que escreveu Carlos Drummond de Andrade, no poema ‘Cidadezinha Qualquer’:

*Um homem vai devagar.
Um cachorro vai devagar.
Um burro vai devagar.
Devagar... as janelas olham.*

A feira deu, sobretudo, uma nova velocidade à comunidade, pelo menos naquela sexta-feira. No meio da algazarra, Maria, uma morena de sorriso franco, vestida com a roupa domingueira, subiu no passeio da casa de sua família e preparou-se para a abertura. Rememorou, rapidinho, o texto e começou a ‘cantar os versos’ ensaiados à exaustão durante a semana. De repente, os que estavam entretidos, pararam, e a desordenança de vozes foi dando lugar à quietude. Todos pararam para ver a atuação da jovem, que inauguraria aquele grande evento.

Ela declamou, sem titubear, cada verso. Ao chegar às últimas palavras, ousou falar encarando a plateia, com o alcance da voz mais longe do que antes.

*Eu sou filha de lavrador
Moro longe da cidade
Amo os pássaros e as flores
E tenho 16 anos de idade.*

Era como se esperasse, curiosa, pela reação dos espectadores. Mal deu tempo de fazer a respiração final da apresentação e a feira inteira já a aplaudia, efusivamente. Tinha sido um grande sucesso. Maria esqueceu a timidez e agradeceu, sorrindo feliz.

Esse momento ficou guardado pra sempre em seu coração. E no de todo mundo que presenciou a feira inaugurada, o prenúncio de tempo novo.

REBATISMO

A notícia da criação do comércio rodou as redondezas e até o ex-prefeito de Ibitiara, Tranquilino Joaquim dos Santos (mandato de 1931 a 1939), quis ver de perto a novidade. Na comitiva dele, estava João Oliveira, enfermeiro da cidade de Livramento de Nossa Senhora que saía pela região vendendo medicamentos. João, que já tinha ido ali outras vezes, ficou impressionado ao ver o retângulo bem feito, formando a praça, e a ausência de todo aquele mato que outrora tomava o lugar. No final do exitoso número de Maria, ele convocou as pessoas para se aproximarem:

– Venham todos, venham!

Assim que um número considerável de indivíduos se agrupou, ele sugeriu que todos olhassem pra cima e observassem o horizonte diferente que passaram a ter, devido ao clarão aberto:

– Olha que vista linda, minha gente. É um novo horizonte –, concluiu.

As pessoas olharam e admiraram-se. E logo o balanço das cabeças e cochichos indicaram concordância.

– Por que não mudam o nome deste lugar para Novo Horizonte? – propôs João, no calor da emoção.

Entreolhares, mas não duradouros. De imediato, a maior parte da comunidade aprovou a ideia. Aquele era um nome forte e sugestivo para um lugar que recebia tantas pessoas de fora, sonhadores agarrados à esperança de encontrar a sorte no garimpo. Ademais, já existia na região outro Marcelino, o dos Crioulos – provavelmente um quilombo que, mais tarde, com a chegada da família Gomes, de pessoas brancas, passou a ser Marcelino dos Gomes. Então, naquele tão ansiado primeiro de janeiro de 1943, o povoado de Marcelino Gonçalves passou a se chamar Novo Horizonte.

A mudança teve o consentimento, principalmente, de Zé Salão, pai de Maria, o idealizador da feira e de tudo aquilo. José Firminiano de Souza, seu nome de batismo, exercia forte liderança sobre

os moradores da área. Foi parar lá alguns anos antes, no final da década de 1930, para cuidar das minas de ouro que mantinha em uma roça conhecida como Cachoeira. Um dos seus empregados tomava conta do negócio, mas, como o volume de extração começou a aumentar muito, ele decidiu acompanhar o trabalho de perto. Afinal, “os olhos do dono é que engordam o rebanho”.

Não veio só. Trouxe, também, a esposa Georgina Barbosa da Silva, apelidada de Sá Dona (pronúncia rápida de Sinhá Dona), e os cinco filhos (Honorina, Ambrosina, Francolino, Maria e Laura) de um lugar próximo, chamado Rio Acima, localizado depois do rio. Fixou um rancho de madeira no local mais assentado que encontrou, no meio das serras. José Firminiano ganhou o nome de Zé Salão porque gostava muito dos salões de festa. Um festeiro, pé de valsa. Há algumas controvérsias, mas essa é a hipótese mais difundida.

Ao chegar àquela planície distante de tudo, Salão tratou de contratar um professor para ensinar as letras e os números aos meninos, em casa mesmo; e, para contornar a dificuldade de acesso a mantimentos, decidiu abrir uma venda que supriria as demandas dos seus dependentes e lhe garantiria algum lucro com o comércio de gêneros básicos, como rapadura, farinha de mandioca, sabão, carne de boi. No imóvel, havia uma porta para acesso à residência e duas para a mercearia. Aquele tornou-se o primeiro estabelecimento comercial daquelas bandas.

Dona Matildes Oliveira, do Sobrado, contou que fez muito sabão de soda para a venda de Salão. O produto caseiro era feito com sebo de boi, gordura de porco e mamona, e servia às lavadeiras da região. O irmão dela, Seu Zeca, lembrou ainda que a família, depois do sabão, passou a vender rapadura, fruto de um duro trabalho no engenho. Em seguida, negociou toucinho e farinha de mandioca, também feita com muito suor, na casa de farinha familiar. Até mesmo mel de abelha já foi comprado por Salão nas mãos de dona Matildes. Era o marido dela, Francolino

Oliveira, que se metia nos matos à noite para buscar. Já chegou a aparecer com impressionantes 18 litros do mel.

Mesmo distante, a venda passou a atrair uma clientela fiel e novos moradores para o local. Os que chegavam eram orientados por Salão a construir suas residências por ali, seguindo um alinhamento que resultaria, mais tarde, na já desenhada praça onde foi instalada a feira. A segunda casa foi construída por Deocleciano Manoel dos Santos, o Beú, que se casou com Honorina, uma das filhas de Salão. João de Caneca, um amigo da família, fez a terceira casa. Na sequência, outras residências foram fixadas até preencherem o formato retangular dado ao local. Alguns dos outros primeiros proprietários: Seu Bilinha, Abílio Novaes, Marcolino, Cozinha Mendes, José Cornélio Lopes, Joaquim de Cota, Francisco Pereira, José Bernardes de Oliveira, José Araújo (também conhecido como Zé de Firmo) e os famosos três irmãos: Manoel, Alcino e Aurélio.

Boa parte deles contribuiu para a realização da feira, mas ninguém foi tão importante como Beú, que havia se tornado um apoiador das ideias do sogro e da sogra. Pouco antes da estreia da feira, ele acompanhou Salão para uma difícil empreitada: anunciar a todas as comunidades vizinhas a realização do grande evento. Para isso, durante uma semana inteira, Beú percorreu a cavalo todo o oeste da região, noticiando o acontecimento. Zé Salão havia ido pelo sentido leste.

Assim como aconteceu na primeira, as outras feiras de Novo Horizonte continuaram sendo de festa. Durante muitos anos, o dia de sexta era muito aguardado pela população local, que saía de casa com a melhor roupa e em busca de novidades. As moças e rapazes procuravam paqueras; as crianças, brincadeiras; os adultos, produtos diferentes; e os velhos procuravam por uma boa prosa, daquelas cheias de graça e sem hora para acabar.

PALHA E AVIÃO

Zé Salão era um homem corajoso, do tipo que colocava uma ideia na cabeça e partia para a prática, sem se apegar aos riscos que as coisas tinham de não dar certo. Ao seu lado, no entanto, sempre estava Sá Dona, que era mais “pé-no-chão” e funcionava como um “freio” do marido. Ele, alto, branco, magro, marcado pelo nariz avantajado, pelo bigode bem desenhado e pelas entradas que ameaçavam os cabelos. Ela, robusta, morena, de cabelo preto e liso, que vivia enrolado na cabeça, formando um coque. Embora parecessem opostos, os dois dividiam uma característica: a sensibilidade com os menos abastados. Trabalhavam juntos pela ascensão do local e de todos que ali viviam. Duas naturais e respeitadas lideranças. Mas a história foi injusta com Sá Dona. Talvez pela cultura que valoriza mais a figura masculina, sempre se ouviu muito dele e pouco dela, embora tenham sido, juntos, os pilares do processo de desenvolvimento de Novo Horizonte. Muitos anos depois, ele daria nome à praça principal; para ela, restaria uma rua afastada.

O casal passou a ser muito procurado e fazia ações de caridade a toda gente que lhe batia à porta. Se o freguês não tivesse dinheiro suficiente para comprar o produto desejado, negociava o pagamento, dividia a quantidade para que o preço coubesse no orçamento do cliente. Fazia questão que saíssem do armazém levando o que necessitavam. Com o tempo, famílias de doentes passaram a buscar apoio de Salão para o deslocamento até as cidades próximas, como Paramirim, onde poderiam receber tratamento médico. Os dois já tinham conquistado popularidade e confiança na redondeza e, prontamente, atendiam aos pedidos e martirizavam-se ao ver aquele povo sendo obrigado a peregrinar tanto, sentindo dores.

No fundo, eles pensavam na possibilidade de ter, algum dia, o serviço na própria comunidade. Sabiam que estava muito distante de conseguir isto, mas nunca descreditaram.

A relação de Salão com os primeiros feirantes do lugarejo era similar à que tinha com clientes e vizinhos. Ele prometia ficar com o refugio de quem não vendesse toda a mercadoria na feira livre, para garantir que o vendedor retornasse ao mercado popular na semana seguinte e, assim, evitar o enfraquecimento do comércio local. A tática, aliás, assegurou o sucesso do empreendimento, porque, com a certeza de venda de toda a guia, os comerciantes não só se tornavam assíduos, como, também, atraíam outros. Alguns moradores passaram a ajudar nesse trato para ‘segurar’ os feirantes, como Antônio Teófilo de Souza, por exemplo, também residente na praça.

Aquele era o começo do desenvolvimento. Aos poucos, Salão foi se mostrando ser, também, um visionário. Estava disposto a levar a sério o sonho de alavancar aquele pedaço de chão. No tempo em que não estava na lida, trabalhando, se dedicava a pensar ideias de como chegar mais perto do progresso. Encontrou várias. Além da primeira feira, destacam-se outros dois acontecimentos que contribuíram para a ascensão do vilarejo e para a transformação de Salão em uma lenda: a construção da Rua da Palha e o sobrevoou de um avião no céu azul anil de Novo Horizonte. No entendimento daquele homem simples, mas muito inteligente, era preciso impressionar para fixar as pessoas no povoado, de modo a melhor estruturá-lo e impulsionar o crescimento.

Até então, significativa parte da população vivia apenas durante uma temporada na localidade, para exploração do ouro no garimpo, e, em seguida, ia embora. Para evitar a evasão, Salão resolveu criar a Rua da Palha, batizada, posteriormente, de Rua Dois de Julho. Mandou construir umas casas enfileiradas, com telhado de palha – por isso o nome –, e entregou-as a mulheres solteiras que desejavam se mudar para lá e constituir família. De boca em boca, a informação correu toda a região e moças de etnias, idades e origens distintas apareceram para morar nas residências oferecidas por ele.

A chegada das novas habitantes não agradou toda a comunidade. Os mais conservadores rejeitaram a ideia de conviver com as moças solteiras, acusadas de prostitutas. Muitos as rechaçavam e sequer passavam pelos arredores da Rua da Palha, principalmente à noite. Crianças eram proibidas de brincar por ali. A reação provocou uma espécie de apartheid e alimentou um mistério quanto à atividade desenvolvida no local. Apesar das contrariedades, o líder seguiu com o projeto. E logrou êxito. Com o tempo, as forasteiras revelaram características essenciais para a vida em um vilarejo: eram respeitosas, trabalhadoras e prestativas. Raras eram as exceções.

Como esperado, as novas moradoras se envolveram com rapazes e formaram famílias, que se firmaram ali e ampliaram a população, gradativamente.

Obstinado a fazer correr o nome de Novo Horizonte e atrair mais gente à região, o pai de Maria foi além: mandou buscar um avião, a grande invenção do início do século, para o lugarejo, onde mal chegava-se de carro. E a máquina voadora, encomendada no Rio de Janeiro, foi mesmo. No terreno onde, anos depois, construiu-se o Colégio Castro Alves, improvisou-se, apressadamente, um campo para aterrissagem da grande e inacreditável máquina voadora.

No dia da aparição, os moradores e visitantes aglomeraram-se para conhecer a novidade. Muito agouro dos que duvidavam da possibilidade podia ser ouvido nos muitos grupinhos que se formavam por idade e gênero, principalmente. Os buchichos só terminaram quando foram interrompidos pela aparição congelante que surgiu no alto. Como um passarinho de lata, o veículo fretado finalmente cortou aquele céu, deixando rastro nas nuvens e alvo-voçada, principalmente, a meninada, que, depois do susto inicial, acompanhava seus movimentos, quase sem acreditar no que via. Entre os adultos, houve relatos de gente que correu para se esconder, achando que era a volta de Jesus e se sentindo despreparada para o julgamento final. Muita bruca serviu de esconderijo.

Para descontentamento geral, o avião ficou pouco tempo sobrevoando a região e não pousou. Depois, soube-se que foi por motivos de segurança, pois as pessoas estavam desorganizadas, indo de um lado a outro, atravessando a pista. Ainda assim, o dono da iniciativa causou a repercussão desejada, mais uma vez.

Sempre houve divergências quanto à forma como a aeronave chegou à localidade, o que fez pairar uma incerteza sobre a veracidade do fato. Mas testemunhas que viveram aquele período atestam que viram, sim, a invenção de asas sobrevoar aquele vale de serras, dentre elas, Maria, que esteve presente em todas as investidas do pai.

Quando as notícias do avião esfriaram, as atenções estiveram voltadas para a rua das casas de palha. Sempre havia uma notícia de uma nova menina que chegava, de outra que desistia e ia embora, de alguma que arranjava casamento. O aparecimento de uma, em especial, provocou muitas fofocas e desejos. A moça, que não teve o nome lembrado por quem viveu aquele momento, impressionou, principalmente, Zé Salão, provavelmente pela aparência. Em poucos dias de aproximação, aquele líder, casado e cheio de projetos, se viu desnortado. Estava perdidamente encantado pela novata e sem saber o que fazer. Certamente, avaliou que um romance como aquele nunca seria aceito pela comunidade e, tomado por um impulso tido como juvenil, optou por uma decisão radical.

Depois da chegada da feira, da rua e do avião, a população já esperava tudo de Zé Salão, menos vê-lo longe de Novo Horizonte. Mas viu. Ele fugiu com a beneficiária do seu projeto, deixando para trás a esposa, os cinco filhos e uma legião de admiradores e amigos. Naquele momento, o espírito aventureiro daquele homem, benquisto pela coragem e pelo empreendedorismo, desistia de ver o progresso com o qual ele sempre sonhara para a localidade, em nome de uma paixão. Porém, ele apostou que outros veriam: vivia a dizer da esperança que tinha nos frutos das suas sementes.

A partida de Zé Salão provocou incredulidade em todos e rancor inconsolável em alguns, principalmente nos mais próximos. Mesmo depois de muitos anos, esses questionavam as homenagens direcionadas ao líder fujão. Era preciso sempre convencê-los de que, apesar da fuga, Salão havia dado contribuições inquestionáveis ao lugar. No final das contas, o episódio serviu como uma lição para o futuro: lideranças não podem ser confundidas com super-heróis, pela humanidade imperfeita que carregam, como qualquer um. Em toda parte, humanos se apaixonam, desertam e cortam relações familiares. Longe de avaliações morais, é preciso reconhecer: são fatos da vida, errada e acertada.

Sá Dona, apesar da tristeza da separação do marido com quem tinha construído uma família e erguido um patrimônio considerável, fez-se uma fortaleza e prosseguiu, tocando para frente a mercearia. Utilizou, para isto, da ajuda da filha Laura e dos recursos financeiros deixados pelo cônjuge em fuga. Ela e os outros moradores continuaram, também, com a feira. Em Novo Horizonte, pelo menos, a nova rotina, conquistada, principalmente, pelo dinamismo do comércio popular, permaneceu inabalada. Mas algo esteve diferente, inevitavelmente: os moradores ficaram órfãos de um líder visionário e entregue à comunidade, como foi José Firminiano de Souza.

TEMPLO E LIVROS

Momentos antes da partida de Salão, o vilarejo comemorava os primeiros benefícios que recebia. Vindo do município de Palmeiras, surgia o tão desejado paramédico, chamado José Pereira Cavalcante, mais conhecido como Mestre Zuca – mais tarde se casou com Maria de Souza, que deixou de ser conhecida como a filha de Zé Salão e passou a ser Maria de Zuca. Depois dele, chegaram outros profissionais da saúde, como os irmãos dentistas Edgar e Francisco Magalhães; o farmacêutico Hermínio José dos Santos, chamado de Tatinha e pai de Laércio Fernandes; e as

parteiras Ana Marta, dona Ana do Arraial Velho, Selvina e Durvalina, que eram da região e atendiam às demandas do local. Contudo, restava conquistar algo que muito se desejava. Considerando que toda comunidade que se prezasse precisava ter uma, faltava, ainda, a igreja.

A década de 1940 já estava no fim quando a população se empenhou, definitivamente, para ter um templo católico, mediante uma intercessão junto à Prefeitura. O primeiro passo da missão coube a uma moça chamada Alice, que era irmã de Maria Oliveira, a esposa do então ex-prefeito de Ibitiara, Tranquilino Joaquim dos Santos. Embora não fosse mais prefeito, Tranquilino ainda tinha muita influência na administração municipal, e, por conta disso, Alice pediu que Maria convencesse o marido a ajudar na viabilização da instalação da igreja. Foi atendida: sensibilizado com o pedido da esposa, Tranquilino conseguiu a autorização para a construção do imóvel.

Com o aval, a comunidade, logo, dedicou-se a levantar as paredes sobre um terreno na rua após a praça, então já habitada, inclusive, por Francelino Lopes de Oliveira, o Vêi França, oriundo do povoado de Passagem Funda e pai de Alice e Maria. À frente da construção, esteve Beú, que era carpinteiro, mas Zé Salão e Vêi França foram figuras presentes na condução do trabalho e na tomada de decisões. Sobre os vãos das portas [também foram construídas portas laterais] e janelas, pela falta de ferros, decidiu-se pela utilização da aroeira, a madeira que não apodrecia e que nem cupim roía. O telhado foi feito por um senhor conhecido como Delí, do povoado de Palmeiras, que contou com o auxílio de outras pessoas, a exemplo de Joaquim Alves de Souza, mais conhecido como Joaquim de Augusto, pai das professoras Vilma e Eudete.

A obra ficou pronta e foi inaugurada em 1949, quando foi rezada a primeira missa. Em volta dela, gradativamente, foram erguidas novas casas e mais uma praça, mais tarde denominada em homenagem ao morador ilustre, o Vêi França. Escolheu-se como padroeiro o Nosso Senhor do Bonfim, dono de grande de-

voção em todo o Estado e celebrado na secular catedral instalada na capital baiana, toda segunda quinta-feira do ano. A imagem do santo foi trazida da sede do município de Macaúbas, no lombo de um animal, com todos os cuidados para que os solavancos pela estrada de terra não provocassem danos à obra. Ao final da primeira década dos anos 2000, a comunidade o substituiu por São Paulo Apóstolo, alegando que o padroeiro anterior não tinha uma data fixa no calendário dos santos católicos.

Pouco tempo depois, a pedido de Vêi França, Tranquilino ordenou, na sua segunda gestão, a criação de um cemitério na Rua da Liberdade – que depois seria rebatizada de Avenida Professora Vera Lúcia dos Santos Prado. O patriarca havia sido motivado pela necessidade. Em 1952, Vêi perdeu a filha caçula, a jovem Elisa Lopes de Oliveira, a Nenê, e sepultou o corpo dentro do templo religioso, por falta de uma necrópole no vilarejo. Outras pessoas foram enterradas naquele chão considerado sagrado e as lápides persistiram durante muito tempo.

A igreja foi demolida em 2019, exatamente quando completava 70 anos, por decisão da comunidade católica. A principal justificativa para a derrubada do patrimônio histórico foi o seu tamanho, considerado pequeno, equivalente a uma capela e, por isso, incapaz de comportar todos os fiéis. A decisão dividiu opiniões, provocou debates exaltados, mas os religiosos, liderados pelo padre Antônio Carlos, defenderem-na até o fim. Um novo equipamento, maior e mais moderno, foi construído no mesmo lugar.

Depois da igreja, foi a vez da escola. A construção do prédio escolar já tinha sido iniciada durante o mandato de Francisco Castorino de Abreu (1948 a 1951), apelidado Chiquinho Abreu, prefeito de Ibitiara que, inclusive, já havia morado no povoado de Novo Horizonte. No entanto, a obra só ficou pronta na gestão seguinte, de Graciano Xavier Gomes (1955 a 1959). A escola foi erguida onde, anos antes, se improvisou a pista de pouso do avião. Tinha janelas grandes, para receber o vento que amenizava o calor, e era envolta de uma cerca de arame.

A primeira professora fixa foi trazida por um dos exploradores da mineração que moravam em Novo Horizonte, João Dias do Carmo, o João Mateiro: era sua irmã, a recém-formada Zaíra Dias do Carmo. As atividades começaram em 1958, com a vinda de Zaíra. Eram mais de 30 alunos com idades e séries diferentes do antigo curso primário (atual Ensino Fundamental), o que representou um desafio para a novata. Uma das estratégias encontradas foi pedir aos mais velhos e mais adiantados que ajudassem no ensino aos pequenos. Assim permaneceu até que outra docente fosse contratada, no ano seguinte: Ariadne de Queiroz Matos, que possuía parentesco com uma conhecida família de outro povoado de Ibitiara, o Brejo. Acabava, ali, a necessidade de contratar professores para aulas particulares, em casa.

A simplicidade da escola e do próprio lugar onde ela estava instalada não impediu que os pais dos alunos caprichassem na preparação das crianças. Foram confeccionadas fardas, nos moldes dos grandes colégios. Os meninos vestiam calça escura e camisa de botão branca; para as meninas, saia com a mesma camisa. Para completar, todos usavam uma gravatinha preta, com listras brancas na ponta, que dava um charme aos estudantes. Todos os dias, os pequenos subiam engomados pelo carreiro que, entre a mata, dava acesso ao prédio. Com lápis e caderno nas mãos, partiam em bando, tagarelando e aprontando pelo caminho.

O movimento na localidade, que acontecia só durante as sextas-feiras, passou a ser diário. Aquele momento era de euforia e de esperança no crescimento local. Afora a instituição de ensino, outra novidade veio fortalecer o otimismo: a chegada da energia, gerada por um motor a óleo e mantida com contribuições de comerciantes. As principais ruas e praças ganharam postes improvisados pela população, com troncos de árvores resistentes, arrancados em roças das redondezas. A prioridade era para a instalação da rede próxima às casas. Todo dia, as lâmpadas eram ligadas às 18h e desligadas às 22h.

Apesar dos problemas técnicos, que, por vezes, deixavam as vias no escuro, o sistema provocou uma alteração na rotina das pessoas, que vislumbraram a possibilidade de ficar até mais tarde nas calçadas; de congelar gêneros alimentícios; e de programar eventos noturnos sem depender de lamparinas e fífós. Àquela altura, a economia de Novo Horizonte, também, mudava. A fase de pujança esteve ameaçada: o garimpo de ouro, então considerado a principal fonte de renda local, começou a dar sinais de exaustão.

Mas as serras não deixaram os moradores desamparados e apresentaram a eles uma nova riqueza. Com a queda do metal dourado, outro mineral veio substituí-lo: o quartzo, conhecido apenas pela nomenclatura genérica de cristal. Nos anos 1940, ainda não se explorava o quartzo rutilado – que acabou se tornando a principal fonte de renda de Novo Horizonte, em tempos adiante. Captava-se uma pedra transparente, que chamavam de ‘limpa’.

DESEJO DE ROMPIMENTO

Por décadas, ninguém sabia o valor comercial do cristal. Admirava-se apenas a beleza das pedras, que tinham formas geométricas, algumas parecidas com uma pirâmide. Mas, em certo momento, João Mateiro, que já tinha trazido a irmã Zaira para a localidade, trouxe, também, outro irmão, Zequinha Mateiro, para trabalharem juntos na mineração. Não demorou muito, os irmãos descobriram a exportação do ‘cristal’ para o Rio de Janeiro, para que este fosse usado na fabricação de joias. A dupla influenciou outros comerciantes, como Francolino, único filho homem de Zé Salão, e também Bráulio de Cornélio e Dé de Cota, moradores da praça.

Desde então, a nova atividade se consolidou e passou a movimentar o lugarejo, atraindo a visita de intermediários da venda do produto. Mas, anos depois, um sopro de esperança da retomada do ciclo do ouro agitou o arraial.

Em meados da década de 1950, uma mineradora fluminense instalou-se na localidade de Beta, uma roça da zona do Tatu, dis-

tante apenas 6km de Novo Horizonte. Era um alento a mais para quem acreditava no crescimento novorizontino. Os funcionários da empresa fixaram-se em Novo Horizonte, em vez do Tatu, o que evidenciava, de certa forma, a sobreposição do vilarejo, em relação a outros povoados. Os trabalhadores passaram a morar em um imóvel nos arredores da igreja. A decisão era um reflexo da organização e das condições de sobrevivência oferecidas por Novo Horizonte, à época. O minúsculo arraial havia se desenvolvido muito desde as investidas de Zé Salão.

O grupo de operários da mineradora, que era liderado por um engenheiro conhecido como Piar Távora, começou a participar, também, da vida cultural da localidade. Até de eventos escolares, pois a escola sempre foi, para os lugarejos dos rincões do Brasil, um ponto de encontro, lazer e novidade. Sob a orientação das professoras, os estudantes ensaiavam peças teatrais, os conhecidos 'dramas', e se apresentavam em festinhas realizadas no próprio espaço, em períodos festivos (como Dia dos Pais, Dia das Mães, São João e Natal), contando com a presença dos trabalhadores na plateia. Até Piar, que era declaradamente ateu, se emocionava com as produções, quase todas baseadas em valores cristãos.

As atividades da mineradora, porém, não vingaram. A companhia não ficou por muito tempo em Novo Horizonte, sob a alegação de que não estava mais lucrando com a exploração naquele ponto. Em poucos anos, encerrou os trabalhos e partiu, sem deixar legado para a comunidade. A era do ouro, com extração em moldes industriais, no povoado, encerrava-se, aparentemente, em definitivo. O cristal limpo continuou, no entanto, forte, com intensa exportação para o Rio, então capital federal e importante entreposto de negócios internacionais. Com o êxito neste campo, os Mateiros convidaram outro irmão, Antônio Dias do Carmo, Seu Totôe, para se juntar a eles e atuar na zona do cristal.

O quarto dos Mateiros chegou já no final da década de 1950, para trabalhar na lavra do quartzo, mas terminou investindo também na pecuária, segmento em franca ascensão a partir dos anos

1960. A criação de gado de corte ocupou as serras, que foram cobertas por verdes pastos.

O crescimento da economia local e da estrutura urbana despertou, em grande parte dos moradores, um desejo de autonomia em relação ao município de Ibitiara, fundado sob o nome de Arraial do Bom Sucesso, em 1925. A manifestação daquele desejo, porém, custaria muito caro.

A intenção era de cuidar daquilo que a própria comunidade conquistou (e estava conquistando) e ter acesso a serviços essenciais, por vezes negligenciados pela Prefeitura de Ibitiara. Além disso, Ibipitanga, que, também, pertencia a Ibitiara, havia conseguido se desmembrar em 1962, inspirando os novo-horizontinos. As reclamações da carência de equipamentos e serviços públicos eram constantes. Não havia, por exemplo, posto de saúde, cartório, calçamento nas ruas e vielas, escola com curso ginásial e colegial (atual Ensino Médio) e água potável, disponível para consumo diário.

Para todas as necessidades que exigiam o uso de água, os moradores recorriam ao rio Remédios, que, mais tarde, teve batizados dois dos principais pontos do trecho que corta Novo Horizonte como rio da Ponte e rio de Baixo. Era cena comum ver mulheres descendo e subindo, com trouxas de roupas, potes ou bacias de prato equilibrados nas cabeças. Por volta das 17h, todo mundo descia para o rio de Baixo, com a toalha pendurada no ombro. Era só se ensaboar, mergulhar nas águas cristalinas e pronto, banho tomado. Essa parte era pura diversão. O triste era ter que beber dessa mesma água.

A primeira grande tensão entre Novo Horizonte e a sede aconteceu, no entanto, por causa da escola. Em um dia de chuva forte, um raio abriu uma rachadura tão grande na parede do prédio, que era possível passar o braço de um adulto por ela. O estrago comprometeu a estrutura do imóvel, colocando em risco a vida dos estudantes, que não queriam saber de ir à aula enquanto o problema não fosse resolvido. A população foi à Prefeitura exigir

reparos, mas não foi atendida. Inconformado com a postura de Ibitiara, João Mateiro, que estava ganhando muito dinheiro com a exploração e exportação do cristal, prometeu a adoção de medidas à irmã, a professora Zaíra:

- Vamos arranjar outro local para você dar prosseguimento com as aulas. Eu pago!

Até que os reparos fossem feitos, os alunos tiveram aula em um galpão, na ponta da Rua da Palha. Apesar de improvisado, o espaço não desagradou a meninada, porque foi adaptado pela mestra, ganhando inclusive um palco para as apresentações teatrais e um cercado com varas de pau enfileiradas para isolamento. Além disso, ela cuidou da decoração, pintando as paredes e colocando cortinas brancas e rendadas nas janelas, algo bem diferente do outro prédio. O novo endereço tinha, ainda, uma outra vantagem: não estava tão distante das praças.

A briga foi comprada.

TENSÃO POLÍTICA

A atitude de João deixou estremecidas as relações entre Novo Horizonte e Ibitiara. E isso foi refletido na política. O grupo da sede passou a não conseguir mais o apoio do povoado nas eleições, nem para os candidatos a cargos no Executivo e Legislativo municipal, nem para os postos nos parlamentos estadual e federal apoiados por eles. Surgiram duas organizações locais adversárias ferrenhas, aliadas a partidos políticos diferentes: de um lado, a sede com a Arena (Aliança Renovadora Nacional), partido criado para dar sustentação política ao regime militar, instaurado pós-golpe civil-militar de 1964; e do outro, o povoado, com o PDS (Partido Democrático Social).

Durante esse conflito, em que a Prefeitura de Ibitiara era acusada de não trabalhar por aquela parte do município, outras iniciativas privadas entraram em ação. Um senhor chamado Arlindo Souza juntou um dinheiro com trabalhos que fez em São Paulo e se

associou a dois empresários de fora – um português e um gaúcho – para criar uma empresa de ônibus que atenderia a região com viagens à capital paulista, batizada de Viação Novo Horizonte. A frota começaria com dois veículos, apenas. A novidade teve uma repercussão tamanha. Não se falava em outra coisa senão no dia marcado para a chegada do primeiro ônibus. Até então, não havia linha rodoviária para a localidade. Lá, só se chegava de carro particular, pau de arara, no lombo de animais ou em carroças.

Até aquele momento, quem quisesse viajar para o ‘Sul’, precisava se espremer nas carrocerias de caminhões, que se metiam pelo meio das serras até a cidade de Monte Azul, no estado de Minas Gerais. Lá, os passageiros deixavam o pau de Arara e pegavam um trem de ferro até São Paulo. Mesmo com as estradas praticamente inexistentes e contrariando os sócios, Arlindo resolveu pôr um dos ônibus na estrada. Aquele foi um dia de festa. Arranhado e coberto de poeira, o carro apontou na praça e foi recebido por foguetes e muitos olhares curiosos.

Era a primeira vez que muita gente via um automóvel com tantas rodas e assentos. Mas a alegria dos novo-horizontinos com aquele sinal de modernidade só durou até a primeira viagem. Percorrer aquelas estradas esburacadas era insustentável, porque danificava o veículo. Arlindo mandou informar à Prefeitura de Ibitiara que só voltaria com a linha depois que aquele trecho fosse arrumado. Não recebeu nenhuma resposta e, então, o ponto de partida/ chegada da Novo Horizonte passou a ser Ibiajara, um povoado do município de Rio do Pires.

Só depois de alguns anos, quando o dentista Edgar Magalhães passou a ser sócio e, posteriormente, proprietário único da viação, é que a localidade voltou a fazer parte do roteiro. A Viação Novo Horizonte cresceu bastante e se tornou um negócio de sucesso. Até a data desta publicação, era uma das maiores do Estado, ainda sob o comando de Magalhães, mas com sede no município de Vitória da Conquista.

Em 1964, a escola sofreu um desfalque. As duas professoras, Zaira e Ariadne, deixaram de ensinar. As moças firmaram compromisso, casaram e foram viver com os rapazes em outras localidades. Zaira foi para Eunápolis, também na Bahia. Ariadne, para o estado de Goiás. Para ocupar o lugar delas, vieram Aracina Alves Ferreira, no ano seguinte; e, em 1968, Laércio Fernandes, filho do farmacêutico Tatinha, aluno da primeira turma da unidade e que havia saído para estudar magistério em Paramirim, onde formou-se, em 1967. Ele, funcionário municipal, pago pela Prefeitura; ela, estatutária, paga pelo Estado. Os dois professores se tornaram muito amigos e passaram a movimentar, ainda mais, a vida cultural de Novo Horizonte. O fato de ser uma pastora da Igreja Presbiteriana não impedia Aracina de participar dos eventos.

Uma das primeiras iniciativas dos dois novos professores deu muito o que falar. Aconteceu despreziosamente, como uma obra do acaso. Uma banda que acompanhava o cantor Jerry Adriani, grande sucesso da época, vinha de Vitória da Conquista com destino ao município de Juazeiro, onde haveria outro show, e se perdeu. Quando se deram conta do caminho errado, os artistas decidiram parar em Novo Horizonte para descansar da viagem exaustiva. A notícia da chegada do grupo correu e fez com que Laércio e Aracina agissem rápido. Com o apoio dos moradores, que compraram ingressos antecipados, a dupla negociou com os músicos para darem uma canja à noite. Era a primeira banda profissional a se apresentar na localidade e, por isso, a estreia teria que acontecer em grande estilo.

A comunidade entupiu a praça para ver aquela novidade e ficou impressionada com o que presenciava. As canções eram as mesmas que tocavam no rádio e podiam ser acompanhadas. As crianças eram as mais afoitas. A euforia foi tanta, que a dupla foi obrigada a planejar vários outros shows de conjuntos musicais da região. A cada festa, os docentes conseguiam guardar uma quantidade que sobrava, depois do custeio das despesas, para a aquisição de um alto-falante. E assim, não demoraram muito para conseguir.

Na casa de um senhor chamado Dé de Linda, na praça da igreja, emprestada para abrigar o projeto, foi montada a aparelhagem. Do lado de dentro, ficava o toca-disco e, de fora, a 'boca de som'.

Assim que a energia do motor era ligada, as músicas começavam a tocar. A programação era parecida com a do rádio. Laércio, atuando como locutor, comandava a brincadeira.

– Senhores e senhoras, boa noite. Esse é o seu, o nosso serviço de alto-falante, a voz unida e independente de Novo Horizonte – iniciava.

Quando eram ligados, os alto-falantes atraíam, principalmente, crianças, casais e jovens em idade de namoro, que viviam a pedir e oferecer músicas. Os Long Plays (LPs) eram de artistas de sucesso, como Roberto Carlos, um dos mais pedidos. Os ouvintes gostavam de sentar na casa ao lado, de dona Presilina, uma simpática senhora que também era tida como uma excelente lavadeira. Esparramavam-se pela sala de chão batido quando o velho banco de madeira não mais cabia todo mundo. Jogavam conversa fora, planejavam festas, paqueravam e filosofavam, mas só até às 22 horas, quando o motor era desligado. O local ficou conhecido como 'O Ponto do Encontro'.

Depois que todo o equipamento era desmontado, cada um procurava o caminho de casa e o lugarejo era entregue à escuridão. Ninguém mais era visto na rua. No auge do alto-falante, uma notícia poria fim a toda aquela festa diária. Aracina engravidou de Laércio, mesmo não tendo um compromisso público com ele, fato que movimentou a comunidade. Na tentativa de atenuar a situação, Laércio decidiu, então, sair de Novo Horizonte com ela, até que o impasse fosse resolvido. Por conta disso, o quadro de professores foi desfeito. Mais uma vez, a Prefeitura de Ibitiara foi solicitada para resolver um problema na escola, dessa vez, na gestão do prefeito José Teotônio (mandato 1967 a 1971), que era considerado um 'gentleman'.

PROMESSA DESFEITA

Não diferente do que acontecia no mundo, com a ebulição artística e as políticas desenvolvimentistas no país, a década de 1960, conhecida como 'Anos Rebeldes', em Novo Horizonte foi a mais movimentada, até então. Os avanços do povoado e os embates com a sede, que marcaram o período, fortaleciam, ainda mais, as discussões sobre a possibilidade de Novo Horizonte se separar de Ibitiara. Tornava-se ainda mais intenso o sonho de ter um município independente, dono do próprio orçamento e responsável pelas próprias obras. Um pujante e intenso sonho.

Desde a sua formação, a localidade, que recebeu pessoas de lugares diferentes, passou a construir a sua própria identidade, e pouca influência veio de Ibitiara, que permanecia distante. Estar instalado em território ibitiarense não foi uma escolha, mas uma coincidência. A relação com a sede era, na verdade, não de partilha, mas de competitividade, porque o povoado passou a ser considerado o 'filé mignon' do município, entre todos os outros, devido à extração mineral e ao comércio fortalecido.

Em 1965, a ideia de separação chegou à Prefeitura. Zé Bernardes, líder político local eleito vereador por Novo Horizonte, em um período em que não havia remuneração para a vereança, junto com outros moradores, como Bráulio de Cornélio e um senhor conhecido como Filhinho de Nega, foram chamados pelo então prefeito de Ibitiara, Florentino Lopes (1963 a 1967), para um encontro. O objetivo era tirar a limpo as conversas que tomavam todo o município sobre as ideias de independência. Reunidos com o prefeito, os novorizontinos confirmaram que pretendiam, sim, se articular para elevar a condição do povoado. Apresentaram os argumentos, que foram ouvidos, atentamente, por Florentino, que disse a eles:

– Esperem mais um pouco. Deixa passar essa eleição que vem aí (dois anos depois, em 1967), que nós vamos mexer nesse projeto – prometeu o prefeito.

A proposta animou o grupo. Naquele momento, os municípios assemelharam-se a sanharóis, abelhas agressivas que se assanham quando alguém lhes cutuca, comuns na Chapada Diamantina. Acreditavam que poderiam contar com o apoio de uma das principais personalidades de Ibitiara, um líder da elite política e econômica do município. O tempo correu, a eleição passou, José Teotônio Filho (1967 a 1971) elegeu-se para governar Ibitiara, mas a proposta esvaiu-se. A retomada da conversa nunca ocorreu e a promessa de envolvimento de Florentino com a questão esteve longe de se cumprir.

Na avaliação do grupo, aquela foi uma jogada política para afastar a possibilidade de desmembramento, rejeitada, mas não declarada pela sede. Ainda assim, a população não esmoreceu. A autonomia continuou sendo o principal tema de acalorados debates. Nas ruas, nos bares, nas esquinas, o sonho de independência mantinha-se inabalável. Acreditava-se que a década seguinte, de 1970, seria de grandes avanços. E estavam certos: os defensores da secção dariam passos largos para a concretização do desejo de que o vale, desenhado entre serras diamantinas, se tornasse dono do seu próprio destino. Novos líderes incansáveis, como Zé Salão e Zé Bernardes, estariam por vir.

Outros vereadores foram eleitos por Novo Horizonte, como Francolino Souza, o único homem dos cinco filhos de Zé Salão com Sá Dona, Bráulio de Cornélio, Almir Fernandes e Edson Gomes, por exemplo. Apesar de não conseguirem presença na Prefeitura, os novorizontinos sempre garantiram assento na Câmara de Vereadores de Ibitiara. O vereador Hermínio José dos Santos, o farmacêutico Tatinha, chegou a assumir a presidência da Casa Legislativa, e, no último ano do mandato, em 1954, ocupou por alguns meses a cadeira de chefe do Executivo, com a morte do prefeito Tranquilino Joaquim dos Santos. Porém, em nenhum desses momentos, houve força política para sustentar a emancipação. Foi preciso aguardar.

* * *

A cerca de 200 km dali, o município de Caetité, terra de educadores de renome como Anísio Teixeira, o inovador secretário de Educação do Estado, era famoso pela formação de professores. Gente de outras regiões da Bahia ia para lá, com o objetivo de contratar docentes. Ajuricaba Carvalho Lemos, mais conhecido como Juju, formou-se em 1967 e, em uma dessas visitas de olheiros, foi convidado a ensinar em Macarani, na região sul do estado. Por lá, ficou dois anos e até passou em um concurso para ser efetivado, mas desistiu.

Juju estava decidido a tentar a sorte no estado de São Paulo, onde queria fazer carreira e ganhar bem – o que vislumbrava todo jovem dos interiores do Brasil, pelo menos, naquele período. Antes de embarcar para a Terra da Garoa, porém, visitou Ibitiara para ser reforço em um time de futebol, a convite de um parente, o professor Evilásio Santana Gama – que dá nome a um dos colégios de Ibitiara. Como jogava muito bem, ele poderia definir a partida. Valia o esforço. Apesar de pronto para se aventurar na Metrópole, sem escala em Ibitiara, Juju cedeu aos apelos.

Apaixonado por futebol, o jovem Ajuricaba era considerado um dos melhores boleiros da região e não resistia a uma partida. Aceitou o convite, também, porque aquela seria uma oportunidade para rever a parentalha e planejar melhor a ida a São Paulo. Nem desconfiava que aquela concessão mudaria todos os seus planos, pra sempre.

Naqueles dias em que esteve em Ibitiara, recebeu uma sugestão de Evilásio, que era funcionário da Prefeitura, nomeado diretor das escolas do município:

– Moço, fique aqui. Estamos criando um colégio e precisamos de professor. Vão te pagar bem.

A proposta balançou Juju. Em Ibitiara, estava em território conhecido; poderia ficar mais perto de alguém da família; e, se ganhasse um salário compatível com suas necessidades, trabalhando na profissão que escolheu, estaria, também, realizado. Não era o que planejou, mas a possibilidade aproximava-se bem

do seu sonho. Logo depois, ele foi chamado pelo prefeito, José Teotônio, para a formalização do interesse na contratação. A oferta enchia os olhos e o coração: o valor do salário oferecido ele nunca conseguiria ganhar longe da Bahia; e teria a regalia de poder ir e voltar a Caetité quando quisesse. Negócio fechado.

Faltava, apenas, ajustar os detalhes para que assumisse uma cadeira no colégio em implantação na sede do município. Foi nesse mesmo período que a escola de ensino primário de Novo Horizonte ficou sem professor formado. No lugar de Aracina e Laércio, ficou Tânia, filha de Zé Bernardes, uma professora leiga. Diante da demanda, o recém-contratado, que estava, há dois meses, hospedado na casa de Evilásio, foi convocado para assumir o posto.

Era o primeiro ano da década de 1970. Ao receber a notícia, Juju ficou com o pé atrás e quis conhecer Novo Horizonte primeiro. Acostumado com as noites boêmias que Caetité proporcionava, além das novidades que chegavam ao município (como o cinema, os clubes, os eventos de futebol), o forasteiro teve um susto ao chegar naquele lugar pacato ao extremo, onde só se via mato, duas pracinhas, uma igreja e algumas casas. Voltou para a sede de Ibitiara convicto que abandonaria a proposta e retornaria a Caetité, desistindo de tudo.

– Não vou aguentar, não! – comentou.

Com o tempo e muita conversa, o susto inicial passou e Juju começou a negociar sua permanência. Só ficou porque lhe deram carta branca para arrumar o motor a óleo do lugar – que garantiu energia no povoado por anos, mas tinha quebrado. O conserto lhe asseguraria ter, pelo menos, luz à noite. Dias depois, o professor voltou a Novo Horizonte. Desta vez, para morar. Foi recebido na casa de Edson Gomes, um homem do povoado de Marcelino dos Gomes, também do município, que trabalhava na exportação do quartzo. Foi nessa mesma casa que os trabalhadores da mineradora moraram. Uma vez instalado no vilarejo, Juju buscou, logo, fazer amizade. Conheceu Agenor Vieira da Costa, o Dó, e convocou-o para arrumar o motor:

– Vamos ver se a gente bota o bicho pra funcionar! – disse.

Juntos, os dois compraram uma lata de querosene para tentar limpá-lo por dentro, mas, na primeira tentativa, o gerador fez uma “fumaceira que cobriu a praça” – disse Juju –, causando um grande susto. Não teve jeito: chamaram um rapaz, que entendia do assunto, e só assim a luz voltou. Com o problema da energia resolvido, o novato começou a organizar-se para dar início ao ano letivo. Primeiro, convocou os alunos para a matrícula. Mas, em seguida, a decepção: o telhado da escola ameaçava cair e havia muita sujeira para todo lado.

A unidade escolar tinha apenas um pátio com duas salas. Indignado, Juju reclamou das más condições. Na Prefeitura, sentiu o descaso com a situação: “Coloca o pessoal daí pra arrumar”, disseram-lhe. Sem alternativas, assim fez.

Confrontado com a realidade de negligências, não demorou muito para Ajuricaba se envolver na política local. Segundo ele, a atuação como professor – tido como um sábio, naquela época – lhe tornou uma pessoa influente. Passou a ser consultado sobre todas as questões que causavam dúvidas às pessoas. Afora isso, encantou-se por uma das filhas do vereador Zé Bernardes, Sônia; entrou na família, que já tinha histórico de participação nas disputas pelo poder local; e ganhou mais uma importante credencial para atuar na política.

Estreou como uma liderança brincando, em projetos ligados ao esporte, ao lazer e à cultura. Passou a dar sequência ao trabalho de Laércio no alto-falante e na organização de eventos. Promovia animados bailes e, no São João, ensaiava quadrilhas. Montou um time de futebol, com uniforme e tudo, e conduziu um movimento para reformar o campo – que, depois, deu lugar a uma quadra esportiva, na entrada do Chorado. Esteve à frente da transformação daquela zona de mato e pedra e, assim, caiu na simpatia, principalmente, dos jovens, que, também, adoravam as festas.

Pouco depois, com os problemas gerados pela gravidez inesperada de Aracina, aparentemente, resolvidos, Laércio voltou a

Novo Horizonte. Quando chegou, conheceu Juju e, logo, os dois ficaram amigos. Uma amizade que prova a lei natural: os opostos se atraem. Láércio, um rapaz magro e alto, era preocupado com a aparência e dela cuidava. Juju, mais gordo e mais baixo, era despojado e tinha como marca as camisas de botão cheias de detalhes. Em comum, tinham, apenas, a profissão, o gosto pela organização de eventos, que passou a ser fortalecida pela dupla, e o espírito de liderança.

Nas partidas de futebol, Laércio se tornou a salvação de Juju. É que ele aprendeu, com médicos da região, a lidar com o problema no ligamento dos braços do amigo. Com o impacto das constantes colisões com outros jogadores, durante as tentativas de dribles, os ossos do professor se desarticulavam. Ele ficava lá, estendido no meio do campo, gemendo de dor.

– Chama Laércio, chama Laércio! – vociferava.

Se Laércio não estivesse no campo, iam chamá-lo, imediatamente. O rapaz vinha, pegava um pano, amarrava no braço do colega e, com os movimentos sequenciados que aprendera, colocava o osso no lugar. Só ele tinha as ‘manhas’ de como fazer.

O trabalho dos dois professores, em prol, principalmente, do lazer e da educação na localidade, era notório. E o reconhecimento não tardou. Na eleição de 1976, Juju se lançou candidato a vereador, colocando-se como um representante de Novo Horizonte no parlamento municipal; e Laércio, a vice-prefeito na chapa de José Lopes dos Anjos, mais conhecido como Zequinha, sobrinho do ex-prefeito Florentino Lopes. A composição Laércio-Zequinha surpreendeu e revelou uma preocupação da sede com a participação do povoado na política local. Sem concorrentes, elegeu-se com certa facilidade. Então, o filho de Tatinha deixou a sala de aula para assumir o cargo no Poder Executivo. Juju teve uma votação expressiva, consagrando-se vereador apenas com os votos de dentro do próprio lugarejo. Nascia, ali, a nova geração de comandantes de Novo Horizonte.

Ainda em 1976, antes de tomar posse, Ajuricaba teve a ideia de ampliar a escola, para a oferta do primeiro grau completo (o atual ensino fundamental). Depois que concluíam a quinta série, os estudantes do lugarejo eram obrigados a ir estudar na sede do município, ou em outras cidades da redondeza, ou então parar os estudos. De início, o plano não empolgou. As pessoas apostavam no desenvolvimento local, mas acharam aquela proposta impossível, porque haveria dificuldade para preencher o quadro de docentes. Era sonhar muito além do que as mãos alcançavam.

ESCOLA, DISTRITO E CARTÓRIO

Apesar das ponderações dos moradores, Juju decidiu ir adiante. Convidou a cunhada, a recém-formada professora Sandra Oliveira, conhecida pela seriedade e competência profissional, para ir com ele tentar conseguir a ampliação junto a órgãos instalados em Salvador. Já na capital, procurou a coordenação da Cnec (Campanha Nacional de Escolas da Comunidade), que estava implantando unidades escolares comunitárias em várias partes do país. Na visita à sede da Campanha, uma surpresa:

– O que faz por aqui, Juju? – perguntou Ana Maria Lacerda, a secretária da Cnec, ao recordar-se de Ajuricaba, como um de seus alunos do curso de magistério de Caetitê.

Após os cumprimentos de praxe, Juju e Ana conversaram. E ele, que não poderia deixar passar aquela grande oportunidade, intercedeu pela escola. Ao fim da conversa, a mestra trouxe-lhe um alento:

– Fique tranquilo! Pode deixar que eu ajeito isso pra você –, prometeu Ana, ao final do encontro.

Cerca de três anos depois, em 1979, a Cnec criou um colégio para oferta do primeiro grau completo em Novo Horizonte. A iniciativa trouxe um sentimento misto de alegria e de redobrada desconfiança quanto à viabilidade do projeto. Afinal, quem daria aula? Além de Sandra e Ajuricaba, a instituição contou com o

também recém-formado professor Nivaldo Bernardes; e de outras professoras trazidas por Juju, como Maria Vieira, Zenir e, depois, Erondina Rodrigues. Cada uma delas ficou um período na casa do vereador, que havia assumido o papel de diretor da escola, 'segurando as pontas', para manter o funcionamento. Os pais pagavam uma taxa de manutenção do projeto e garantiam a continuidade. Assim, os estudantes dali puderam estudar perto de casa, durante mais um nível.

Faltava conquistar, a partir de então, o segundo grau.

Ainda durante o mandato na Câmara de Vereadores de Ibitiara, Juju, que rapidamente havia entendido as engrenagens do poder, decidiu que era hora de resgatar outro sonho da comunidade: o engavetado, mas não esquecido projeto de emancipação. Uma das suas primeiras ações como vereador foi a proposição de elevar o povoado de Novo Horizonte à categoria de distrito, um dos passos relevantes para a posterior ascensão à condição de município. Pensou que seria mais fácil conseguir a ampliação dos níveis de ensino oferecidos pela escola. Ser um distrito era, também, um requisito para ter um cartório de registro civil, o que evitaria o deslocamento constante da população para a Vila dos Remédios, a fim de fazer registros de nascimento, casamento e morte. A proposta entrou em pauta na Câmara Municipal e gerou acaloradas discussões.

Juju defendeu o projeto ferrenhamente e, no fim, teve êxito. Foi aprovado pelo parlamento municipal, que enviou o pleito à Assembleia Legislativa do Estado (AL-BA), responsável pela análise dos projetos e pela decisão, através da Comissão de Divisão Territorial. A sede do município, porém, não se animou com a ideia. Juju, então, foi chamado pelo prefeito, Zequinha, para uma conversa, antes de encaminhar o documento:

– Olha, se você conseguir o distrito, eu vou ser obrigado a dar apoio ao Mocambo, também. Eles me pediram e eu disse que não tinha condições, mas, como você está mexendo para Novo Horizonte, vou ter que dar entrada lá – ponderou Zequinha, pos-

sivelmente, tentando dissuadir o parlamentar das pretensões, segundo Juju. Mocambo era outro povoado de Ibitiara que, assim como Novo Horizonte, vislumbrava a independência.

- Então, o senhor pode dar entrada lá, porque Novo Horizonte tem condições. Já temos até um ginásio, só falta o cartório - rebateu o vereador.

Para a surpresa geral, Novo Horizonte e Mocambo foram declarados distritos, em maio de 1982, a partir das leis estaduais nº 4.053 e 4.055, respectivamente. E as mudanças vieram. O cartório, que viria para fortalecer o arraial organizado por Zé Salão, enquanto uma organização administrativa, foi instalado um ano após, em 1983. Não era mais preciso o deslocamento a Remédios para conseguir um registro civil. O novo distrito comemorou muito as conquistas recentes. Com o cartório pronto, fez-se grande expectativa sobre os primeiros nomes que seriam inscritos naqueles livros gigantes. Mas as folhas brancas não foram rabiscadas tão rápido.

O primeiro nascimento registrado no cartório de Novo Horizonte aconteceu em 1984, de um menino, batizado de Ricardo Santos Macêdo, filho do casal Lene e Carlinhos. Ricardo morreu jovem, em um acidente. O primeiro casamento ocorreu dois anos mais tarde, em 1986, e foi do casal Carolino Francisco Lopes e Adelizira Francisca Rosa, do povoado de Brejo Seco.

Aquele era um tempo de plantar sementes, mas, também, de colheita. Em 1983, formou-se a primeira turma de primeiro grau de Novo Horizonte. Para comemorar, o já distrito preparou uma celebração à altura. Foi produzida uma festa da formatura histórica, que fez até as serras estremecerem, de tão agitada. Esse e todos os outros acontecimentos, da década de 1970 ao início de 1980, intensificaram sobremaneira o desejo de independência nos corações daquele povo.

O REQUERIMENTO

A população estava decidida a buscar, mais uma vez, o desmembramento. Contavam-se, um por um, os potenciais que o distrito dispunha para se tornar um município. Entre os principais pontos favoráveis, estavam a rentável extração mineral e a sua circulação, um comércio forte, impulsionado por uma das feiras mais completas da região, uma escola de primeiro grau de qualidade e um cartório de registro civil, recém-instalado.

O primeiro passo das lideranças locais foi conseguir contatos com pessoas que pudessem explicar como era o processo rumo à emancipação. Então, descobriram que os pedidos de independência precisavam ser encaminhados a algum deputado estadual, que deveria elaborar um projeto de lei a ser direcionado à apreciação da Assembleia Legislativa do Estado. Por determinação da então Constituição de 1967, a AL-BA é quem detinha o poder decisório da criação de municípios, previsto no Artigo 15. Assim, os secessionistas aproximaram-se de Barbosa Romeo, do Partido Social Democrático (PSD), advogado, titular da Comissão da Constituição e Justiça da Casa e parlamentar apoiado por Ibitiara nas eleições.

Contrariando, pelo menos, no primeiro momento, a vontade da sede, Romeo decidiu apoiar os autonomistas. De imediato, instruiu o grupo a fazer um abaixo-assinado, junto à população, solicitando a divisão, e pediu informações sobre a localidade para elaborar o projeto de lei. A proposta foi levada, por Barbosa Romeo, à Comissão Especial de Divisão Territorial da Assembleia Legislativa, em 30 de abril de 1985, junto com um abaixo-assinado que continha 120 assinaturas. Além de especificar os limites territoriais – indicando que Novo Horizonte faria limite com Ibitiara, Olhos D'Água do Seco, Boninal, Piatã, Rio do Pires e Ibitipanga –, o documento oficial apresentava uma justificativa para a separação:

“O Distrito de Novo Horizonte é o mais progressista e o de melhores condições socioeconômicas do Município de Ibitiara.

Completa as exigências da lei para a sua emancipação e, os seus habitantes, conforme documento anexo [assinaturas], apoiam essa reivindicação”.

Formalizavam-se, ali, os desejos de independência e autonomia, nascidos, primeiro, da alma de Zé Salão, e, depois, dos líderes que o sucederam. Em comum, eles tinham o sentimento de não-pertencimento a Ibitiara e os anseios por melhores condições de vida, acesso a equipamentos e serviços públicos e retorno à comunidade da riqueza gerada por ela. Os novos comandantes locais sabiam que aquele não seria um processo fácil, pois envolvia malícia e um jogo de interesses, próprios da política. Ainda assim, estavam dispostos a levar aquele desejo até as últimas consequências. O duelo estava oficialmente declarado.

* * *

Sempre após uma viagem a Salvador, Juju aguardava, em casa, notícias sobre o andamento do projeto de emancipação. Era o deputado estadual aliado da causa que fazia os contatos, informando e convocando-o para acompanhar a passagem do texto pelas comissões parlamentares ou para visita a gabinetes e órgãos do governo, à procura de novas adesões. A depender das novidades ou necessidades, ele voltava à capital baiana para atuar na articulação política, visando a aprovação do projeto pela Assembleia Legislativa. Já era 1988.

Quando alguém aparecia com o recado de que havia ligação para Juju, em algum telefone de Ibitiara, era aquele burburinho. Envolvida no processo, a população queria estar, a todo momento, atualizada sobre as movimentações do grupo na busca por autonomia. O povo estava sempre discutindo, nos passeios e nos balcões da meia dúzia de botecos, onde imperava não só a cachaça, mas, também, o debate político. E aguardava, com ansiedade, o regresso do vereador, a cada viagem a Salvador. Quando ele chegava, a frente da sua casa, na rua do Triângulo,

uma nova praça que se formou ao lado da principal, logo ficava tomada de gente.

Certo dia, ao receber o chamado do deputado Barbosa Romeo, Juju partiu, prontamente, para a sede. Eram apenas pouco mais de 20 quilômetros, mas a estrada de terra batida, esburacada, tornava difícil o percurso. Ao saberem, as pessoas já se aglomeravam nas proximidades da sua casa, aproveitando a sombra de dois frondosos pés de fícus, à espera de boas novas:

– O que será? – perguntavam uns aos outros.

Quando Juju, finalmente, chegou, já era possível notar que ele trazia consigo uma notícia positiva, somente, pela expressão de felicidade.

– Saiu no Diário [Oficial] – disse, como quem liberta um grito contido.

A AL-BA havia autorizado o plebiscito, requisito essencial para a criação de municípios. É a fase em que a população interessada é consultada, como em uma eleição. O Diário Oficial do Estado da Bahia publicou, ainda, que o TRE (Tribunal Regional Eleitoral), responsável por essa etapa do processo, já tinha uma data para a votação: dia oito de janeiro de 1989.

Juju nem terminou de falar e o lugarejo explodiu em contentamento. A novidade correu rápido e, logo, bares já estavam cheios, em ebulição; muita gente se reuniu na praça, comemorando; gritos de vozes distintas podiam ser ouvidos de diversos cantos da pequena localidade: “Deu certo!”, “Agora é a votação!”. Fogos estouravam sem parar. Muitos fogos. As pessoas vibravam e já sonhavam com prefeito, com mais emprego, banco perto de casa. Uma alegria geral e contagiante. Aquele momento era esperado há, pelo menos, três décadas.

Porém, o que todas aquelas pessoas mal sabiam era que a parte mais difícil do processo seria a que ainda estava por vir. Logo, o início da campanha para a consulta popular abreviaria toda aquela euforia. Dali em diante, era preciso muito suor e saliva.



CAPÍTULO
Segundo

Os diferentes pássaros continuavam os voos cantantes de serra em serra, de árvore em árvore. As folhas secas, a cada outono, eram elevadas ao alto e ao longe pelo vento. Tanajuras e borboletas ganhavam o mundo, cada qual a seu momento, em revoada. No céu, ainda se via pipas coloridas a dançar. Em Novo Horizonte, desde que foi documentado o pedido de independência, tudo o que era de voar, voava, menos o tempo.

Da elaboração da proposta de emancipação, em agosto de 1985, até a divulgação da data de realização do plebiscito, em outubro de 1988, foram três anos de espera. Tempo que serviu, antes de tudo, para se compreender que a batalha para a conquista não seria tão fácil, como se chegou a supor. Depois de convencidos os deputados, era hora de sensibilizar toda a população para a causa. Um teste de fogo.

A tirar pela primeira, a próxima fase do processo seria ainda mais espinhosa e cheia de desafios, concluiu Juju, que teve misturadas sensações de alegria eufórica e preocupação com o que ainda viria. Na volta das comemorações, já em casa, ele parou para pensar naqueles momentos intensos que tinha vivido até ali. Os ininterruptos três anos de articulações políticas produziram acontecimentos que as letras frias impressas no Diário Oficial do Estado, as que anunciaram a chegada da consulta popular, não eram capazes de traduzir.

Esta narrativa acompanha as lembranças que vieram para Juju, naquele importante dia para a sua comunidade, e volta ao ponto inicial desse processo, marcado pela passagem do projeto de emancipação pela Assembleia Legislativa do Estado.

POESIA DE LIBERDADE

O ano era 1985, marco da redemocratização no Brasil. Um momento de otimismo para o povo brasileiro, que viu ser eleito o primeiro presidente civil após 21 anos de ditadura militar (1964-1985). No dia 15 de janeiro, por meio de uma eleição indireta,

Tancredo Neves, do PMDB, derrotou Paulo Maluf, do PDS (que depois se tornou PP), então candidato do regime. Tancredo morreu antes de tomar posse, mas isso não interrompeu a semente de esperança já plantada nos corações dos que clamavam por mudanças, por democracia. Sonhava-se com um novo tempo.

Nos balcões dos bares ou nas calçadas de Novo Horizonte, onde grupos se reuniam para rotineiras prosas, principalmente nos finais de tarde, após o dia duro de trabalho, os assuntos passaram a ser variados. Não eram mais só sobre quem estava doente, quem nasceu, morreu, casou, engravidou, sarou, pegou pedra no garimpo, largou o casamento ou fugiu pra viver longe um amor não aceito pela família. Naquele ano, o cenário político nacional e a tentativa de remexer no projeto de emancipação do distrito também dominaram as rodas de longas conversas e realimentaram os desejos de autonomia e prosperidade.

O QG (Quartel General) dos que debatiam a ideia de retomar o processo de independência de Novo Horizonte era o colégio, que já havia sido batizado em homenagem ao poeta baiano Castro Alves. Em qualquer pequeno vilarejo, escola representa um importante – senão o único – espaço de encontro, lazer e de manifestações políticas, artísticas e culturais. Capitaneadas pelo professor Ajuricaba, as reuniões para traçar as estratégias do projeto de emancipação aconteciam sempre lá. Nada mais simbólico, pois que Castro Alves foi conhecido como o poeta da liberdade.

[...] curvo
Na face do presente escuro e turvo
E interrogo o porvir;
Ou levantando a voz por sobre os montes, –
'Liberdade', pergunto aos horizontes,
Quando enfim há de vir?

trecho do poema **Confidência**, de Castro Alves

Já no início do processo, os líderes do movimento anteviram o surgimento de demandas urgentes, a pressão dos opositores sobre os parlamentares para levar o projeto ao esquecimento na Assembleia Legislativa e a exigência de negociações políticas nos corredores e gabinetes da Casa legislativa. Assim, a partir dos debates nas reuniões, ficou decidido que era necessário acompanhar o projeto de perto, para intervir, com rapidez e eficácia, sempre que necessário. Como isso era dispendioso, pensaram na possibilidade de os moradores do distrito arcarem com as despesas das viagens de Juju a Salvador, onde ficava a sede da AL-BA e residia a maioria dos deputados. Montou-se uma estratégia para a sensibilização e conquista de adesões: tornar os encontros abertos, para explicar ao povo a situação e ouvir opiniões.

O discurso nas reuniões era sempre o mesmo:

– Agora é a vez dos deputados decidirem se o projeto tem condições ou não de passar. É preciso um de nós lá, pra corrigir alguma coisa, conversar com um, pedir o apoio de outro – repetiam as lideranças pró-emancipação, nos encontros realizados na escola, quando o povo era convidado a participar. Em geral, nem precisava delonga. Primeiro, pelo desejo comum de emancipação; depois, pela confiança e pelo respeito que as lideranças detinham na comunidade. As declarações de apoio passaram a ser, cada vez mais, manifestadas.

Com o sinal verde, faltava apenas definir quem ficaria encarregado pela arrecadação porta a porta das doações. O grupo julgou que teria que ser alguém bem relacionado com a população, que pudesse entrar e sair da casa de qualquer um, a qualquer momento. Não houve outro nome: Dó foi o escolhido.

Agenor Vieira da Costa, o Dó, saiu de Boninal, município vizinho, para trabalhar em uma sapataria de Novo Horizonte. Gordinho, de óculos, com um jeito ordeiro, o tímido comerciante tornou-se benquisto na terra de Zé Salão. De lojista, passou a funcionário responsável pelo motor da energia e, disto, para dono da Comercial Vieira, uma mistura de bar e mercearia. Quando soube

da ideia da emancipação, passou a atuar na condução do movimento, tornando-se uma das lideranças. A Dó, ficou delegada a função de fazer a contabilidade das despesas de Juju e, depois, a coleta dos recursos. Ele saía pelas casas com uma caixinha e uma lista nas mãos, recebia o dinheiro e pedia que o contribuinte assinasse o documento, comprovando a ajuda.

Não havia um valor fixo a ser cobrado, cada um dava aquilo que podia. Apesar da boa vontade popular, as doações coletadas não eram suficientes. A pobreza ainda marcava a localidade, apesar da intensa atividade mineral, cujos ganhos maiores eram restritos aos intermediadores. Só o transporte era garantido pela vaquinha. Restava, ainda, definir formas de custeio da hospedagem na capital baiana.

Pela falta de alternativa, recorreu-se, então, ao poder público de Ibitiara, em uma ação, aparentemente, contraditória. Embora parecesse uma possibilidade distante, essa se revelou uma das decisões mais acertadas daquele processo.

ALIADO DE PESO

O grupo convidou o prefeito de Ibitiara, Albino Alves Pereira (mandato 1983 a 1988), a participar de uma das reuniões, de modo a lhe apresentar detalhes da proposta de emancipação. O político aceitou e foi recebido na residência de Zé Bernardes, na praça central, onde ouviu até o que não estava na pauta. Os líderes de Novo Horizonte decidiram, antes do encontro, arriscar a fazer uma convocação que deixaria o prefeito em saia-justa.

– Junte-se à nossa luta, Albino – pediram. Ainda argumentaram que o prefeito tivera uma boa votação no distrito e deveria retribuí-la; e que o município de Ibitiara era muito grande para ser administrado, o que acabava por deixar alguns lugares desassistidos.

Albino ficou balançado. Aquela era uma decisão complexa, afinal, qualquer cidadão ibitiarense que se posicionasse a favor estaria contrariando os interesses da sede, majoritariamente,

avessa à proposta, pelo receio de perdas de receita geradas pela separação. Para a autoridade máxima do município, era ainda mais difícil, porque, certamente, provocaria a ira de outros políticos locais, até correligionários. Pesavam positivamente o fato de ter amigos na localidade, como o próprio Zé Bernardes, e, também, a opinião pessoal de que uma nova prefeitura melhoraria a oferta de serviços básicos e a condição socioeconômica daqueles munícipes, até pela descentralização dos empregos, oferecidos, em sua maioria, na sede de Ibitiara, em detrimento dos povoados e distritos.

Na cabeça do prefeito, um turbilhão de pontos favoráveis e contrários à sua adesão se digladiava, mas, naquela mesma noite, veio a resposta.

– Podem contar comigo! Se é pra melhorar Novo Horizonte, eu tô junto. O que é que vocês estão precisando? – indagou, surpreendendo a todos.

Os novo-horizontinos quase não acreditaram, mas não tiveram tempo para o choque. Tão logo, expressaram as necessidades urgentes da mobilização, como o pagamento das despesas com a estadia de Juju em Salvador.

– Com hotel, vocês não precisam se preocupar mais, não – prometeu Albino, prontamente.

Vibração geral.

Naquele início do processo, a adesão de peso foi um grande estímulo para a comunidade. A partir de então, os secessionistas, até então considerados fracos, tinham ao lado o homem de maior poder do município. E isso, como esperado, estremeceu as estruturas de Ibitiara, gerou falatório, provocou uma troca de insultos. Logo, as intenções do prefeito começaram a ser questionadas. Ele foi acusado de tentar fazer uma manobra, para se fortalecer politicamente frente aos seus adversários, pois um deles, o ex-prefeito José Lopes dos Anjos, o Zequinha, era da região de Remédios e tinha muitos aliados lá.

A suspeita era de que, ao tomar conhecimento do projeto de divisão, Albino soube que a localidade passaria a pertencer a Novo Horizonte, deixando, então, seu caminho livre em Ibitiara. Até pouco tempo, todos eles faziam parte do grupo de Florentino Lopes, tio de Zequinha. Mesmo após o seu mandato, Florentino (1963 a 1967) continuou exercendo forte liderança em Ibitiara e promoveu, também, o sobrinho, eleito prefeito na gestão anterior à de Albino. Antes de sair do cargo, Zequinha encomendou uma pesquisa de preferência dos eleitores, com a finalidade de encontrar um nome para sua sucessão e, como Albino, professor e funcionário do Fórum, foi o mais cotado, resolveu lançá-lo candidato. O educador saiu vitorioso, mas, ao assumir, desentendeu-se com a família Lopes.

VIAGENS

A suposta manobra, contudo, não interessou aos líderes de Novo Horizonte. Afinal, a adesão de Albino era um relevante reforço para a escalada que se propuseram a fazer. As atividades na Assembleia Legislativa iam de vento em popa e qualquer problema poderia alterar o andamento. Nas décadas de 1970 e 1980, a capital baiana passava por transformações urbanísticas: se expandia, avançava para pontos não-habitados, ao norte, e desafogava a região colonial do Centro Histórico, que permanecia hegemônica desde a criação da cidade, em 1549.

Essa modernidade desenvolvimentista foi materializada nas arquiteturas inovadoras das obras do CAB (Centro Administrativo da Bahia), do Shopping Iguatemi (que depois foi rebatizado de Shopping da Bahia) e do novo terminal rodoviário; e na abertura de vias como a Avenida Paralela. Tantas novidades fisgaram os soteropolitanos, que se espalharam por essa área.

Com as mudanças, o charmoso e pujante comércio, representado pela Rua Chile e pela Avenida Sete, enfraqueceu-se. As calçadas, outrora intransitáveis devido à elevada clientela en-

trando e saindo das lojas, passaram, aos poucos, a ficar vazias. Iniciavam-se tempos difíceis.

Neste perímetro da antiga Salvador, estava o Hotel Paris, nas proximidades da praça Castro Alves, onde a Baía de Todos os Santos sempre tornou inevitável e irresistível a contemplação dos transeuntes. Ficava a 15 km da Assembleia, sediada no recém-criado CAB. Portanto, distante para Juju, que instalava-se ali durante as visitas a Salvador, mediante pagamento efetuado pela Prefeitura de Ibitiara.

Durante o processo de tramitação do projeto de emancipação na AL-BA, somaram-se 23 viagens do professor à capital baiana. O percurso era sofrido. A viação Novo Horizonte ainda não tinha linha para a cidade e Juju era obrigado a ir em alguma caminhonete emprestada para um lugar conhecido como Lagoa do Dionísio, onde pegava o ônibus da empresa Alto Paraíso (que depois passou a se chamar Real Expresso), para percorrer mais de 500 km de estradas e rodovias mal conservadas, vencidos em mais de 10 horas, até o centro decisório do Estado.

Em algumas ocasiões, Juju era recebido em Salvador por Laércio Fernandes, que havia migrado de Novo Horizonte para trabalhar como fiscal de arrecadação estadual, cargo conquistado em um concurso público e que o levou a renunciar ao posto de vice-prefeito de Ibitiara, em 1978. Embora distante, Laércio esforçava-se para não se afastar dos acontecimentos da terra natal. Com um melhor conhecimento da capital e alguns contatos com políticos, ele passou a instruir, sempre que podia, o amigo que viajava com a missão de costurar apoios para o projeto.

Aos poucos, os dois passaram a ter uma relação bem mais próxima com Barbosa Romeo, o deputado de Ibitiara apoiador da causa. Logo, o parlamentar passou a recebê-los em casa, no bairro da Pituba, onde passaram a discutir a elaboração da proposta. A dupla levava ao político informações sobre as características e vocações da localidade e decidia, com ele, os detalhes da organização do território a ser desmembrado. Assim, preparavam a

argumentação apresentada no documento em defesa da separação, sem saber que Romeo cortejava os dois lados – o a favor e o contrário à autonomia de Novo Horizonte.

Apoiado pelo município nas campanhas eleitorais, com votação, também, em Novo Horizonte, Barbosa Romeo mantinha relações políticas com lideranças da sede e do distrito. Por conta disso, o deputado ficou dividido entre um e outro. Pressionado, de início, fingiu atender aos pleitos dos dois lugares. Sentava-se com Ajuricaba e Laércio para elaborar o projeto, mas prejudicou seu andamento na AL-BA. Anos depois, confessou a Juju que seus oponentes sempre lhe pediam para ‘segurar’ o processo e, por vezes, retardou o trâmite, buscando sempre uma desculpa para dar aos requerentes, pela demora. “Falta isso, falta aquilo”, dizia-lhes.

As coisas começaram a mudar no final do mandato de Romeo (1983 a 1987), quando ele desconfiou não ser mais o único deputado apoiado pela elite política de Ibitiara, defensora ferrenha da submissão de Novo Horizonte ao jugo ibitiarense. Ele soube que os políticos locais estavam apoiando, também, outro parlamentar, pertencente à família Matos, hegemônica na Chapada Diamantina, desde os tempos áureos do coronelismo, com o domínio de Horácio de Matos, morto em 1931, sobre toda a região. Tratava-se de Horácio de Matos Neto, o Horacinho, eleito pelo PFL em 1986 para o mandato 1987-1991 e morto em 2008.

Zequinha, um dos principais líderes de Ibitiara, negou, veementemente, o jogo duplo. Em sua versão, os Matos tiveram o apoio do grupo político comandado por sua família, em um momento anterior, mas, naquela época, tinham como reduto uma cidade vizinha, Piatã, só conquistando votos em Ibitiara porque fez ações independentes, como visitas a formadores de opinião locais. Cabreiro com a história, Barbosa Romeo pediu que Juju explicasse-lhe o caso. Em sua casa, colocou o vereador contra a parede.

– Ajuricaba, seja sincero comigo, José Lopes [Zequinha] está me apoiando ou apoiando Horacinho? – questionou, com ar inquisitivo.

O edil pensou bem antes de responder e chegou a hesitar em atear fogo na fogueira, mas, depois, confessou:

– Oh, doutor, ele está...ele está com Horacinho.

Decepcionado, o deputado não titubeou:

– Pois vamos para Assembleia agora. Se Novo Horizonte não passar a ser cidade, nenhum outro [distrito] passa – prometeu Barbosa Romeo, revoltado com a suposta traição dos aliados e com desejo de vingança.

Ao chegarem à Assembleia, se dirigiram ao deputado Coriolano Sales, que, naquele momento, era presidente da Comissão Especial de Divisão Territorial, e o parlamentar barganhou:

– Vamos aprovar o projeto de emancipação de Novo Horizonte, que a gente vota nos três projetos assinados pelo senhor – propôs Romeo, revelando que havia um clientelismo na aprovação dos requerimentos. As propostas apresentadas por Sales eram dos distritos de Caraíbas do Gavião, esse vinculado à época ao município de Tremedal; Ribeirão do Largo, a Encruzilhada; e Quaraçu, ainda pertencente a Cândido Sales.

O otimismo tomou conta de Juju e companhia. Mas duraria pouco. O mandato de Barbosa Romeo estava terminando, a proposta ainda não tinha ido ao plenário e ele, surpreendentemente, decidiu não se candidatar para mais um mandato, naquelas eleições de 1986, deixando o grupo órfão, sem um protetor na Casa legislativa. Como a proposta de emancipação de Novo Horizonte era assinada pelo deputado, a sua saída da Assembleia representou o enfraquecimento do projeto.

A falta de apadrinhamento resultou, meses após o fim do cargo de Romeo, em dezembro daquele ano, na exclusão daquela demanda da pauta de discussões do parlamento. Desorientada, a população sequer soube desta notícia.

PROBLEMA DE LIMITE

Certo dia, Laércio, estranhando o silêncio quanto ao andamento da proposta, resolveu verificar os rumos do documento. Levou um susto quando soube da retirada. Mediante o questionamento do motivo da destituição, disseram a ele que as informações sobre os limites territoriais da região a ganhar autonomia continham um equívoco. O problema teria sido descoberto pela equipe do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que trabalhava em parceria com a Comissão de Divisão Territorial (que, depois, se subdividiu, criando a Comissão Especial para Assuntos de Emancipação), na análise das condições geográficas dos proponentes. E só.

O erro era uma incógnita. Sem entender o que podia ter falhado, o líder procurou agir, a fim de identificar e corrigi-lo. Apelou aos contatos que tinha para conseguir ajuda. Lembrou que um colega de trabalho, Gerson Telles Queiroz, era amigo do deputado José Rocha, um ex-integrante da comissão, e se dirigiu a ele:

– Tem um problema de limites no projeto de Novo Horizonte que eu não entendi. Talvez José Rocha possa me explicar – explicou.

– Se você quiser, eu marco com ele pra gente ir lá – respondeu Gerson.

Mediação aceita. Então, Gerson foi com Laércio até o deputado, que ouviu a história e um pedido de auxílio. Solícito, Rocha escreveu uma carta ao presidente do IBGE, conhecido como Dr. Loureiro, solicitando que os recebesse e contribuísse, prestando informações sobre o caso. Atendido pelo próprio presidente, Laércio explicou a demanda e, ao ouvir as explicações, conseguiu desvendar o mistério: no projeto, constavam como limites de Novo Horizonte o povoado de Olhos D'Água do Seco e os municípios de Boninal, Piatã, Rio do Pires, Ibitiara e Ibipitanga, mas um município só poderia manter limite com outro município – nunca com um distrito ou povoado.

De posse desse conhecimento, Laércio reclamou a presença de Juju. Este voltou a Salvador, para fazer as alterações na proposta e acelerar a tramitação do projeto na Assembleia. Para tanto, recebeu orientações de Loureiro. E fez os ajustes. A teia de relações pessoais e a troca de favores garantiram a sobrevida ao processo.

Ao saber que o documento era assinado por Barbosa Romeo, Loureiro confessou:

- É de Barbosa, o projeto. Ele foi meu colega de faculdade. Bastava um telefonema seu e estava tudo certo.

Laércio guardou eterno ressentimento de Romeo, pelo abandono da proposição, mas não se deixou abater. Enfim, a proposta voltou à pauta da Assembleia Legislativa.

* * *

A conquista da esperada autorização para a realização do plebiscito, notícia que havia sido dada à população por Juju, aconteceu no dia 27 de outubro de 1988, uma quinta-feira. Naquele dia, o Diário Oficial do Estado publicou, em texto objetivo: “TRE marca plebiscito para oito de janeiro em 52 distritos”. Era a confirmação de que as propostas tinham sido aprovadas em plenário e seguiam para a segunda etapa do processo.

Na lista, além de Novo Horizonte, estavam as seguintes 51 localidades: o distrito de Adustina, que pretendia se emancipar do município de Paripiranga; Apuarema, de Jaguaquara e Wesceslau Guimarães; Baraúnas, de Seabra; Bom Jesus da Serra, de Poções; Bonito, de Utinga e Morro do Chapéu; Bravo, de Ipirá; Cabaceiras do Paraguaçu, de Muritiba; Caetanos, de Poções; Caldas do Jorro, município de Tucano; Caraíbas, de Tremendal; Caturama, de Botuporã e Paramirim; Ponto Novo, de Caldeirão Grande; Ribeirão do Largo, de Encruzilhada; São Domingos, de Valente; Paraíso do Rio Pardo, de Mascote e Canavieiras; São José da Vitória, de Buerarema; Serra do Ramalho, de Bom Jesus da Lapa; Sítio do Mato, de Bom Jesus da Lapa; Sobradinho, de

Juazeiro; Presidente Tancredo Neves, de Valença; Umburanas, de Campo Formoso; Lajedo do Tabocal, de Maracás; Madre de Deus, de Salvador; Vereda, de Prado; Varzedo, de Castro Alves; Cristo Lopes, de Malhada; Fairlândia, de Ibirataia; Feira da Mata, de Carinhanha; Igrapiúna, Camamu, Iguatemi da Bahia, Livramento de Nossa Senhora; Itabela, de Porto Seguro. E, ainda, Itaguaçu, de Xique-Xique; Itamarati, de Ibirapitanga; Jucuruçu, de Itamaraju; Itatim, Iaçú; Matina, de Riacho de Santana; Banzaê, de Ribeira do Pombal; Mirante, de Boa Nova; Muquém do São Francisco, de Barra; Mulungu do Morro, de Cafarnaum e Morro do Chapéu; Nova Fátima, de Riachão do Jacuípe; Nova Redenção, de Andaraí; Novo Triunfo, de Antas; Ourolândia, de Jacobina; Piraí do Norte, de Ituberá; Quaraçu, município não informado; Quixabeira, de Serrolândia; São Félix do Coribe, de Santa Maria da Vitória e Coribe; e Sítio do Quinto, de Jeremoabo.

Aquela quinta-feira era véspera do dia da feira, único momento em que o lugar ganhava movimento. A novidade trazida por Juju, no entanto, fez com que a sexta-feira se antecipasse logo, pois Novo Horizonte já explodia em euforia. O alvoreço, que começou debaixo do pé de fícus da casa de Juju, onde parte da população o aguardava, ganhou a praça, em uma festa regada a música, álcool, foguete e entusiasmo. No meio daquelas serras altas e assimétricas, algo estava diferente.

CORRIDA, DIVISÃO E ESTRATÉGIA

1988, um ano emblemático para o Brasil. Época de construir instrumentos para a consolidação da democracia, reinaugurada, em 1985, com o fim do regime militar. Uma nova onda contagiante, que tornou aquele ano um tempo de consolidação do declínio do sistema autoritário, em vigor há mais de duas décadas, e do caos político e econômico herdado desta triste fase da República brasileira. Vivia-se a surpresa, a intensidade e a alternância de acontecimentos, ora estimulantes, ora preocupantes.

Em outubro, talvez o mês que mais representou a antítese de sentimentos vivida pelos brasileiros naqueles tempos, a inflação atingia a sua maior alta de toda a história, permanecendo em 27,25% ao mês. O presidente da República, o maranhense José Sarney, vice de Tancredo Neves que havia tomado posse, falava em ajuste fiscal e em nova política de renda e de investimentos, mas não conseguia unanimidade no universo político. O país corria sérios riscos de entrar em um colapso. Mas, nas bancas, manchetes de jornais anunciavam efusivamente a promulgação de uma nova Constituição Federal.

A Constituição Cidadã, como ficou conhecida, provocou acalorados debates no Congresso Nacional, durante sua elaboração, e alimentou a esperança de que tudo entraria, de vez, nos eixos. Ela assegurava aos brasileiros vários direitos individuais, outrora restritos. Muitos desses direitos foram conquistados pela luta popular, como as 'Diretas Já', a maior manifestação de rua, que mobilizou o país em busca do voto direto nas eleições presidenciais.

É na década de 1980 que se verifica um crescimento da organização e participação popular na vida política do Brasil. Nesse momento, movimentos sociais surgem como instituições, a exemplo do PT (Partido dos Trabalhadores), em 1980; da CUT (Central Única dos Trabalhadores), em 1983; e do MST (Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra), em 1985.

A Carta Magna também revolucionou a organização política do Brasil, principalmente, no que se refere à participação do município na administração pública. A CF elevou o seu status, tornando-o um ente da Federação, ao lado da União, dos Estados e do Distrito Federal, dotado de poderes, como autonomia para criar suas próprias leis e deliberar quanto ao destino dos seus recursos.

Ao contrário da legislação do regime militar, que restringia a atuação dos entes federativos para centralizar a gestão pública no governo federal, o novo texto pretendia dividir as atribuições entre os entes federativos. Por estarem mais próximos da população e melhor conhecê-la, o Estado e, principalmente, o município,

teriam mais propriedade para identificar as necessidades e definir as prioridades para o investimento público. Assim, os municípios, depois, passariam a assumir as escolas de educação básica e os postos de saúde.

As modificações aguçaram, ainda mais, o desejo de independência de distritos por todo o país, inclusive Novo Horizonte. As notícias sobre as possibilidades de mudanças eram um motivo a mais para sonhar com a separação de Ibitiara e provocaram uma nova corrida pela emancipação.

A aprovação dos 52 projetos que tramitavam na Assembleia Legislativa do Estado desde 1985, com a autorização para a realização de plebiscitos, aconteceu vinte e dois dias depois da promulgação da Carta Magna. Havia uma evidente pressa.

Enquanto a tramitação da maioria dos projetos durou três anos, a fase de convencimento dos eleitores a decidir pela separação ou não do município de origem seria bem mais rápida. Eram contados 73 dias para a votação. Tempo curto para planejar e pôr em prática uma campanha para persuadir as comunidades que iriam às urnas sobre as vantagens proporcionadas pela independência. Com umas poucas vozes para espalhar os ideais de autonomia e pedir votos, os cofres vazios para subsidiar os deslocamentos e o material de divulgação, o grupo de Novo Horizonte, de maioria jovem, deu início aos trabalhos.

O plebiscito, previsto no artigo 14 da Constituição de 1988, ouvia apenas os eleitores radicados na área a ser desmembrada. Para a criação do município de Novo Horizonte, deveriam ir às urnas, além dos moradores do distrito proponente, habitantes de logradouros vizinhos que, pela proposta, passariam a pertencer à nova comuna, como Remédios e Brejo Luiza de Brito, que, aparentemente, eram contrários à proposição por, também, buscarem a própria independência.

Como havia sido sede do município de Ibitiara até 1925, Remédios tentava, naquele momento, reassumir o posto. Povoadas durante as andanças dos Bandeirantes, no século XVII, a loca-

lidade abriga a secular Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, construída no mesmo período. A perda do título de sede para o antigo Arraial do Bom Sucesso aconteceu sob protestos de populares, inconformados com o rebaixamento. Mais de 60 anos depois, a insatisfação com esta condição voltou à tona. Para ela, a emancipação de Novo Horizonte dificultaria a reconquista da sua autonomia, porque aquele território já estaria dividido por dois, Novo Horizonte e Ibitiara.

Brejo também requeria independência. Propulsionada pela imponente produção agrícola que possuía, a população de lá queria garantir que a renda gerada por suas atividades econômicas proporcionasse benfeitorias à comunidade.

Nesse momento, formaram-se, entre os ibitiarenses, dois grupos políticos, batizados a partir das opções de voto no plebiscito: o ‘Sim’, constituído por aqueles que defendiam a separação, residentes, principalmente, no povoamento impulsionado por Zé Salão; pelos contrários, moradores, sobretudo, da sede de Ibitiara e das localidades de Brejo e Remédios.

Cada um organizou reuniões para definir estratégias de campanha e bases do discurso a ser adotado junto aos votantes. O ‘Não’, liderado por Zequinha e composto por outros nomes fortes em Ibitiara, como o padre Aldo Copolla – embora depois ele tenha negado a posição – e o próprio Florentino Lopes, providenciou peças de divulgação da sua posição, a exemplo de cartazes. Um deles ficou conhecido por ter sido encarado como ameaçador, devido ao título “Ibitiara ninguém divide”. No texto, porém, o grupo adotava um tom mais brando, apelando para as emoções do eleitorado, ao defender que Ibitiara e Novo Horizonte eram tal qual pai e filho e que família ninguém podia dividir. Além disso, o material alfinetava o prefeito Albino, aliado do ‘Sim’, ao dizer que faltava ao município, apenas, “bons administradores”.

O ‘Não’ decidiu, desde o início, que as visitas às comunidades não seriam o foco do trabalho, embora tenha feito algumas. Florentino era conhecido como “político do recado”, porque preferia

estabelecer contato com o povo através de cartas e bilhetes. Por esses meios, enviados às principais e mais influentes lideranças da região, para que elas espalhassem seus ideais, explicitava motivos para a não-divisão: Ibitiara seria fragilizada e os repasses seriam pequenos para ambos, Ibitiara e Novo Horizonte. O tio de Zequinha tinha, também, outro fator facilitador, que justificava o fato de ele não sair às ruas, em comícios. Era proprietário da loja Comercial Simone, uma das mais populares da região, por abarcar uma variedade de artigos essenciais ao homem do campo, como produtos agrícolas e veterinários, rações, além de calçados, confecções e materiais de construção.

Principalmente aos sábados, dia da feira de Ibitiara, os arredores da loja ficavam cheios de cavalos amarrados, à espera dos donos. Eram os clientes de Florentino, que utilizavam o local como arena de debate político e acabavam se tornando aliados do proprietário.

O ‘Sim’ agiu de forma diferente. Primeiro, definiu o discurso. O exemplo de sucesso de Ibipitanga, antes chamada de Barro Vermelho, que, também, pertenceu a Ibitiara, seria usado sempre. Além disso, seriam evidenciadas as necessidades de melhoramento na oferta de serviços básicos, especialmente, quanto à educação, à saúde, à geração de empregos e renda e ao transporte, essencial para o comércio do cristal, principal fonte de renda local.

A campanha do ‘Sim’, apesar de não dispor, inicialmente, de recursos, também contou com materiais para divulgação, até em maior volume que a do ‘Não’. Os trabalhos de comunicação impressa eram simples, quase artesanais. Eram boletins informativos, com um resumo da história da localidade, santinhos e cartazes, principalmente. Ajuricaba, com o apoio de Dó, também mandou imprimir cartazes pró-emancipação, com o lema “Pense no progresso – Diga Sim a Novo Horizonte”. A mais sofisticada das peças foi cedida por Laércio, que a trouxe da capital. Era um adesivo para se colar nas janelas de vidro das casas e dos carros,

uma novidade para a população local. Nele, lia-se outro lema: “Vote Sim – emancipe Novo Horizonte”.

Parte do material era doada, também, por moradores que migraram para São Paulo, como membros da família de José Joaquim Lopes, o Zé de Teto, do povoado de Vereda, e Lourinho, neto do pioneiro Zé Salão. Movido pela expectativa de autonomia, Lourinho também arrecadava dinheiro entre os migrantes e mandava para ajudar nas despesas do ‘Sim’.

Desconfiado de que essa comunicação, sozinha, não traria resultados, o ‘Sim’ adotou a estratégia do contato ‘olho no olho’ para convencer os eleitores das vantagens da emancipação, com prioridade para a visita a lugares onde os adeptos do ‘Não’ eram predominantes, em especial, as regiões do Brejo e de Remédios, as mais arreadas. Não se intimidou nem com as notícias de que se o grupo se dirigisse a essas localidades seria rechaçado.

Enquanto o ‘Não’ mandava os recados aos líderes das comunidades, o ‘Sim’ começava a se preparar para ir até elas. Além de confirmar a presença de Albino em alguns comícios, o grupo apelou a outras pessoas influentes, como comerciantes e empresários do cristal, como forma de garantir, pelo menos, respeito à comitiva. Alguns deles passaram a contribuir, também, com as despesas da empreitada.

Antônio Dias do Carmo, o Totôe, um dos irmãos Mateiro, Ednilson Prado, o Banhado, e Almir Fernandes disponibilizavam suas caminhonetes – carros comuns na região, por serem próprios para estradas íngremes – para a condução dos mobilizadores e do material de divulgação. Quase sempre, as caminhonetes eram também improvisadas como palanque. Entre estes aliados, estavam, ainda, Osvaldo de Souza, do povoado do Costa; Osvaldo dos Santos, dono de uma padaria na primeira praça; José de Souza, o Zé da Rebeira, dono de uma marcenaria; Antônio Morais, o Tõe de Gimí, que se tornou um importante nome da mineração; Alcides Oliveira, proprietário do Bar Rodoviária, um dos mais frequentados; entre outros. Além destes, os secessionistas conseguiram

outro apoio importante: José Alves dos Santos, o Zé de Braulina, então delegado de Ibitiara, natural do Brejo e com certa influência na comunidade.

No entanto, o trabalho, centrado, principalmente, em transformar a opinião das pessoas contrárias, não parecia surtir efeito. Pelo menos, a mudança não era notada nas ruas.

VAIAS E OVOS

Uma das primeiras visitas aconteceu em Remédios, justamente uma das localidades opositoras da proposta de emancipação de Novo Horizonte. A comitiva já havia avisado a população da ida e, quando chegou, se instalou na frente da imponente Igreja de Nossa Senhora dos Remédios. A praça que abriga o templo religioso, com suas árvores contadas, aos poucos, foi ocupada também por gente.

Os visitantes, quando estiveram prontos para começar a ação, perceberam uma agitação de alguns moradores, que observavam afastados o movimento dos adversários. Tão logo, os novo-horizontinos tiveram a certeza de que algo de ruim estava por acontecer.

– Uuuuuuuuuuuuuuuuu – surgiu uma vaia, entre os ouvintes.

A voz foi acompanhada de outras, atrapalhando os discursos que começaram a ser proferidos à aglomeração formada diante da igreja. As pessoas vaiavam ferozmente, intimidando o grupo, que se constrangeu. Nesse momento, alguém pediu a palavra:

– Vocês não sabem o quanto isso me decepciona. Eu nasci aqui e tenho o maior apreço por esse pedaço de chão –, desabafou um dos líderes, aos berros, para ser escutado de longe.

Era Laércio. Ele tinha mesmo nascido lá, mas foi criado no arraial de Novo Horizonte, onde José Hermínio dos Santos, mais conhecido como Tatainha, seu pai, abriu uma farmácia na localidade. Em Remédios, ele foi, também, professor. Diante do apelo,

os baderneiros pararam para ouvir o seu discurso, que soou como música de ninar, em meio àquele alvoroço.

Na localidade de Serafim, na região do Brejo, a situação foi ainda pior.

Pela importância da atividade nas localidades contrárias ao pleito e pelo constrangimento sofrido em Remédios, o 'Sim' se articulou para promover eventos melhores e mais atrativos. Conseguiu um grande feito: garantir a participação de um deputado para dar crédito ao time, nas áreas onde o diálogo sobre a emancipação era mais difícil.

O escolhido foi o deputado federal Waldeck Ornelas, do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), que se prontificou a sair com a comitiva, para reforçar e dar legitimidade ao discurso. Era uma presença muito ilustre, de peso, e isso animou os novo-horizontinos. Ao chegar à praça de Serafim, o grupo logo causou rebuliço entre os moradores, mas perseverou.

Em um momento, tudo pareceu, de repente, calmo. Foi quando Ornelas fez o uso da palavra. Ele falava da importância de Novo Horizonte seguir o seu próprio rumo, mas fez uma pausa abrupta no instante em que percebeu objetos sendo lançados em sua direção. Procurou identificar o que era. Olhou para o chão e viu uma gosma amarelada. Eram ovos. Depois do primeiro, vários outros foram lançados, inclusive, nas lideranças do 'Sim', que se viram obrigadas a se debandar dali.

Estavam todos enfurecidos, tanto pelo encerramento precoce da reunião, quanto pelo constrangimento causado ao parlamentar aliado. As derrotas representaram um duro golpe para o 'Sim'.

A ameaça de que os defensores da divisão não seriam bem-vindos, feita no início da campanha, tinha sido séria. Diante dessas frustrações, os novo-horizontinos sentiram a força política de Ibitiara e temeram-na. Para reverter a situação, aparentemente, desfavorável, uma nova estratégia: a aproximação com José Lopes dos Anjos, o Zequinha, um dos líderes da oposição e uma

personalidade querida, principalmente, por Brejo e Remédios. Valeu o ditado: “se não pode com eles, junte-se a eles”.

A partir do êxito da reunião com Albino, fez-se um convite similar ao ex-prefeito de Ibitiara, para uma conversa. E ele aceitou. Em um encontro que aconteceu na escola, negociou-se a sua adesão ao grupo. As fichas apostadas eram altas, pelo grau de desespero: se aceitasse, Zequinha seria lançado pelo ‘Sim’ como candidato à primeira gestão da prefeitura do novo município. O ex-prefeito ibitiarense pensou, mas não titubeou na decisão. A resposta veio logo e surpreendeu: era um ‘sim’ para o ‘Sim’. Ele estava disposto a militar pela causa da emancipação, em troca de ser o primeiro prefeito de Novo Horizonte.

Uma alegria incontida invadiu todos os cantos daquela sala escolar. Aquele era um ‘sim’ revigorante, que surgiu, aos presentes, como um fôlego novo aos pulmões cansados.

Ali mesmo, organizaram um roteiro de atividades. De início, Zequinha visitaria a localidade mais temida por todas: o Brejo. Na ocasião, declararia seu apoio aos secessionistas e falaria aos eleitores sobre a necessidade de dividir Ibitiara. Tudo acertado: o grupo iria pela Estrada da Fazenda, enquanto Totõe passaria no Sítio do Batata para pegar o novo aliado e levá-lo até às Coiranas, na região do Brejo, onde todos se encontrariam.

Como combinado, Totõe juntou-se ao novo aliado e partiu com ele até Ibitiara, para fazer uma pausa. Lá, contudo, foi abordado por curiosos que, logo, começaram a questioná-lo sobre a campanha. Enquanto conversava, Zequinha se afastou e, pouco depois, um homem se aproximou para lhe dar um recado:

– Estão te chamando na loja de Florentino [o tio de Zequinha].
Ele atendeu ao chamado.

Sem pestanejar, o irmão Mateiro caminhou atrás, até o Comercial Simone. Avistou, de imediato, Zequinha no balcão com Florentino.

- O povo do Brejo me mandou uns bilhetes, dizendo que Zequinha não fosse, que a coisa lá ia ficar feia -, disparou Florentino, quando Totõe apareceu na porta do estabelecimento.

Atônito com o que acabara de ouvir e com receio do que aquilo poderia representar, Totõe não quis saber muito. Olhou fixamente pra Zequinha e perguntou:

- E, aí, Zequinha? É com você. Como é?

Zequinha devolveu o mesmo olhar e respondeu:

- Eu não vou. Se é assim, se eles não querem que eu vá...

Totõe perdeu o chão. Um turbilhão de questões passou por sua cabeça: “aquele era o fracasso do ‘Sim’”, “tudo era uma armação”, “Florentino havia proibido Zequinha de ir”, “era uma estratégia dos adversários”.

Questionado sobre isso, anos mais tarde, José Lopes negou qualquer premeditação e a proibição do tio. Enquanto seguia para Ibitiara, ele teria repensado sobre a adesão ao ‘Sim’ e a considerado ‘desagradável’, principalmente por saber que, nas Coiranas, estaria frente a frente com os então aliados do ‘Não’.

A negativa deixou Totõe sem ação. Quando percebeu, seu rosto já estava molhado. As lágrimas, que caíam sem parar, revelavam um misto de sentimento de derrota e sensação de ter sido passado para trás. Com o orgulho ferido, não argumentou. Virou as costas e, em passos lentos, saiu. Ao cruzar a porta, se voltou para eles e, explodindo de emoção, gritou:

- Vocês são uma turma de covardes!

Entrou na sua caminhonete do tipo C10 azul, mas não conseguiu dirigir. Então, entregou a direção para Luizinho, seu auxiliar, e partiu para as Coiranas. O caminho esburacado parecia não terminar nunca, tamanha era a ansiedade de Totõe para dar a notícia da desistência. Ao chegar, encontrou já afoitos os companheiros.

- Cadê? - perguntou um deles, ao notar a ausência de Zequinha no carro.

- O homem não vem, não - respondeu Totõe, cabisbaixo.

Lamentos e palavras expressavam a revolta do grupo, que pensou, seriamente, em desmarcar a visita. Contudo, ponderaram que o cancelamento poderia acirrar, ainda mais, a tensão na região, até porque a população já estava à espera.

Sem Zequinha, o ‘Sim’ arriscou, então, convidar o recém-eleito prefeito de Ibitiara, Juarez Marcelino (mandatos 1989-1992 e 1997-2000), apoiado por Albino, para ‘salvar’ o encontro, embora este não tivesse tanto apelo na região quanto o outro. Ele aceitou. A comitiva, então, conversou com moradores dos povoados de Coiranas e Estiva, e ainda passou no Serafim, que, dessa vez, a recebeu sem retaliações, sem ovos, sem vaias. Depois do aparente êxito das reuniões nos dois povoados, o grupo, finalmente, seguiu pra o Brejo.

Quando os líderes de Novo Horizonte estacionaram no Brejo, já souberam que o prédio escolar, onde ocorreria a reunião, estava lotado. E em ebulição. Logo na entrada, viram uma faixa que ratificava a posição do povo: “Não para melhorar, Sim para piorar”. Assustados, retomaram a ideia da desistência. Totôe foi o primeiro a se posicionar pelo fim da ação, mas a maioria resolveu tentar. A comitiva adiantou e avistou a multidão. Um jogo de empurra-empurra para decidir quem tomaria a palavra primeiro se estabeleceu: “Vai você”, “Começa você”. Longos minutos depois, Juju aceitou o desafio. Mesmo sob assobios e outros ruídos, ele não se intimidou. Explicou as vantagens da emancipação de Novo Horizonte e defendeu que, pela lei, uma das principais conquistas para o Brejo seria a instalação de um cartório.

– E o dinheiro vem de onde? – alguém gritou.

– Vocês não estão passando aqui com Ibitiara? Pois eu garanto que, com Novo Horizonte, vai ser melhor. Esse dinheiro vai entrar, de qualquer maneira, pra vocês – prometeu o professor.

Bom de lábia, Juju foi levando as pessoas. Aos poucos, muitas pararam para prestar atenção no que ele dizia. A reação motivou os outros a falar. Depois, além do prefeito Juarez, ainda falaram o delegado Zé de Braulina, nascido na localidade, e o engenheiro

agrônomo Edmilson Araújo, filho de Chico Araújo, um sapateiro que morou em Novo Horizonte e, depois, foi para São Paulo. Edmilson tinha deixado o Sudeste para viver na terra do pai, elegeu-se vereador em Ibitiara e participou ativamente das mobilizações pela emancipação, tendo ido a Salvador algumas vezes, para reforçar as articulações junto aos deputados estaduais, como contou, anos depois, a viúva Celda Regina, que também ia aos encontros.

Sem o mesmo êxito de Juju, os três foram muito vaiados. Mais uma reunião desastrosa.

A VOZ QUE FALTAVA

As notícias dos encontros frustrados não causavam surpresa aos líderes do 'Não'. Para Zequinha, a reação negativa era esperada e confirmava o domínio do seu grupo sobre a população da região. Isso, de certa forma, acomodava os opositoristas. Entre eles, imperava o clima de 'já ganhou'. O 'Sim', apesar de desanimado com as rejeições, não desistiu das visitas às comunidades e continuou a quebrar as serras em busca de novos lugares, até mesmo que não conheciam.

Na volta de um deles, o grupo encontrou, na estrada, Maria dos Santos, dona de uma padaria em Novo Horizonte, um negócio familiar que tinha com o marido, Aluísio. Ela vinha da roça da Bêta e recebeu uma oferta de carona. Dona Maria aceitou, aliviada pelos seis quilômetros que não precisaria fazer mais a pé, por aquele caminho esburacado e cheio de pó, que levantava muita poeira a qualquer passagem de automóvel. Engajada nos debates políticos, a passageira mostrou-se interessada no processo de convencimento dos contrerrâneos. Puxou conversa sobre o assunto, mas só ouviu lamentos.

– Não vai ter jeito, dona Maria. A região do Brejo é muito grande e está contra. Remédios está contra. Não tem páreo pra gente!
– disseram os líderes.

Com o olhar distante, dona Maria refletiu por um momento e, ao chegar ao destino final, antes de descer do carro, opinou:

- Vocês também só saem em bandos de homens...Levem as mulheres com vocês, gente! Mulher é mais sensível, tem mais jeito e sabe conversar.

O conselho não empolgou. Comportamentos conservadores e machistas eram marcantes no lugarejo, ainda, naquele período. Mulher e política sempre foram desassociados por lá.

Dona Maria desceu do carro, agradeceu aos rapazes e entrou em casa. Ao chegar, encontrou a filha Vera Lúcia, coincidentemente, com a ideia de convocar amigas para conversar com os eleitores sobre as vantagens da emancipação. A matriarca explicou a situação ouvida no carro à herdeira, estimulando-a a agir.

Diante da frustração dos homens e da proximidade do plebiscito, Vera Lúcia mobilizou-se. Com o estímulo da mãe, inconformou-se ainda mais com a ausência das mulheres na campanha e imaginou que ela e outras moças poderiam ser bem úteis na empreitada. Na praça Central, onde morava, reuniu a sua turma e contou sobre os planos. Foi recebida com entusiasmo, talvez, pela sua reconhecida capacidade discursiva.

Vera fez revigorar, naqueles outros jovens corações, o desejo de emancipação, até então enfraquecido pelas notícias desanimadoras que corriam sobre as visitas às comunidades. Depois de conquistar o apoio das companheiras, a filha de dona Maria foi procurar os líderes do 'Sim' para oferecer ajuda.

Embora tenham ignorado a sugestão de dona Maria, o grupo não estava em condições de negar o auxílio feminino. Primeiro, porque, diante das dificuldades de convencimento, qualquer ajuda era bem-vinda. Segundo, porque, durante esse período de redemocratização, a mulher começava a ganhar um destaque na política do país, com a ativa participação nas lutas pela anistia de presos políticos durante o regime e pelas eleições diretas.

Com o universo conspirando a favor, as moças foram incluídas na caravana do ‘Sim’ e fizeram pequenas, mas significativas alterações nos procedimentos.

Inicialmente, partiram para os locais mais próximos de suas casas, evitando problemas com o deslocamento. O destino era conhecido apenas antes de cada sessão, dificultando a articulação de uma reação negativa das pessoas visitadas. O grupo das mulheres começou promovendo visitas às pessoas em suas residências, ao invés de grandes reuniões em locais públicos, como escolas e praças. No entendimento delas, os defensores do ‘Sim’ deviam ir ao encontro dos eleitores, e não o contrário, pois não fazia sentido que uma pessoa saísse de casa para ouvir os argumentos, principalmente as que já tinham decidido o voto no ‘Não’. Era preciso garantir que o maior número possível de pessoas soubesse exatamente do que se tratava a proposta.

Elas ainda alteraram o conteúdo das mensagens levadas ao público, simplificando o discurso com o uso de exemplos. O mulherio não só enumerava as vantagens da emancipação. Ia além, apresentando as mudanças no cotidiano das pessoas, proporcionadas pela separação de Ibitiara, para facilitar a percepção dos benefícios. Assim, começou a contabilizar, junto com a população, ganhos gerados a partir da autonomia do distrito. Como se gastava muito com transporte para Ibitiara, Seabra e outros municípios vizinhos, sempre que era preciso ir ao médico, ao banco, ao hospital, aproveitou-se, por exemplo, para questionar:

– Vocês pagam quanto de transporte quando têm que sair? Usam o serviço quantas vezes ao mês?

A depender do valor respondido, as amigas calculavam quanto o dono da casa poderia economizar, se não necessitasse fazer deslocamentos com tanta frequência, e o que poderia comprar com o recurso poupado:

– Novo Horizonte, sendo cidade, terá um médico na sede e vocês não precisarão mais do carro pra levar os doentes em outro

lugar. Da mesma forma, o banco. Com o dinheiro que sobra, dá comprar um quilo de açúcar, um pacote de bolacha e um óleo.

Aquela explicação, voltada para o dia a dia, começou a agradar, principalmente, donas de casa, que, em geral, eram quem recebia as visitantes, pois os maridos trabalhavam fora durante o dia. Com o retorno, as moças perceberam que muita gente era contrária à progressão de Novo Horizonte por desconhecer totalmente o significado da emancipação político-administrativa. Ouviam dizer que dividir Ibitiara seria ruim e concordavam, sem um mínimo de reflexão.

Dias depois, a ação das mulheres espalhou-se até alcançar povoações distantes e de difícil acesso. As viagens passaram a ser, então, em caminhonetes, cedidas pelos apoiadores. Elas seguiam na carroceria, agarradas a qualquer coisa que lhes dessem alguma sustentação, sob poeira e sol escaldante, características do semi-árido. Os garranchos, no meio da estrada, feriam-nas, mas nada impedia que fizessem daquilo uma oportunidade de conhecer a região inteira e contribuir com a iniciativa.

O sofrimento dos penosos trajetos era atenuado por música. Para descontrair as idas e vindas às comunidades, elas costumavam levar instrumentos da fanfarra da escola, como tambores e pratos, e improvisar bandas de música.

A batucata era acompanhada com paródias de composições de sucesso na época, como a música 'Homem com H', de Ney Matogrosso. Além disso, havia provocativos gritos de guerra, lançados, principalmente, quando passavam pela sede, Ibitiara, para ir a outro lugar:

*Me dá, me dá
Me dá o que é meu
São mais de 20 anos
Que Ibitiara comeu.*

Mas, de todas as canções, nenhuma representou mais a campanha do 'Sim' do que 'Coração de Estudante', de Milton Nascimento, que se tornou o hino daquela luta.

Como Laércio era funcionário da Secretaria Estadual da Fazenda e nem sempre podia estar nas atividades do grupo, encomendou uma gravação, em fita K7, para ser executada nos comícios, onde ele proclamava a importância da emancipação e usava a letra da música, repetidamente:

*Já podaram seus momentos
Desviaram seu destino
Seu sorriso de menino
Quantas vezes se escondeu
Mas renova-se a esperança
Nova aurora a cada dia
E há que se cuidar do broto
Pra que a vida nos dê flor
Flor e fruto.*

Esse trecho causava arrepio a quem ouvia e, logo, passou a ser usado também pelas moças nas viagens. Somente quando não podiam partir para determinado ponto ou temiam a reação em alguma localidade, as jovens não iam às casas dos eleitores, preferindo organizar encontros em espaços públicos abertos. Assim foi no temido Brejo. Mesmo ouvindo conselhos para não irem ao local, elas foram, e sem aviso prévio, como costumavam fazer.

Ao chegarem, procuraram a pracinha e lá se posicionaram. A ideia era se fazerem vistas, para que os curiosos se aproximassem e a conversa fosse iniciada. Deu certo. Logo, foram rodeadas por alguns moradores, que queriam saber quem eram e o que elas faziam ali. A notícia da presença feminina e dos objetivos do grupo se espalhou e aqueles que gostavam do debate político seguiram para a praça. Entre eles, estavam Claudionor, o Nonô, e Jairo Queiroz. Tudo parecia bem, até o momento em que apareceu, entre o

público, um rapaz com a cara estranhamente amarrada, o que fez com que as mulheres se sentissem intimidadas. Ele encostou na praça e permaneceu observando, de canto de olho, as visitantes. Era Lourival Queiroz, irmão de Jairo, como elas saberiam depois.

A apreensão com a presença de Lourival não durou muito tempo. Apesar das expressões, ele ouvia atentamente os discursos e não se manifestou hora alguma. Decerto, aquele fosse o jeito dele mesmo, pensaram elas. O que ninguém ali sabia é que, mais tarde, aquele rapaz da cara amarrada assumiria um posto de destaque na política local, junto com o irmão e com Claudionor. Lourival foi duas vezes prefeito; Jairo também foi prefeito; e Nonô, duas vezes vice-prefeito.

A atividade seguiu sem mais intercorrências. Por ser mais desinibida, Vera era sempre a porta-voz do grupo, mas, quando não dava conta de responder a todas as provocações, era auxiliada pelas colegas. Na visita ao Brejo, também participaram a neta de Zé Salão, Cremilza de Souza, a Creuzinha; Tânia de Oliveira, a filha de Zé Bernardes; Carla Maria, irmã de Vera; Isaura de Souza, que também tinha parentesco com Salão, entre outras.

Os ouvintes, a princípio, pareciam muito convictos de que o melhor seria se opor ao projeto, mas os argumentos das moças, principalmente, no que se referia à economia que se poderia fazer com a emancipação, deixaram muitas pessoas pensativas. E só por isso, elas encerravam cada jornada contentes, cientes que uma semente havia sido plantada no coração de muita gente. Apostavam que aqueles esforços poderiam gerar broto, flor e fruto.

REFORÇO

Nos últimos dias da campanha, devido ao aparente sucesso da presença feminina, o grupo do 'Sim' ganhou um reforço. A nova integrante era de Novo Horizonte, mas estava morando no município de Paramirim, onde estudou, casou e trabalhava como professora. Celeste Santos, considerada uma mulher elegante e

moderna, veio trazida pelo irmão, Laércio, que apostava na sua eloquência para o processo de convencimento. Ele sempre ligava para ela, contando as novidades da empreitada e insistindo para que participasse, mas os compromissos na escola a impediam. Nas férias, a docente não teve desculpa.

Primeiro, Celeste participou de um dos eventos mais tensos entre aqueles promovidos pelo 'Sim', depois dos comícios da região do Brejo. Na reta final, o 'Não' resolveu promover algumas atividades, na intenção de avaliar se o plebiscito estava mesmo ganho. Sabendo que os opositores se reuniriam nos povoados de Palmeiras e Tapera, o 'Sim' resolveu partir pra um embate perigoso e arriscado. Marcou um encontro do grupo nas mesmas localidades, mesmos dia e horário, sem que o adversário fosse informado. Na reta final, o clima era de vale-tudo.

Assim que chegou em Palmeiras, a comitiva de Novo Horizonte não demorou a encontrar alguns dos principais nomes da oposição na praça. A chegada provocou surpresa geral, seguida de olhares de intimidação.

O 'Sim' posicionou-se defronte os adversários e os dois grupos ficaram cara a cara, como se estivessem em um ringue. Havia muita tensão no ar. Um queria demonstrar mais segurança que o outro, tentando esconder seus medos. Àquela altura, o 'Não' ainda não tinha iniciado seus discursos, o que fez o 'Sim' se adiantar e começar a reunir sua audiência, composta por umas poucas mulheres que caminhavam pela estrada com baldes na cabeça, fisgadas pela curiosidade de saber o que se passava. Era o público ideal para Celeste estreitar.

A professora começou a falar para aquele número pequeno de ouvintes, mas o volume foi crescendo, até se juntar uma multidão, formada, também, por homens e crianças. A chegada de novas pessoas empolgava a jovem de estatura mediana, que tornou-se gigante, ao fazer ecoar, pelos morros do povoado, o sentido de palavras como democracia, liberdade, independência e autonomia. Sensibilizou profundamente a plateia, desde o momento em que

subiu na caminhonete e iniciou a intervenção. Houve notícias de muita gente que tremeu de emoção.

Era possível sentir o choque entre os opositores, algo que estava no ar, mas invisível aos olhos. Muitas lágrimas rolaram nos rostos daqueles que foram contagiados pelo discurso doce e excitante da filha de Tatainha.

Diante da comoção geral, quase todas as lideranças do ‘Não’ sumiram, em meio à multidão. Desistiram de falar. Até o fim da reunião, não foi possível mais vê-las, exceto Jairo Queiroz, liderança do Brejo, que continuou firme. Diziam até que ele só não fazia parte do ‘Sim’ pelas pressões que sofria de sua região, pois tinha uma grande simpatia pelos ideais dos que defendiam a divisão.

Na volta de Palmeiras, os secessionistas de Novo Horizonte passaram em Tapera, para encerrar o roteiro. Quando chegaram, já encontraram um grupo de pessoas que soube da vinda deles. O esquema foi o mesmo montado no povoado vizinho; diferentes eram, apenas, os discursos, quase sempre improvisados, e a lista de quem falava.

Dessa vez, a aposta foi em Carla Maria, de 20 anos, a irmã de Vera Lúcia. A jovem já vinha acompanhando o grupo há várias visitas e incorporou o espírito da causa. Em meio aos mais velhos, ela, sem pudor, começou a proferir, veementemente, as palavras de ordem que passaram a marcar o movimento: democracia, liberdade, autonomia e independência.

De longe, sentada em uma calçada, Carlene Oliveira, uma simpática senhora de pouco mais de 1,50m de altura, escutava atentamente os argumentos apresentados. Ela morava no povoado da Mata e tinha ido à Tapera, que ficava próximo, quando soube da presença dos líderes de Novo Horizonte. Queria saber, afinal, o que era aquela proposta defendida e o que poderia mudar, caso ela fosse aprovada.

– Minha gente, com a emancipação, um novo horizonte vai brilhar para todos – profetizou Carla, altiva.

Carlene se emocionou ao ouvir aquilo. Pensou no quão difícil estava sendo viver na Mata, onde enfrentava um sério problema de água, que obrigava a família a usar os tanques abertos da comunidade para todas as necessidades. Lembrou também das más condições de trabalho, educação e saúde. Ali, a vida era dura, desumana. Aquele episódio improvável fez nascer nela um desejo profundo de mudanças. Sozinha, sussurrou um pedido, quase em oração:

- Tomara que brilhe um novo horizonte pra mim também!

Naquele momento, Carlene definia o seu voto favorável à divisão. O entusiasmo não se estampou apenas no rosto dela. Em todos os cantos da praça, podia-se observar um clima de tranquilidade. Os homens do 'Sim' se recordaram do que dona Maria dos Santos, mãe de Carla e Vera, havia dito: as mulheres precisavam entrar em cena com a sensibilidade, tão própria delas, para fazer diferente na campanha. Concordaram todos que ela tinha razão. Aquele estava sendo um momento inacreditável: de esperar e sonhar alto.

SUSTO NOVO

O agitado ano de 1988 ia embora e, enfim, chegava 1989. Como o primeiro domingo do ano seria feriado, a data do plebiscito foi marcada para a semana seguinte: oito de janeiro. Parecia tudo calmo, resquício da paz das celebrações da virada de ano e das boas respostas obtidas pelo 'Sim', nos últimos dias da campanha. Mas esse clima durou pouco. No dia três de janeiro, uma terça-feira, os baianos acordaram com uma notícia que chegou como um furacão inesperado para sacudir o cenário político naqueles dias e redefinir os rumos daqueles plebiscitos.

"Projetos de novos municípios são todos inconstitucionais". Esse era o título de uma reportagem do jornal A Tarde, um dos mais conceituados e respeitados periódicos do estado, que passou a investigar o andamento dos pedidos de emancipação

na Assembleia. A matéria alertava para o fato de que todos os projetos estavam em desacordo com a legislação vigente. Havia dados incompletos, limites territoriais confusos e renda insuficiente – esta última questão era a mais polêmica de todas.

O critério arrecadação exigia um mínimo de cinco milésimos do total da receita do estado no ano anterior à tramitação dos projetos, mas os deputados não fizeram esse levantamento. Nos processos, constava apenas um documento de 1981, assinado pelo secretário da Fazenda do Estado da época, Fernando Queiroz, informando que não havia dados da arrecadação dos distritos no órgão.

Neste quesito, apenas dois dos 52 distritos estavam de acordo com a exigência: Madre de Deus e Sobradinho, pois buscavam separação da capital, Salvador, e de Juazeiro, no norte do estado, respectivamente, municípios que tinham arrecadação suficiente, em 1988. No caso dos conflitos territoriais, o problema mais grave envolvia o distrito de Caturama. Pelos limites apresentados ao Poder Legislativo, o novo município seria formado por dois outros (Paramirim e Botuporã), comprometia a continuidade territorial de Paramirim e invadia a área de outro município, o de Água Quente – que mais tarde passou a se chamar Érico Cardoso, em homenagem a um político da região.

Às pressas, a vice-presidenta do Tribunal Regional Eleitoral na época, Olny Silva, se reuniu com o então presidente da Assembleia, o deputado Coriolano Sales, para discutir os rumos das consultas populares, após as revelações feitas pelo jornal. Não se sabe os detalhes da conversa, só que ela terminou com a resolução da questão mais controversa. Como não havia um levantamento específico da receita dos distritos, os dois concordaram que o critério renda não podia ser levado em conta. Olny propôs, então, a suspensão, pelo menos, dos projetos que tinham comprovadamente desajustes geográficos.

Dos 52, 16 projetos possuíam problemas de limites. A vice-presidenta encontrou resistência por parte de Coriolano, que insistia em manter os plebiscitos, alegando os custos que o TRE

tivera com a impressão de cédulas. Além disso, o parlamentar argumentava também que a vontade popular era soberana e que era suficiente para a validação de um projeto de emancipação.

Os argumentos não convenceram Olny, que estava disposta a eliminar as 16 propostas que passariam pela consulta popular, no domingo, e, assim, dar uma resposta à sociedade. Foram excluídas as seguintes localidades: Bravo, Bonito, Sítio do Quinto, São Félix do Coribe, São José da Vitória, Quaraçu, Quixabeira, Mirante, Nova Fátima, Itabela, Mulungu do Morro, Lajedo do Tabocal, Caldas do Jorro, Tancredo Neves, Caraíbas do Gavião e Ribeirão do Largo.

Coriolano parecia inconformado, mas deu o braço a torcer quando Olny cedeu ao último pedido feito por ele de manter, pelo menos, três dos projetos indicados como problemáticos. O que não se soube, naquele momento, foi o motivo daquela defesa com afinco das três propostas específicas, mas Coriolano era o autor delas, relativas à emancipação de Quaraçu, Caraíbas do Gavião e Ribeirão do Largo. Após o acordo, os outros 13 restantes foram excluídos sumariamente da consulta popular. Só restaram 39, incluindo Novo Horizonte, que tinha antes ajustado as questões territoriais com o auxílio do presidente do IBGE. Essa era mais uma fogueira que se conseguia pular.

Após o susto, o grupo do ‘Sim’ pôde voltar a respirar aliviado. E o tão esperado oito de janeiro se aproximava.

RETA FINAL

A campanha chegava ao fim. Os últimos dias foram dedicados aos locais mais próximos do distrito de Novo Horizonte, que não tiveram muita atenção antes por já terem manifestado apoio à luta desde o início do processo. Para fechar o ciclo de visitas, o ‘Sim’ foi, por exemplo, à comunidade do Chorado, colada à sede. Reuniu-se se na mal definida pracinha do lugar, onde só havia uma minúscula escola, de um cômodo apenas. O pequeno espa-

ço tornou-se gigante, pra dar conta de abrigar os apoiadores e a imensidão de sentimentos que os acompanhava.

O último comício ocorreu, de fato, em Novo Horizonte, em uma sexta-feira, dois dias antes do plebiscito. Na praça, estacionaram uma caminhonete, para servir de palco, e instalaram caixas de som e microfone, visando evitar que as vozes da multidão sufocassem os oradores. A feira, mais cheia que o habitual, borbulhava, talvez porque moradores dos povoados vizinhos, curiosos para saber notícias e ávidos para discutir opiniões sobre o que ocorreria no domingo, tivessem invadido o distrito.

Vestido com uma camisa rosa de listras brancas, bem chamativa e a seu gosto, Juju desceu de casa, do lado do Colégio Castro Alves – havia se mudado da Rua do Triângulo –, em direção ao local, para iniciar o evento. Laércio e Celeste já estavam lá e discutiam:

– Não vou poder falar hoje. Não preparei nada, não sei o que vou dizer – confessou Celeste.

– Como não? Você viu o resultado em Palmeiras. Tem que falar! – ordenou Laércio, inconformado com o que acabava de ouvir.

– Não sei...Acho melhor não! – retrucou a irmã.

– Porra! Você é ou não é professora? – vociferou o servidor público.

Celeste não respondeu.

– Então, pois, comece a pensar agora, porque você vai, nem que seja empurrada – ameaçou o irmão, em um tom mais brando, quase rindo, por já pressentir a persuasão da oradora.

Som testado, lideranças ajuntadas e uma multidão já formada, esperando pela vez de Celeste. As pessoas souberam da atuação da filha de Tatainha em Palmeiras e queriam muito ouvi-la. Quando se sentiu pronta, ela subiu na caminhonete, que, àquela altura, estava apinhada de meninos pendurados na carroceria. De óculos escuros, short preto e uma camisa branca de botão, pegou o microfone e respirou fundo, antes de dizer:

- A emancipação de Novo Horizonte...- iniciou Celeste, sem texto programado, sem ensaio, sem saber, ao certo, o que dizer. Deixou fluir. Recorreu ao mesmo repertório e mencionou as mesmas palavras-chave usadas em Palmeiras, dias antes.

Um filme começou a passar em sua cabeça. Lembrou-se da miséria que encontrou durante as idas às comunidades, das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais e garimpeiros pela sobrevivência, das injustiças sociais.

- A gente tem que lutar pelas mudanças que a gente quer ver em nossas vidas - conclamou, emocionada.

Do alto, pôde ver que, lá embaixo, muitos olhos que a fixavam estavam vermelhos e lacrimejantes. As pessoas pareciam desejar com força aquelas mudanças que apareciam no horizonte.

Naquela etapa final da campanha, as lideranças do 'Sim' puderam compreender que a luta por uma causa tem mais a ver com sensibilidade do que com qualquer outra coisa, pois, seja qual for, ela sempre vai exigir uma habilidade de dialogar, humana e honestamente, com o coração, as histórias e os sonhos de pessoas.

CAPÍTULO

Terceiro

O DISCO VIROU

Após uma campanha intensa, enfim, o oito de janeiro de 1989. O domingo mais esperado dos últimos anos pela população de Novo Horizonte começou com o tempo nublado. As nuvens estavam carregadas, indicando que muita água poderia cair do céu. O cenário preocupou muito os líderes do 'Sim'. Eles temiam que uma chuva impedisse o comparecimento dos eleitores às urnas e isso fosse refletido no resultado. No início da manhã, representantes dos dois grupos rumaram aos povoados, para acompanhar a votação em cada sessão.

Na sede de Novo Horizonte, ficaram Juju, do 'Sim', para cuidar dos detalhes e permanecer de plantão, à espera de algum eventual problema que exigisse ação imediata; e o padre Aldo Copolla, do 'Não', com o objetivo de fazer a fiscalização. Lá, o prédio escolar foi escolhido para receber os votantes. Além das sessões 36 e 37, instaladas nas salas de aula, Juju improvisou, na secretaria, uma sala de apuração, onde ficariam o juiz eleitoral Alcir Santos de Oliveira e a junta apuradora, formada por funcionários do fórum de Ibitiara e pelo próprio padre.

Por medo de brigas entre os adversários ou tumultos durante a votação, foi solicitado policiamento, não só na sede, mas, também, nos locais mais tensos, como a região do Brejo. Para os líderes do 'Sim', requerentes daquela consulta, nada poderia alterar a ordem daquele dia.

O juiz indicado pelo Tribunal Regional Eleitoral veio de Salvador e dormiu em Ibitiara, a pedido de Albino, sob a justificativa de que era papel do prefeito recepcioná-lo. De manhã bem cedo, cortou as serras para chegar ao distrito de Novo Horizonte, admirado com a paisagem que via e fazendo perguntas sobre a cultura dali: "O que é palma, que vocês comem?". Surpreso diante do pé espinhoso da planta, da qual se come os brotos, ele exclamou: "Nunca imaginei que seria isso!". A conversa serviu para diminuir o distanciamento, pois, nos confins do país, onde o sistema judi-

ciário não é presente, magistrados são figuras imaginadas pelo povo como deuses inacessíveis.

Ao chegar em Novo Horizonte, a presença ilustre foi recebida por Ajuricaba e hospedada em sua casa, fato que preocupou Sônia, a esposa. “Como é que nós vamos receber um juiz?”.

Juju, desapegado de qualquer receio, convenceu-a a ficar tranquila e a fazer as coisas de sempre, principalmente, a comida. De resto, foram colocadas no quarto onde ele iria repousar uma penteadeira, para que guardasse os objetos pessoais, e uma mesinha, com tira-gostos e bebidas.

Com medo de que o contato com o ‘Sim’ pudesse influenciar o juiz, o padre Aldo permaneceu ao seu lado, constantemente. Às 8h da manhã, pontualmente, os eleitores foram aparecendo. Apesar do ar bucólico, típico de dia de chuva, a escola ficou cheia bem no início da votação. A população preferiu ficar livre da obrigação para poder acompanhar o evento sem preocupação. Até quem votava nos povoados mais longínquos preferiu ir cedo, para voltar e se juntar à multidão das ruas, sobretudo, do distrito de Novo Horizonte.

Nunca aquela planície posicionada entre as serras tinha recebido tanta gente, como naquele dia, nem mesmo na primeira feira, há mais de 40 anos.

Um problema surgiu, também, logo cedo e foi apontado por um membro da junta, chamado Robledo Xavier. Faltava papel carbono para o registro dos dados. Juju, preocupado, procurou improvisar. Lembrou que, durante o processo de cadastramento de novos eleitores, sobraram algumas folhas, que, embora maiores que o tamanho ideal, poderiam ser cortadas e adaptadas à demanda.

– Pô, Robledo, quebra o galho aí pra gente! – insistiu Juju.

– Mas, moço, nem papel carbono vocês têm e querem ser cidade – bradou o funcionário, antes de acertar a oferta.

Mais tarde, outro imprevisto. Dessa vez, na urna da Tapera, gerando um alvoroço entre os que discutiam o andamento do plebiscito.

As cédulas de votação da localidade vieram erradas do TRE; Nelas, havia a pergunta: “Quer emancipar Andorinha?”, ao invés de “Quer emancipar Novo Horizonte?”. Andorinha era outro distrito baiano que tentava a emancipação do município de Senhor do Bonfim.

A sessão 43 teve os trabalhos interrompidos até que uma posição fosse dada. Os fiscais dos dois grupos partiram em busca do juiz, para decidir o impasse. Representantes do ‘Não’ aproveitaram para pedir que a consulta fosse cancelada. Alegavam que os eleitores poderiam se confundir e isso repercutir no resultado final. Juju e os seus insistiam que não e, no fundo, temiam a anulação do processo. Diante da confusão, o juiz decidiu:

– Não há motivos pra cancelar o plebiscito. Ora, explique para o povo que, onde estiver escrito Andorinha, deve-se substituir por Novo Horizonte.

E a votação seguiu seu curso normal.

O período da tarde foi mais tenso, pela proximidade do final da votação. A chuva, tão temida, mas já aguardada, chegou. Na sede, foi branda, mas em alguns lugares, como nos povoados da região do Brejo, foi torrencial. Na escola de Novo Horizonte, o movimento de ida às urnas era menor, mas era crescente a curiosidade sobre o que estava acontecendo nas comunidades, porém, não havia meio de comunicação.

Quando faltava pouco para 17h, horário do encerramento, a ansiedade generalizou-se. Os poucos eleitores que aguardavam nas filas começaram a receber senhas, porque, depois da hora estipulada, ninguém mais entraria nas sessões para votar.

Contagem regressiva: 16h40...16h50..16h55...16h59...

– A votação está encerrada – declarou Alcir Oliveira. – Iniciemos a contagem dos votos.

Na sala onde a apuração aconteceria, muito tumulto. Meninos se penduravam nas janelas altas, para enxergar as ações da junta, adultos se espremiavam para ver o que ocorria. Na sede do distrito, confirmou-se o resultado sentido nas ruas.

Sessão 36: 250 votos para o 'Sim' e quatro para o 'Não'. Sessão 37: 'Sim', 240; 'Não', três. Os números foram comemorados pelos apoiadores do 'Sim', apesar dos sete votos contrários. Antes, achava-se que o 'Sim' seria unânime nas duas sessões. Há muitas especulações sobre a identidade dos que foram contrários, mas nunca se soube ao certo os nomes nem vem ao caso revelar.

Aos poucos, as urnas foram chegando das comunidades. E a junta, fazendo a contagem. O 'Não' venceu em Estiva, Brejo, Mercês e Coiranas. O 'Sim' teve maioria em Juazeiro, Bela Vista, Marcelino dos Gomes, Tatu, Costa e, surpreendentemente, na Tapera e em Palmeiras, que eram tidos como redutos fiéis do 'Não'. Enquanto as outras urnas não chegavam, o resultado favorável de Tapera e Palmeiras ainda gerava comentários, pela surpresa causada aos que acompanhavam o procedimento, mas a abertura de uma outra urna provocou um choque ainda maior.

Na sessão de número 40, de Remédios, aliado de Zequinha, 81 eleitores preferiram o 'Não' e 140, o 'Sim'. Todos ficaram boquiabertos. Com esta contagem inicial, a excitação era grande. Os defensores do 'Sim' já abriam sorrisos largos e os do 'Não' começavam a ficar preocupados. Mas ainda faltava a urna de Serafim, da região do Brejo, que tinha cerca de 200 eleitores. Lá, os fiscais do 'Sim', Laércio e Carla, e do 'Não', Lopinho, filho de Florentino, vinham trazendo os votos.

A demora preocupou toda a gente que se aglomerava na sala da apuração. De lá, era possível notar que as serras daquela região estavam esbranquiçadas, o que significava chuva forte por lá. E era mesmo. A intensidade das águas dificultava o deslocamento, assim como a estrada mal conservada. A situação piorava quando se deparava com os riachos no meio do caminho. Atravessá-los exigia muita cautela, porque, com o aguaceiro, o volume subia consideravelmente. Restava pouco para 21h, e nada da urna.

O cansaço e a impaciência estavam estampados na cara de todo mundo que resolveu esperar até o fim da contagem. O juiz também se preocupava em encerrar os trabalhos e, a certa altura,

pediu para olhar a lista de eleitores do Serafim. Enquanto isso, o carro que trazia a urna com os votos era estacionado lá fora. Carla agarrou-a com força para fora do veículo e correu para dentro da sala, acompanhada dos outros fiscais. Ao chegar, já desnorçada, lançou o objeto em cima da mesa.

– Aqui está – disse, suspirando.

O juiz havia terminado de olhar a relação de eleitores e disse:

– Não precisa dessa urna.

Ninguém entendeu:

– Como é, dotô? – alguém perguntou.

– Mesmo se todos os eleitores dessa comunidade tiverem votado no ‘Não’, o ‘Sim’ venceria mesmo assim. Então, eu declaro, nesse momento, Novo Horizonte emancipada.

Não houve reação.

– Dotô, quer dizer que a gente já pode virar o disco? – outro perguntou.

– O que é que quer dizer ‘virar o disco’, rapaz?

– É beber e soltar o som lá embaixo, pra comemorar – respondeu.

O juiz riu e confirmou. Mas ninguém mais conseguiu rir. O silêncio ainda imperou por alguns segundos. Os líderes do ‘Sim’ estavam ainda extasiados, mas a ficha não demorou muito a cair. Deram início a pulos, gritos e abraços, em uma harmonia que nunca mais aconteceria entre a população local. Cabisbaixos, os defensores do ‘Não’ saíram da escola com a expressão de incredulidade.

Carla, ainda eufórica pela chegada tumultuada, arrepiou-se da cabeça aos pés e não conseguiu se juntar à festa. Saiu sozinha pelo portão, sentou no chão de terra, colocou o rosto entre as pernas e, entre soluços, chorou tudo o que pôde.

Lá embaixo, na praça, o disco começou a ser virado. A principal canção tocada era aquela que havia marcado a campanha do ‘Sim’: ‘Coração de Estudante’, de Milton Nascimento.

Ao som dos versos “há que se cuidar do broto pra que a vida nos dê flor, flor e fruto”, Juju, considerado o líder maior daquele

movimento, foi erguido pela população. Em seguida, Laércio e outras lideranças elegidas como fundamentais para o processo também caíram nos braços da multidão, que os carregava, de um lado para outro, de bar em bar, sorrindo e cantando, noite adentro.

A vitória veio e a chuva persistente lavava a alma daquele povo em festa. Os corações antes aflitos restavam calmos por uma certeza: o horizonte de Ibitiara seria, enfim, dividido e retraçado, para que um novo pudesse surgir.

TRAÇOS E RETRAÇOS

Qualquer um que manusear o mapa contemporâneo do Brasil e compará-lo com outro de qualquer outra época, em uma brincadeira parecida com a dos 'sete erros', facilmente encontrará diferenças notáveis entre eles. Os traços que cortam o país, dividindo-o em estados e municípios, estão em constante mudança, por diferentes motivos. É um movimento de traços e retraços, como o que riscou o desenho de Ibitiara ao meio para delimitar o território de Novo Horizonte. As mudanças acompanham o ritmo pulsante da vida: embora pareça imóvel, a geografia muda a partir das vontades e necessidades da sociedade.

Cada alteração geográfica advinda de processos emancipatórios é acompanhada de uma busca por novos ares e paisagens, ao modo dos que desejaram independência e autonomia. Sonho de vida outra, nova. Olhos novos para estradas mesmas, porém, diferenciadas. Quer-se, também, afinal, um retraço no horizonte.

Uma análise histórica permite perceber que uma das principais causas da redefinição do território brasileiro são os processos de criação, fusão e desmembramento de estados e municípios, que estão previstos na Constituição e acontecem em todos os períodos, variando apenas a intensidade. Em governos autoritários, a tendência é a centralização política e um ritmo menor de redefinições; nos democráticos, o contrário.

Marco da redemocratização no Brasil, a Constituição de 1988 abriu as portas para a criação de municípios, que era controlada nos mais de 20 anos do regime militar (1964-1985), que a antecedeu. A década da Constituição de 88 representou uma das épocas de maior alteração no mapa. O país começou os anos de 1980 com 3.991 municípios e terminou com 4.491, um aumento de 500 novos; de 1970 a 1980, quando ainda havia ditadura, o acréscimo foi de apenas 39. No entanto, a discussão sobre o fenômeno criacionista não gira em torno das mudanças cartográficas, mas dos impactos promovidos pela multiplicação de municípios – para o bem ou para o mal.

Novo Horizonte foi uma das novas municipalidades brasileiras erigidas após 1988, e o cenário mostra que, por mais bonita e importante que tenha sido a luta da população local pela emancipação, a conquista só se deu porque encontrou um ambiente político e jurídico propício. A nova Constituição trazia mudanças na estrutura federativa do país. As assembleias estaduais passaram a ter autonomia plena na decisão sobre os projetos de emancipação, mas os novos critérios ainda seriam definidos pelas constituições estaduais, que são elaboradas após a federal, pois precisam ser espelhadas nela.

Assim, diante das incertezas, cada deputado correu para acelerar, a qualquer custo, o processo de criação dos municípios que apadrinhavam, por receio que a Constituição estadual viesse a ser mais rígida e impedisse que as propostas andassem. “Pensaram que depois ia ter a lei [mais criteriosa] e pensaram nos dividendos políticos. ‘Vamos botar tudo!’”, lembrou Otto Alencar, deputado estadual à época e aliado do povo da sede de Novo Horizonte. ‘Botar tudo’ significa aprovar todos os projetos. Apadrinhar essas propostas era uma maneira de investir politicamente em um município que, se criado, poderia resultar em um eleitorado fiel, motivado pela gratidão da emancipação.

Outro fator que justificou a aceleração dos projetos foi a notícia de que haveria uma mudança significativa para a municipali-

dade na nova Constituição, conhecida como Constituição Cidadã. Os municípios seriam elevados à categoria de entes federativos (membros da Federação, ao lado dos estados e da União) e, com isso, ganhariam mais autonomia e participação na administração pública brasileira. Com essa informação, que realmente se confirmou adiante, o desejo de emancipação dos distritos, então, passou a ser ainda maior.

– Sem dúvida nenhuma [essa descentralização do poder contribuiu para o aumento de municípios no país]. Essa elevação do município à unidade federativa é praticamente única no mundo inteiro. Em nenhum instante, em nenhum modelo federativo, você erige um município – explica o especialista em Direito Administrativo e professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Celso Castro.

Celso é uma testemunha ocular do que aconteceu na Assembleia Legislativa da Bahia em 1988, pois trabalhava, neste período, como consultor para Assuntos de Emancipação da Casa. O trabalho de consultoria durou uma década, mas foi nos dois últimos anos de 1980 que ele mais trabalhou.

– Eu prestei essa consultoria por mais de dez anos, mas o grande momento, aquele pique, foi a partir daquele bloco da Constituição de 88, quando se deu maior autonomia aos estados e quando se elevou o município a ente federativo. Então, se achou que era o sinal verde para a criação de municípios e esse foi o momento mais temeroso da vida da Assembleia – afirma Castro, que participava da análise da constitucionalidade das propostas apresentadas.

Desde 1985, tramitavam na Casa Legislativa, além do projeto de emancipação do município de Novo Horizonte, outros 51. Como a nova constituição ainda não valia, a avaliação dos pedidos deveria ser feita de acordo com a Carta Magna de 1967 e a Lei Orgânica dos Municípios de 1976. Os principais dos critérios antigos para a criação de municípios eram população mínima de 10 mil; centro urbano com pelo menos 200 casas [que garanta

uma estrutura urbana mínima]; eleitorado correspondente a 10% da população; continuidade territorial [para não permitir que o território do novo município divida áreas do antigo e comprometa a integração]; e arrecadação de um mínimo de cinco milésimo do total da receita do estado no ano anterior.

Durante a apreciação das 52 propostas, muitos problemas começaram a aparecer. A maioria esbarrava nos critérios supracitados, principalmente de renda e de continuidade territorial, mas, ainda assim, os deputados, que já tinham firmado compromisso com distritos, não viram na contrariedade à legislação um impeditivo para conceder as autorizações para as emancipações.

As votações abruptas dos projetos, feitas às escuras, pouca atenção chamaram da sociedade. Sem barulho, os parlamentares baianos enviaram ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado (TRE-BA) um pedido de preparação da consulta popular, fase do processo que finaliza a passagem da proposta pela Assembleia, que não demorou acontecer: foi marcada para os primeiros dias de 1989, ano em que estava prevista a promulgação da Constituição Estadual. Foi preciso correr.

INCONSTITUCIONALIDADES

Às vésperas da realização do plebiscito, o jornal A Tarde publicou uma reportagem sobre as inconstitucionalidades dos projetos de emancipação, como já foi narrado em capítulo anterior. Havia dados incompletos, limites territoriais confusos e renda insuficiente, o que colocava em xeque as condições de as propostas avançarem para a fase da consulta popular.

Como o critério renda não pôde ser levado em conta, porque se demonstrou não haver meios de comprovação, o TRE decidiu por rever os projetos que tinham, então, problemas com a divisão territorial. Das 52 propostas, 16 apresentavam esse problema – depois da intervenção do presidente da Assembleia Legislativa, Coriolano Sales, o número caiu para 13.

- É fato que a Assembleia não seguia a Constituição. E fazia isso por uma questão política e porque os deputados achavam que as inconstitucionalidades nunca seriam questionadas [...] Normalmente, nós tentávamos orientar, o que não significa que essas orientações fossem sempre aceitas. Não podemos interferir, afinal, eles foram eleitos pelo povo e nós temos apenas o conhecimento jurídico. Então, nós alegamos, demonstramos os riscos de que o Supremo [Tribunal Federal] pode vir a declarar a inconstitucionalidade, mas, apesar disso, a força política e os votos conquistados na região são determinantes para que um deputado leve à frente determinado projeto - contou Celso Castro, que disse ter dado, enquanto consultor, pareceres contrários aos interesses dos parlamentares baianos.

Castro explicou que a força política se expressava mais no que ele chamou de 'bola de neve' das aprovações na Assembleia. Os parlamentares faziam acordos entre si para que todos os projetos saíssem da Casa, em um esquema de 'vote no meu que eu voto no seu'. Assim, se um deputado não votasse em algum, o seu certamente não passaria.

- Nenhum deputado aprova o projeto dele sem aprovar o do outro. Há um grande consenso pro mal, um grande conchavo, para que se emancipe municípios. Aí vai uma troca de favores, um jogo com a coisa pública [...] Você abre a porta para um, você abre a porta para todos -, acrescentou o ex-consultor da AL-BA.

O clientelismo é um fenômeno político que faz parte da tradição brasileira, podendo, ainda, ser chamado de patrimonialismo e fisiologismo, segundo o livro "Gramática política do Brasil - clientelismo e insulamento burocrático", de Edson Nunes. O autor esclarece que a noção de clientelismo tem origem nas relações das sociedades rurais, marcadas por contato pessoal entre patrons - os patrões - e camponeses - os clientes.

Nessas relações, que são tecidas por trocas, principalmente de favores, há sempre uma diferença entre os níveis de poder dos envolvidos. Assim, Nunes defende que "os camponeses, isto é, os

clientes, encontram-se em posição de subordinação, dado que não possuem terra”. Terra, nesse contexto, abrange bens. Esse mesmo modelo rural manteve-se, ao longo dos anos, e serve de explicação para as relações políticas contemporâneas. Segundo Nunes, há sempre alguém com o poder nas mãos, que manda, oferecendo algo a quem está abaixo, normalmente, em busca de votos ou qualquer outro benefício pessoal ou político e a máquina pública acaba sempre utilizada para oferecer as regalias aos ‘clientes’.

Para o cientista político Fabrício Tomio, um dos principais nomes da pesquisa em emancipações do país, a troca de votos por benefícios é comum à realidade política nacional. No caso das emancipações, a relação clientelista pode ser ainda mais fortalecida porque a população fica dependente do parlamentar que assina a proposta. “A criação de um município é um projeto de lei estadual, portanto, sempre há jogo de interesses políticos envolvidos. Municípios não brotam nem evoluem, são criados por lei”, explica.

Joviniano Neto, cientista político baiano, no entanto, pondera que a relação entre deputados e população pode não ter sido, essencialmente, clientelista. Para ele, foi algo natural, um reflexo de um sistema que já assimilou uma mentalidade clientelista. “A política sempre foi um jogo de interesses. Todo eleitor vota em função da contrapartida. Uns têm interesses universais, outros, particulares, mas todo mundo usa o político como um investimento”, pontua.

Em Novo Horizonte, os defensores da emancipação estavam conscientes de todas as irregularidades, não só em relação aos deputados, mas, também, na apresentação das informações, feita por eles mesmos. Insistiam na causa, segundo Juju, porque o sentimento de não-pertencimento a Ibitiara falava mais alto e aquela era a chance da localidade se tornar, além de livre, autônoma. Sabiam que direito e justiça não são sinônimos e, às vezes, na prática, possuem aplicações completamente diferentes. Era justiça o que diziam buscar.

PAI DA 'FEBRE'

A prática de aprovar propostas inconstitucionais vinha, segundo Celso Castro, do próprio presidente da Casa naquela época, Coriolano Sales, que, além de defender todos os projetos, estava entre os que mais apadrinhavam distritos em busca da emancipação. Sales defendia três localidades: Caraíbas do Gavião, que queria se separar do município de Tremedal; Ribeirão do Largo, de Encruzilhada; e Quaraçu, de Cândido Sales. Foi por elas que ele se empenhou, na reunião com a vice-presidenta do TRE, para que o plebiscito não fosse cancelado.

Pelo maior número de projetos, o deputado se empenhava mais para conseguir a aprovação dos pedidos dos colegas e, assim, garantir os seus. “Coriolano foi o maior incentivador da criação de municípios. Na qualidade de presidente e tendo vários interesses em seus municípios, ajudava que outros fossem criados”, ratifica Castro.

– Isso foi uma brincadeira. Eu era deputado Constituinte e [a onda de autorizações inconstitucionais] foi uma brincadeira – explicou Otto Alencar, que se isenta “mas eu não defendi nenhum projeto”. O motivo era o desejo de conquistar mais “dividendos políticos”, confirma ele.

Além de Novo Horizonte, outros 33 distritos conseguiram a emancipação político-administrativa, entre os 39 que conseguiram realizar os plebiscitos. A sanção dos projetos foi feita naquele mesmo ano, pelo governador à época, Nilo Coelho. “O governador cumpre o seu dever, possibilitando a independência política desses distritos, agora municípios”, disse Coelho, ao assinar todas as autorizações, que aconteceram no dia 13 de junho.

A criação destes 33 novos municípios baianos foi parte de um fenômeno nacional que o professor Celso Castro chamou de ‘febre emancipacionista’, caracterizado pelo aumento significativo de novos entes federativos, em um curto tempo, sem nem sempre atender aos critérios constitucionais de desmembramento. Na

Bahia, o movimento foi intenso e pode ser mensurado pelos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O Estado começou a década de 1980 com a marca de 336 municípios e, no início da década seguinte, após a Constituição de 1988, chegou a 415, um aumento de 79 distritos emancipados que representa um acréscimo de 23%. Para se ter uma noção do que isso representa, a Bahia não criou nenhum município na década de 1970, período do regime militar, que, como dito anteriormente, tem por característica a centralização política. No Brasil, o aumento foi de aproximadamente 13% (eram 3.991 unidades federativas em 1980 e 4.491, em 1990).

Procurado, Coriolano confirmou apenas o título que recebeu de ‘pai das emancipações’, naquela época, mas negou que tenha sido um incentivador da criação de municípios na Bahia. Ele explicou que as implicações que surgiam com as propostas de autonomia dos distritos eram de natureza política.

– Eu lutei para que houvesse o cumprimento da Constituição Federal, da Constituição do Estado e das leis emancipatórias do país. O que havia era uma disposição política do líder político da época, Antônio Carlos Magalhães, o maioral do estado, que era contra [as emancipações]. Eu me coloquei em uma posição contrária da posição dele e passamos a advogar os interesses das populações no parlamento baiano – defendeu Sales.

O ex-deputado Coriolano Sales morreu em maio de 2018, no município de Vitória da Conquista, no sudoeste da Bahia, onde vivia.

PERDAS E GANHOS

A criação de municípios no Brasil pode ser vista a partir de dois prismas: os ganhos e as perdas que se tem com a elevação do distrito. Quando era subchefe para Assuntos Federativos da Presidência da República, Departamento do Ministério das Relações Institucionais, em 2012, Irene Cunha levantou os ônus e

os bônus das emancipações, a partir do argumento de quem é contra e a favor, mesmo que sem se posicionar. Para ela, o ônus tem mais a ver com os gastos públicos que se tem com criação de uma nova estrutura administrativa.

– Os ‘contrários’ à emancipação municipal consideram que a criação de municípios é inconveniente ao País por representar ampliação de custos para a manutenção de novas máquinas públicas ineficientes, contribuindo para o aumento dos gastos públicos pela criação de estruturas públicas para as novas prefeituras e câmaras municipais, o que amplia cargos públicos, como prefeitos, equipes de servidores municipais e vereadores. Essa posição é reforçada pelo fato de que municípios apresentam baixa capacidade de gestão – explica Irene.

O ex-prefeito de Salvador Antônio Imbassahy (PSDB), que também foi deputado federal ligado a questões orçamentárias, está entre os que defendem que a independência de um distrito é muito custosa aos cofres públicos, “porque é preciso montar e manter uma nova estrutura para atender à nova equipe administrativa”. Para ele, nem sempre se consegue receita suficiente para bancá-la.

– Quando se cria um novo município, está se constituindo uma nova folha de pagamento específica, você está formatando despesas. Isso é inequívoco: criou município, gerou despesa. A estrutura para atender o prefeito, vice-prefeito, oito, dez ou doze secretários que vão ser nomeados, cargos e comissão, despesas de viagem para a capital, enfim, gera uma despesa muito grande. Você vai ter a mesma receita e uma despesa maior – explicou o ex-deputado.

A perda maior, segundo a então subchefe para Assuntos Federativos, é para os municípios já existentes nos estados e que não têm participação no processo de emancipação. Os repasses são feitos aos estados, para que sejam distribuídos aos municípios e, portanto, quando se cria uma nova unidade federativa, diminui-se o valor destinado a todos os outros. “As emancipações não implicam aumento das transferências do Governo Federal ou

dos Governos Estaduais com os municípios, mas apenas redistribuição dos recursos disponíveis”, afirmou Irene Cunha.

Por outro lado, ela explicou que, além das perdas, sobretudo financeiras, há ganhos do ponto de vista social e político para a população que se emancipa. A criação de municípios estimula o desenvolvimento de políticas públicas descentralizadoras e está diretamente relacionada ao fortalecimento da cidadania e da democracia, segundo Irene, “por permitir a construção de espaços de poder mais próximos da população, o que incentiva a participação política e melhora a qualidade de vida local”.

Desse modo, é possível, para Irene, que as conquistas alcançadas pelo município recém-criado tragam a compensação dos gastos públicos, em uma espécie de investimento a médio e longo prazo. “Consideram [os que defendem a autonomia dos distritos] que a emancipação aumenta a renda municipal em razão dos investimentos em serviços essenciais locais”, completou.

O professor de Administração da UFRGS, Luis Klering, especialista em Gestão Pública, complementa: “A sociedade [do novo município] passa a ter melhor qualidade de vida, via melhor atendimento de setores como saúde, educação, geração de renda, habitação, atendimento a diferentes segmentos sociais, especialmente os normalmente mais esquecidos, como crianças, jovens e idosos”.

Para o ex-deputado estadual João Bonfim (PDT), que presidiu a Comissão Especial de Assuntos Territoriais e Emancipação, a evolução social que se conquista com a emancipação tem a ver com a descentralização dos serviços que tendem a ficar restritos à sede dos municípios.

- [Com as emancipações] Há uma melhor destinação dos recursos, das transferências constitucionais. Os administradores da sede, normalmente, não repassam verbas aos distritos de forma proporcional ao seu número de habitantes – defendeu João Bonfim. Na luta pela independência, essa sempre foi uma crítica do povo de Novo Horizonte em relação à sede de Ibitiara.

O ex-deputado Otto Alencar reforçou a defesa de que os ganhos do ponto de vista do desenvolvimento social advêm do maior acesso dos moradores do distrito ao governo local, o que facilitaria a proximidade e a cobrança de uma boa administração. “O cidadão fica próximo do Poder. Pertinho da casa dele é a casa do prefeito, da secretária da educação, da saúde, o hospital, o centro de saúde, a escola”, afirmou.

No entanto, os ganhos políticos advindos da descentralização do poder são questionados. O professor de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Israel Pinheiro, ligado às questões do Poder na Bahia, defende que pode haver uma falsa impressão de autonomia política por parte da população emancipada, principalmente nos municípios do interior do estado. Para ele, as criações resultam em um grande número de municípios pequenos e a fragmentação do território pode significar maior domínio das oligarquias locais.

- [A emancipação] promove uma aproximação porque o político está ali, o prefeito, os vereadores estão ali dentro da comunidade, circulam e isso traz uma proximidade, mas é uma proximidade geográfica, não é política. Porque politicamente essa gente continua ligada a seus esquemas de interesses, que não passam por dentro da comunidade e se relacionam diretamente com o governo central. Politicamente, eles continuam na mesma distância do anterior, quando estava no município-mãe - defende.

A explicação do professor Israel pode ajudar a entender a incompreensível vitória do grupo que se opôs à emancipação de Novo Horizonte na primeira eleição de prefeitos e vereadores do município.

FREIO E IRONIA

A intensa emancipação de distritos no período pós-1988 resultou no aumento de municípios pequenos e na diminuição dos grandes, no país. Um levantamento feito a partir dos números do

IBGE de 2019 revelou que a maioria dos municípios brasileiros tinha menos de 20 mil habitantes, naquele ano. Entre as 5.565 unidades federativas, 1.257 eram de população inferior a 5 mil; 1.294 tinham menos de 10 mil; e 1.370 tinham até 20 mil habitantes naquele ano. Municípios com mais de 500 mil pessoas somavam apenas 40.

Na Bahia, a realidade era similar. Dos 417 municípios baianos, 245 tinham população menor do que 20 mil. As cidades com mais de 500 mil pessoas eram apenas duas: a capital, Salvador, e Feira de Santana.

Embora os dados sejam de 2019, essa realidade já era percebida bem antes disso, logo no início da década de 1990. Esse significativo número de municípios pequenos no Brasil mantinha uma relação direta com a ‘febre emancipacionista’ e se tornou pauta no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. No ano de 1996, o deputado Luís Eduardo Magalhães, da base governista, defendeu – e assinou a promulgação, como presidente da Câmara Federal na época – a Emenda Constitucional de nº 15, que, entre outras questões, estabelecia que era preciso haver um período para a realização das novas criações de municípios, o que seria definido por uma lei complementar federal, que, até a conclusão deste trabalho, ainda não tinha sido aprovada.

A aprovação da emenda foi vista como uma evidente maneira de frear as novas autonomias dos distritos. Luís Eduardo era filho do ex-senador Antônio Carlos Magalhães, que foi apontado por Coriolano Sales como um dos mais notáveis adversários do movimento das emancipações.

Além da questão do período, a EC15/1996 determinou que seria preciso, para o processo, um estudo de viabilidade, e que a consulta popular incluiria, também, os moradores do município-mãe, não apenas das localidades incluídas no projeto de criação do novo município. Com as modificações, o parágrafo quarto do artigo 18 ficou assim: “A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro

do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei”.

Com essa medida, a Bahia diminuiu significativamente o número de municípios no período. De 1996 até 2000, se mantiveram os mesmo 415, sem nenhum acréscimo. O Censo do IBGE de 2010 observou a criação de dois novos: Luís Eduardo Magalhães (antigo distrito de Mimoso do Oeste que se separou de Barreiras) e Barrocas (descolado de Serrinha, com o mesmo nome), que fizeram aumentar para 417. A aprovação da criação dos dois municípios, na década de 2000, foi uma exceção e provocou, inclusive, uma discussão sobre a inconstitucionalidade da autorização dada pela Assembleia Legislativa. Depois deles, nenhum outro município pôde ser criado, até a conclusão deste trabalho.

Como o nome já indica, a criação de Luís Eduardo Magalhães representa uma grande ironia. Isso porque, ao ganhar autonomia, o novo município foi batizado em homenagem, justamente, ao presidente da Câmara dos Deputados que assinou a promulgação da Emenda Constitucional de nº 15/1996, que impediu, temporariamente, novas emancipações, algo que prejudicava o próprio Mimoso do Oeste.

A homenagem se deu em decorrência da morte do deputado, que aconteceu em 1998, mas o peso político do nome da família Magalhães, que ‘financiou’ a decisão da Assembleia, não impediu que o caso fosse questionado e chegasse ao Supremo Tribunal Federal.

De autoria do Partido dos Trabalhadores (PT), adversário de Antônio Carlos Magalhães, então líder do Partido da Frente Liberal (PFL), que depois se transformaria no Democratas (DEM), uma Ação Direta de Inconstitucionalidade que questionava a criação de Luís Eduardo foi protocolada no Supremo. Em 2007, sete anos após a emancipação, os ministros da Corte se debruçaram sobre

o assunto e veio, finalmente, uma decisão. Curiosamente, 2007 foi também o ano da morte de Antônio Carlos Magalhães.

O STF reconheceu a inconstitucionalidade da criação do município de Luís Eduardo Magalhães, com um entendimento que se aplicava também a Barrocas. Em uma decisão unânime, os ministros concordaram com a defesa feita pelo PT de que a autorização dada pela Assembleia Legislativa da Bahia violava o artigo 18 da Constituição de 1988.

A declaração de inconstitucionalidade do STF gerou uma grande expectativa sobre a possibilidade de extinção do município de Luís Eduardo Magalhães e de todos os outros que foram criados após 1996, mas os ministros decidiram que, embora fosse reconhecida a violação à Constituição Federal, não seria possível anular totalmente a lei de criação do município, pois isso poderia gerar insegurança jurídica ao povo. Foi dado ainda um prazo de dois anos para que os legisladores federais e estaduais concluíssem a definição das novas regras de criação de municípios.

Como já dito anteriormente, a lei complementar federal ainda não foi aprovada pelo Congresso Nacional, portanto, nenhuma emancipação legal poderia ser feita. Algumas propostas até existem, mas não avançam. Uma delas é do ex-senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que apresentou o Projeto de Lei Complementar (PLP) 416, de 2008, que prevê que o período para a criação de um município deva compreender a posse do prefeito e o último dia do ano anterior da realização de eleições municipais. Ainda estabelece outros critérios: população mínima de acordo com a região (Norte e Centro-Oeste: 5 mil; Nordeste: 7 mil; e Sul e Sudeste: 10 mil); arrecadação superior à média de 10% dos municípios do Estado; e apresentação de Estudo de Viabilidade, que contemple os aspectos econômico-financeiro, político-administrativo, e socioambiental e urbano.

O grande diferencial do texto de Mozarildo é a variação da população, a partir da região do país. Celso Castro elogiou a divisão e justificou que ela é necessária, principalmente, em áreas tradi-

cionalmente de pequenas populações. “Nas regiões pouco povoadas você tem a necessidade de ter uma unidade com um grau de autonomia maior pra que elas possam ganhar maior representatividade”. É o caso dos estados do Norte do Brasil, a exemplo do Amazonas, em que se verifica a existência de povoações muito distantes uma das outras, lugares em que só se consegue acesso depois de muitas horas de viagem de barco.

Pela demora de uma iniciativa do parlamento federal e a partir da recomendação do STF – que citou a responsabilidade dos deputados estaduais na decisão do caso de Luís Eduardo –, o ex-deputado João Bonfim chegou a apresentar à Assembleia Legislativa da Bahia o PLP nº 100/2011, que também redefina os critérios para emancipação. Ele explicou que o texto está de acordo com o projeto de Mozarildo, para não correr o risco de contrariar a Constituição Federal.

Celso Castro desacreditou da proposta de Bonfim. Segundo ele, não há outra alternativa para as localidades que buscam a emancipação a não ser esperar pela lei federal, que deve vir mais rigorosa do que nunca. Desse modo, as ‘febres emancipacionistas’ nunca mais poderão ter vez na Assembleia Legislativa da Bahia, na opinião dele.

Com essa constatação concordou o ‘pai das emancipações’ baianas pós-1988, Coriolano Sales, que viu com lamentação a impossibilidade de novas autonomias, algo que conseguia perceber que estava mesmo no horizonte. “É injustificável que se cometa uma pressão contra a criação de municípios”, disse. Para ele, a preocupação das pessoas públicas deveria ser com a defesa inegociável da soberania da vontade popular.

CAPÍTULO
Último

FOGUETÓRIO: SUSTO E PIRRAÇA

A celebração pelo resultado do plebiscito de Novo Horizonte varou a madrugada de oito de janeiro e continuou no dia seguinte. Os bares entupidos e o sorriso largo estampado no rosto dos novo-horizontinos. Às lideranças da emancipação, os cumprimentos pela vitória, vindos dos conterrâneos que acompanharam, de perto ou de longe, todo o processo em busca da independência de Ibitiara. Os intermináveis estouros estridentes dos foguetes eram a maior expressão da alegria incontida. Enfim, a comemoração do fruto de 24 anos de luta política de um povo, até então, desorganizado sob este ponto de vista.

Do outro lado, o recolhimento. Ibitiara estava silenciosa e ainda incrédula com a derrota. Zequinha, desde as vésperas da votação, preferiu ficar recluso no Sítio do Batata, onde residia, para poder “permanecer neutro”, como ele mesmo disse. Talvez, estivesse prevendo a derrocada do grupo de oposição na campanha pela autonomia. O líder recebeu o resultado das urnas com uma inconformidade que custou a passar. “Nós nos acomodamos demais!”, avaliou, anos depois.

Uma descoberta fez crescer, ainda mais, o ressentimento dos defensores do ‘Não’: se houvesse mobilização para que os eleitores não votassem, o plebiscito seria invalidado, pois, por lei, era preciso o comparecimento de mais de 50% dos cidadãos habilitados pelo TRE. A ausência de quórum foi constatada em, pelo menos, sete dos 39 distritos que restaram dos 52 postulantes, naquele período. O caso mais notável foi registrado em Itamarati, que tentava separação de Ibirapitanga. Lá, dos 3.553 eleitores, só 263 votaram e a consulta foi anulada.

Essa possibilidade nem passou pela cabeça das lideranças do grupo contrário à emancipação. Estavam todos vendados pela segurança de que os votos fiéis que detinham nas eleições municipais se repetiriam no plebiscito. Experientes na política, os ibitiarenses cometeram, com essa inércia, um erro fatal: não

foram capazes de enxergar as diferenças entre os dois processos de consulta popular.

No pleito para a seleção de vereadores e escolha de prefeito, está em jogo a promoção de nomes, pessoas em quem se afiança, acredita, aposta, pela amizade, por parentesco ou por gratidão, principalmente em localidades menores, em que se consegue ter uma proximidade com o candidato. Há, portanto, uma identificação pessoal, reforçada por instrumentos, como cartazes, santinhos e até a cédula ou urna de votação, que exibem um rosto, uma pessoa física. No plebiscito, ao contrário, não elege-se ninguém; a decisão é sobre uma proposta, uma ideia, uma abstração. Possivelmente, o povo do distrito não se sentiu escolhendo entre Zequinha e Juju, por exemplo, e, portanto, não se considerou obrigada a manifestar afetividade, agradecimento, afinidade com estes, como nas eleições para os poderes Legislativo e Executivo.

Ciente de que a falta de quórum terminaria com o sonho da independência, o 'Sim' temia que o silêncio, durante a campanha, fosse uma estratégia adotada pelo adversário para motivar a abstenção. Então, guardou para si o *insight*, para que a ideia não se espalhasse. Acreditaram ter acertado em cheio, mas temiam o questionamento do resultado.

Passada a fase de comemoração, a população voltou à vida cotidiana e conteve a euforia. Aquele povo aprendeu com as outras etapas do processo que uma resposta positiva nem sempre significa conquista. Como aconteceu com os 13 distritos eliminados às vésperas do plebiscito, o jogo podia ser virado, a qualquer momento. Além do mais, faltavam, ainda, dois passos para se chegar à emancipação: o reconhecimento do resultado da consulta popular, pelo Tribunal Regional Eleitoral e pela Assembleia Legislativa da Bahia, e a sanção da lei de criação do município, pelo governador do Estado.

Era 15 de janeiro de 1989, seis dias após a votação. Laércio deixou o município de Seabra, onde estava, e voltou às pressas a

Novo Horizonte, como um mensageiro que tem uma notícia muito importante a dar. Passou na casa de Juju, conversou seriamente com ele e, depois, desceu junto com o colega para a praça principal. Os principais nomes do grupo foram convocados para uma reunião, urgente, na farmácia de Célia, sua irmã. Havia algo de misterioso no ar, e cada um que chegava notava de imediato. Era inevitável a sensação de que algo tinha dado errado.

Não demorou muito para o estabelecimento encher de gente. O ti-ti-ti podia ser ouvido dentro e fora. Laércio intensificou o ar sério e demonstrava certa ansiedade, notada pelos movimentos, o que deixou a comunidade apreensiva. Nas mãos, trazia um exemplar de um jornal, que despertava a curiosidade de todos. Ele foi o primeiro a falar:

- Saiu, ontem (dia 14 de janeiro), no Jornal A Tarde, uma matéria sobre a ação que um procurador entrou contra o plebiscito de Novo Horizonte. Isso é coisa de Ibitiara - vociferou.

O abatimento do líder contaminou os ouvintes. De imediato, todos pararam para olhar a notícia com calma e discutir sobre o assunto. O procurador da República Jaime Brandão Meira havia pedido ao TRE embargo da consulta popular realizada em seis localidades, no dia oito. Afora Novo Horizonte, foram incluídas Bom Jesus da Serra, Cabaceiras do Paraguaçu, Ourolândia, Serra do Ramalho e Varzedo. Respaldaado pela Lei Complementar nº 32/1977, ele solicitou que o Tribunal convocasse uma nova votação nesses distritos. O motivo? O temido quórum.

Além de exigir mais de 50% dos eleitores nas urnas, a lei, em seu artigo 2º, especifica que os votos favoráveis precisam representar também a maioria do eleitorado total. Ou seja, ultrapassar o 'Não' não garantia, ao 'Sim', a vitória. Em Novo Horizonte, eram esperados 4.191 eleitores, mas só 2.922 votaram. Destes, 1.771 posicionaram-se a favor e 1.069, contra. Para conseguir a validade do processo plebiscitário, era necessário ter, no mínimo, 2.096 - a maioria do eleitorado total.

Dessa vez, foi a hora de Ibitiara comemorar e estourar foguetes.

Quando as lideranças do ‘Sim’ receberam a notícia da ação, não pensaram duas vezes: foram à procura o deputado recém-empossado Otto Alencar. Era hora de cobrar o apoio concedido outrora.

Na campanha de 1986, como Barbosa Romeo decidiu não concorrer à permanência na Assembleia Legislativa, as lideranças de Ibitiara ficaram sem um nome para apoiar e dividiram-se. Zequinha assumiu a ligação com Horacinho e lançou-o como o candidato do município, mas a mudança unilateral deixou Albino Pereira, o então prefeito de Ibitiara, contrariado, desejoso de ceder solidariedade a outra pessoa.

Por coincidência, durante uma viagem a Salvador, Albino conheceu o médico Otto Alencar, enquanto se tratava de um problema de saúde. Conversa vai, conversa vem, descobriram a política em comum. Como Otto tentava o primeiro mandato na Casa Legislativa pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o prefeito não pensou duas vezes e, ali mesmo, no leito, firmou um acordo de parceria com o postulante.

Convidado para conhecer a região, o aspirante a deputado estadual agradeceu e passou a dividir as intenções de voto no município. Principalmente nas urnas de Novo Horizonte, recebeu uma votação expressiva. Eleito, consagrou-se como o novo representante de Ibitiara na Assembleia. O petebista tomou posse em 1987 e, até o final do ano seguinte, período de campanha para a emancipação, não foi procurado pelos novo-horizontinos.

No reencontro, Otto prometeu ajuda no enfrentamento ao procurador. De início, contratou um advogado para atuar na causa e passou a acompanhar a questão de perto.

Depois de receber as ações movidas pelo procurador da República, o presidente do TRE, Luis Pedreira, anunciou que o Tribunal iria analisar os pedidos de embargo, mas que não tinha autonomia para a convocação de nova consulta popular. A Lei Orgânica dos Municípios nº 3.521/76, no Artigo 13, parágrafo terceiro, define que “Sempre que o plebiscito for desfavorável à criação do município, a proposta será mandada arquivar, não podendo ser renovada

na mesma legislatura da Assembleia Legislativa”. Ou seja, o projeto de emancipação Novo Horizonte poderia voltar à estaca zero.

Enquanto perdurou o impasse, de janeiro a junho de 1989, a sede de Ibitiara e Novo Horizonte se pirraçavam, sempre por meio de foguetes, hábito comum na política interiorana. A cada notícia favorável a um dos grupos, ouvia-se os tiros pipocando no céu. Soltar fogos fora da festa junina era sinal de comemoração, pela conquista, ou de ataque ao adversário.

Uma das novidades agradáveis a Ibitiara aconteceu no dia 1º de fevereiro, quando o governador da Bahia à época, Waldir Pires, sancionou 21 leis de criação dos municípios, baseadas nos plebiscitos ocorridos em 08 de janeiro. O estado tinha 367 municípios e passou a ter 388, mas Novo Horizonte e as outras cinco localidades, que tiveram a vitória questionada na Justiça, não faziam parte da relação.

De um lado, desolação, ante a festa do outro.

Foguetório.

NASCIMENTO E OFICIALIZAÇÃO

No final das contas, a decisão pela validação – ou não – dos votos ficou para a Assembleia e, como era de se esperar, ela emitiu parecer favorável, afinal, foi justamente ela quem elaborou e autorizou as consultas. As seis propostas de emancipação em juízo foram juntadas a outras proposições em tramitação na Casa e levadas ao governador, Nilo Coelho, substituto de Waldir Pires, desde que o peemedebista renunciou ao mandato para tentar a vice-presidência do Brasil, em 1989, ao lado de Ulysses Guimarães, opositor ferrenho do regime militar instaurado em 1964 e nome importante na luta da redemocratização do país. A decisão posterior, aliás, foi considerada um erro político, pois a dupla fracassou, ficando apenas em sétimo lugar, na concorrência vencida por Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PTN).

Uma das primeiras grandes ações do novo governador aconteceu às 13 horas de uma terça-feira, 13 de junho de 1989.

– O governo cumpre o seu dever, possibilitando a independência política desses distritos, agora municípios – declarou Nilo Coelho, durante pronunciamento de promulgação das leis de emancipação das 27 propostas encaminhadas a ele, incluindo a de Novo Horizonte, elevando o total de municípios baianos para 415. Posteriormente, nos anos 2000, o Estado ganharia outros dois, Barrocas e Luís Eduardo Magalhães, chegando a 417.

Acabava, ali, um processo abafado nas gavetas da Assembleia Legislativa por quatro anos. Na lista, estava também Andorinha, que, no plebiscito, teve parte das cédulas de votação trocadas com as de Novo Horizonte e recebeu ‘Sim’ pela maioria da população de Tapera. Os dois municípios nasciam, surpreendentemente, no mesmo dia.

Estava escrito, puderam pensar.

Curiosamente, o Diário Oficial do Estado, ao publicar a decisão do governador, no dia seguinte, 14 de junho, manteve um erro que quase custou o engavetamento do projeto de emancipação de Novo Horizonte. A lei 5020/1989, que autorizou o desmembramento de Ibitiara, conservou a informação da proposta inicial de que o novo município faria limite com o distrito de Olhos D’Água do Seco, considerada equivocada pela Comissão de Divisão Territorial da Assembleia Legislativa. Segundo o IBGE, que orientava os trabalhos legislativos na época, um município só podia fazer limite com outro município, e foi isso que manteve o pleito dos novo-horizontinos parado na Assembleia, durante um bom tempo. A reprodução do equívoco no Diário foi um detalhe que passou despercebido.

O fato é que a disputa de foguetes entre Ibitiara e Novo Horizonte acabou, exatamente, no 13 de junho. Neste dia, o novo município deu início a uma longa festa da emancipação. Foram três dias de cantoria, de abraços, de chororô, de desligamento da realidade. Foram três dias de queima de fogos, talvez a maior de toda a história daquelas bandas. Os sucessivos estouros pa-

reciam levar para os ares a alegria que emanava de quem erguia o braço para soltá-los. Era como se aquele desejo incontido de independência, guardado por gerações, ganhasse asas e partisse destrambelhado pela imensidão do céu, feito pássaro novo voando a primeira vez. Os estouros se misturavam aos gritos de extravasamento que ecoavam pelos paredões das serras.

Em meio a este mar de gente, Totôe pegou sua C-10, a mesma utilizada na campanha, e saiu em missão. Foi até o Sítio Batata para se encontrar com Zequinha, que estava ainda recluso. Com uma demonstração de vontade de desfazer as diferenças, convidou o adversário para participar da festa. Zequinha lhe tratou bem, mas não confirmou presença, embora desejasse participar, de alguma maneira, da celebração. Mandou oferecer à comunidade a metade de um boi para churrasco. A outra metade do animal seria paga por Totôe.

O presente contrariou uma parcela da população. Juju foi um dos inconformados.

– Vou te dizer: de minha parte, eu não aceito, não. Mas como não decido sozinho, tem que ver aí – posicionou-se o líder.

– Moço, vamos deixar isso pra lá, vamos esquecer essas coisas... – sugeriu Totôe, que, de tanto insistir, acabou convencendo o professor a aceitar.

– Você tem razão: já passou; eu só quero é comer a carne, agora!

E caíram na risada.

Cerca de oito bois foram doados e sacrificados, para alimentar todas as pessoas que invadiram as ruas para comemorar. No meio da praça, abriram valetas, que cheias de lenha e cobertas por grades, funcionaram como churrasqueiras. A carne era tanta que muita gente levou alguns quilos para casa. Deu pra economizar muito na feira da semana.

DESENHO DE ELEIÇÃO

Passados os três dias de comemoração, os líderes do processo emancipatório já começaram a pensar na eleição do primeiro prefeito, que aconteceria no dia 15 de novembro daquele mesmo ano. Era preciso organizar o grupo, conquistar aliados e definir quem seria o candidato. Faltavam, apenas, cinco meses e um impasse, logo, se fez: quem deveria inaugurar a cadeira do gabinete da prefeitura?

Os nomes de Laércio e Juju eram os mais cotados desde a campanha para o plebiscito. Mas, após a criação do município, o nome do engenheiro Edmilson Araújo, que foi considerado outro grande apoio no processo de emancipação, também foi colocado no páreo. A informação que circulava era que, quando surgiram os rumores da possibilidade de independência de Novo Horizonte, poucos anos antes, ele decidiu se mudar de São Paulo para lá com claras intenções de ser o primeiro prefeito. Por isso, não cederia tão fácil, na briga pela sua candidatura.

O cenário que se desenhou, a partir daí, revelou que Edmilson não estava mesmo para brincadeira. E os aliados sabiam disso. A recusa de sua proposta poderia representar a divisão do grupo, pois ele já havia se firmado como político e arrastava muitos aliados fiéis, conquistados em 1988, quando se elegeu vereador em Ibitiara, “tirando” muitos votos de Juju.

Para que não houvesse conflito, Laércio declarou, publicamente, que abria mão da candidatura. Assim, cedeu lugar na chapa a Edmilson, que entraria como vice de Juju, pois Zé Bernardes, ainda influente na política local, fazia questão que o genro fosse o “cabeça de chapa”. Ao ser comunicado, o engenheiro não se agradou da ideia, argumentando que não dividiria a Prefeitura com Juju, em hipótese alguma, decerto que por alguma mágoa da disputa a uma vaga na Câmara Municipal.

Volta Laércio, mas Juju não sai. A composição estava indefinida e aquele parecia um problema sem solução. Diante do desen-

tendimento, Laércio e Juju foram convidados para uma conversa com Carlos Valadares, opositor de Zequinha, em Ibitiara, no bar de Zé de Brulina. Lá, receberam recomendações para não se afastar de Edmilson e lançar o engenheiro com Laércio. Ouvindo aquilo, Juju decidiu ceder, desde que Otto Alencar apoiasse esta deliberação.

De lá, foram à casa de Albino, dono de um dos poucos telefones do local. Otto acabou se tornando, além de amigo, um consultor político do grupo e, de pronto, opinou:

– É melhor vocês segurarem o homem, senão ele pode ir para o outro lado.

O deputado tinha razão. Havia o risco de debandada. Os opositores da emancipação também se organizavam para a nova batalha. Zequinha, que contava com o apoio de Brejo e Remédios, anunciou a sua candidatura e liderou um movimento de definição dos candidatos a vereador.

Enquanto falava com Otto, Juju concordava com balanços de cabeça, sinalizando flexibilizar para não perder o aliado. De repente, Albino, que ouvia toda a conversa, inconformado, levantou-se e tomou o telefone das mãos do colega.

– Isso é uma loucura! Juju não pode sair da disputa. O povo quer Juju! – argumentou ao parlamentar.

Começou, ali, uma discussão que reacenderia o impasse. Sem acordo, Laércio e Juju voltaram para Novo Horizonte já escurecendo. Seguiram para suas respectivas casas, para descansar. A ideia era retomar a discussão no dia seguinte.

Pouco depois de ter conseguido cochilar, Laércio acordou assustado com um barulho de vozes e estouros de foguetes. Ele estranhou; pegou o relógio para ver que horas eram: meia-noite. Saiu para ver o que ocorria nos arredores da sua casa, de onde partia o falatório. Lá fora, avistou Edmilson e seus aliados comemorando, juntos, o êxito de sua jogada. Sem a resposta das lideranças do ‘Sim’, o engenheiro decidiu não esperar e aderiu aos

adversários. Aceitou ser o vice que Zequinha buscava e rachou, de vez, os antigos colegas.

A debandada deixou o caminho aberto para Juju, que se tornou o candidato a prefeito do grupo seccionista. O desfalque também exigiu que o grupo repensasse a ideia de fazer uma composição, apenas, com candidatos da sede do município recém-criado. Para dar continuidade à comuna, era preciso se aproximar da população da região do Brejo, onde os votos contrários à emancipação foram expressivos. Entre as comunidades de Coiranas, Serafim, Estiva e Brejo, foram 626 votos para o 'Não' e 239 para o 'Sim'.

Com consentimento e apoio de Laércio, um nome do Brejo foi sondado para ocupar o lugar do vice e, assim, arrastar novos aliados daquela localidade. O ex-delegado José Alves Pereira sobresaiu-se entre as opções existentes. Apesar de morar em Ibitiara, Zé de Braulina era um líder no Brejo, tendo representado a região na Câmara de Vereadores, na gestão de Albino (1983 a 1988). Além disso, havia empenhado esforços para convencer vizinhos e amigos a votar no 'Sim', durante o plebiscito. Sem a ajuda dele, a oposição seria ainda mais forte e resultaria em uma rejeição maior à emancipação.

Quando as duas chapas se formaram, cabos eleitorais dos dois lados foram às ruas. Para Juju e companhia, as mesmas ações empregadas na consulta: comícios, passeatas, cartazes e folhetos. Mas, para Zequinha, nada seria igual. Vencer aquela disputa tinha se tornado, para ele, uma questão de honra e, para tanto, seria preciso agir diferente do modelo adotado no ano anterior. Nada de acomodação. Dessa vez, foram usadas as mesmas armas dos adversários.

O entusiasmo de Zequinha, porém, sofreu um abalo já próximo da votação, quando ele descobriu que não poderia ser candidato a cargos no novo município. Havia um impedimento legal. Como o título eleitoral era de Ibitiara, o registro da sua candidatura em Novo Horizonte foi impugnado. Ele recorreu da decisão, mas não

teve êxito. Não teve jeito, foi obrigado a abandonar a briga pelo sonho de ser o primeiro prefeito do município recém-criado.

Em seu lugar, assume o cunhado, Washington Luis, irmão da sua esposa Wilsonézia, mais conhecida como Nezi. Morador do povoado de Santa Luzia, que, na divisão territorial, passou a pertencer a Novo Horizonte, ele não teria o mesmo problema com o registro. Lulu, como é conhecido o escolhido, passou a ser, ao lado de Edmilson, a promessa para a prefeitura. Por trás deles, a figura de Zequinha.

A campanha voltava aos trilhos e, dessa vez, estava disputadíssima. As caminhonetes não paravam um instante só, levantando a poeira da estrada das serras, durante as idas aos povoados. Era uma festa quando um dos grupos conseguia um novo apoio, que se concretizava quando era autorizado a afixar na frente das casas o cartaz do candidato. Ao invés de ‘Sim’ e ‘Não’, as paredes exibiam, dessa vez, os números e as caras dos concorrentes.

O novo município passou a reviver o tão recente clima de disputa política. Nas ruas da sede, faixas em defesa, principalmente, de Juju, muros pintados com os números 22 (do PL – Partido Liberal, de Lulu) e 14 (do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, de Juju). À beira das estradas, árvores e pedras grandes ganhavam mensagens, muitas vezes com jogo de palavras envolvendo os nomes de Lulu e Juju, singelos apelidos que dão margens a rimas e piadas.

RESULTADO AMARGO

A votação aconteceu em uma quarta-feira, 15 de novembro, que, por acaso, também é o feriado alusivo à proclamação da República. Era a segunda vez que a população ia às urnas, em dez meses, quando o habitual da consulta popular é acontecer de dois em dois anos. Além dos dois candidatos a prefeito, havia 24 tentando uma vaga na Câmara de Vereadores; 11 estavam do lado de Juju e 13, de Lulu.

Às 8 horas da manhã, as filas nas escolas começaram a se formar na sede e em todo o município de Novo Horizonte. As mesmas localidades, os mesmos eleitores, as mesmas seções, a mesma ansiedade. O percurso foi tranquilo, sem os problemas registrados no plebiscito.

Depois das 17h, horário de encerramento, as urnas já começaram a ser abertas e a contagem, feita. O anúncio do resultado foi o que diferenciou as duas consultas ocorridas naquele ano – para a emancipação e para o primeiro prefeito –, tão similares:

– Juju, 1.403 votos – alguém anunciou, na escola da sede.

Após uma breve pausa, continuou:

– Lulu, 1.959.

Alegria e revolta se misturavam naquele ambiente. Os eleitores de Juju não podiam acreditar naquele resultado. Parecia uma grande ironia, mas, de fato, era: o defensor do ‘Não’ sagrava-se o primeiro gestor do novo município, com uma diferença de 556 votos. Uma surpresa, um baque. E mais: dos nove vereadores eleitos, apenas três eram da chapa remanescente do ‘Sim’.

Os líderes do movimento da emancipação, há pouco radiantes com a vitória, dessa vez, estavam desolados. O sentimento da derrota foi amargo, difícil de engolir, tornando a sede silenciosa durante os dias após o 15 de novembro. A sensação do grupo foi de ter sido passado para trás, como quem é vítima de um golpe: “Comprou, mas não levou”.

A busca por explicações que justificassem a perda não tardou. Juju defendeu que houve compra de voto por parte dos adversários, nos momentos finais. Segundo ele, a preferência pela sua chapa podia ser sentida durante todo o processo e a reviravolta só foi conseguida porque ele não tinha dinheiro para gastar com a campanha.

– Pra se ter uma ideia, em um comício na Tapera, eu consegui montar uma carreata com mais de 110 carros e um ônibus, todos lotados de gente. Imagine o que isso representou, nos padrões da época... – argumenta Ajuricaba.

Zequinha rebateu a declaração e afirmou que a conquista se deu pelo trabalho empenhado, em busca, não só do primeiro mandato, mas, principalmente, da retomada do prestígio do grupo, abalado desde a derrota no plebiscito.

– Eles lutaram com muita força, vieram pra cima, mas quem tinha a maioria dos votos éramos nós – defendeu o ex-líder do ‘Não’.

Apesar da inconformidade e das acusações, os líderes de Novo Horizonte não acionaram a Justiça. A ficha parecia, aos poucos, cair. A dor só surgiu pujante quando foram obrigados a assistir aos preparativos da posse, que aconteceria logo mais, no primeiro dia de janeiro de 1990. Mas não tinha jeito. Como estavam esperançosos de ver as mudanças acontecendo no município, aceitaram e respeitaram a chegada de Lulu, que deixou o povoado de Santa Luzia para morar na sede, com a família.

Àquela altura, ao apontar no topo da ladeira de Dê, a última antes de chegar em Novo Horizonte pela estrada de Ibitiara, era possível observar que o cenário da planície lá em baixo não era mais o mesmo. Junto ao verde predominante e às poucas edificações do vale, um colorido inclassificável passou a ser visto daquele alto. Terrenos sendo preparados para construção, paredes novas sendo erguidas, fachadas antigas ganhando tintas e rastros de fumaça riscavam o céu, indicando que muitas casas havia por ali.

Desde o início da década de 1980, aquela bela clareira, percebida pela sensibilidade do enfermeiro João Oliveira, em 1943, já não reinava sozinha. Ao contrário, dividia espaço com uma recente paisagem urbana, que, aos poucos, ia se consolidando na sede do município, um dos caçulas da Chapada Diamantina, desde que foi elevado à categoria de distrito.

A primeira praça ganhou meio-fio, que definiu o seu formato retangular. Ao redor, calçada com paralelepípedos. Seis pés de cajazeiras e um de amêndoa, plantados no meio, garantiam sombra. Um poste com quatro lâmpadas, fincado ao centro, alegrou a meninada, que passou a poder ficar na rua até mais tarde, brin-

cando no claro, mas encerrou, para os adultos, a possibilidade de encontros clandestinos, no breu.

A praça da igreja também recebeu calçamento, tornando mais organizadas as passagens das procissões ao Senhor do Bonfim, realizadas no local e nos arredores. Para os fiéis, que já caminham com as velas derramando a parafina quente nas mãos, era muito difícil andar desviando dos buracos e escorregando no cascabulho. Uma dolorosa penitência. Não só pra eles, aliás. Os estudantes, por exemplo, adoraram a ideia de marchar sem levantar poeira, no tradicional Desfile de Sete de Setembro, em comemoração à Independência do Brasil do jugo português, um dos grandes acontecimentos de Novo Horizonte.

Logo, os arredores das praças já não comportavam mais residências e pontos comerciais. Então, o lugarejo se estendeu por outros cantos. Os caminhos para a escola e as estradas para os rios de Baixo e da Ponte começaram a ser alargados. Gradativamente, as margens das vias foram se transformando em um pulsante canteiro de obras.

Iniciou-se um êxodo crescente da população de comunidades próximas para a planície desenvolvida pelas ações de Zé Salão, que, enfim, estava conquistando o sonho de tornar-se cidade. Toda aquela gente buscava as novidades que, um dia, eram profetizadas pelos defensores da separação: prefeito, banco, emprego, médico, boa escola, cartório.

Se, em 1985, durante a elaboração do projeto de emancipação, a sede de Novo Horizonte não tinha as 200 casas, tampouco fisionomia de centro administrativo, exigidos por lei, nos últimos anos da década, ela ultrapassava essa marca e ganhava cara nova. Como quem se arruma para uma festa, ela aprontava-se para o grande e ansiado dia, aquele em que Novo Horizonte se consagraria, de fato, um município.

PRIMEIRO MANDATO

Segunda-feira, primeiro de janeiro de 1990. Não se sabia ainda em que espaço realizar uma cerimônia tão importante. Na verdade, a localidade não tinha uma casa própria pra eventos. Foi o jeito improvisar: Cornélio Lopes emprestou um depósito que tinha na rua que dá acesso ao rio da Ponte e o imóvel foi preparado para empossar as novas autoridades locais. Encheram-no de plantas várias, como parte da decoração, e de muitos assentos para acomodar as testemunhas daquele dia histórico.

Com tudo pronto, puderam tomar posse o prefeito, Washington Luis Abreu, o vice, Edmilson Araújo, e os nove vereadores eleitos para o primeiro mandato eletivo de Novo Horizonte: Adelinho Bastos, Ademar dos Santos, Alfredo Neto de Oliveira, Ednilson Prado (Banhado), Isaias dos Santos, João de Deus de Lima, João Pereira, Osvaldo dos Santos e Selino da Silva. A solenidade foi conduzida pela juíza Jucy Sá Santiago, que havia estreado na magistratura há alguns meses.

A peleja se repetiu na procura por locais onde funcionariam os prédios públicos. Para abrigar a Prefeitura, terminou-se por alugar a residência de Nelson Rocha, que ficava fora do perímetro das praças, no início da estrada que dá no rio de Baixo. A Câmara de Vereadores também foi improvisada, instalada onde havia funcionado um pequeno módulo policial, a subdelegacia de Ibitiara.

No processo de concepção do município, alguns detalhes eram previstos, mas outros passavam completamente despercebidos, como a confecção da bandeira e a definição do gentílico, por exemplo. A equipe de Lulu só se deu conta quando esses dois símbolos municipais foram solicitados. A tarefa foi delegada para a professora Eudete Almeida, que tinha sido indicada pelo primeiro prefeito para a supervisão de Educação – ainda não se falava em secretaria.

Fez-se correr por todos os cantos que a Prefeitura estava selecionando desenhos de moradores que poderiam se tornar a

bandeira de Novo Horizonte. As pessoas com maior habilidade em artes logo produziram os materiais para apresentação. Os concorrentes surpreenderam a supervisora, que se viu encantada pelos trabalhos, pela qualidade e beleza que possuíam. Assim, tornou-se impossível escolher apenas um e a estratégia adotada pela equipe foi de juntar as ideias e conceber um único quadro. A opção agradou.

O resultado foi a criação de uma bandeira nas cores vermelha, branca e azul. Ao centro, destaca-se uma imagem que revela a paisagem comum em Novo Horizonte: o sol entre serras, cortadas pelo rio Remédios, e representações das potencialidades econômicas: a agricultura, simbolizada pelo alho, e a mineração, pelo quartzo. O projeto foi repassado para uma bordadeira chamada Jandira Xavier, conhecida de Lulu e residente no município de Feira de Santana. Foi ela quem materializou, por meio do seu bordado delicado, a primeira bandeira de Novo Horizonte.

A proposta do gentílico elaborada pela administração local contemplava duas formas: novo-horizontense e novo-horizontino. As duas maneiras de se referir ao povo do município foram adotadas e estão corretas – embora o IBGE tenha incluído em seus registros o novo-horizontino. Tanto a bandeira quanto o gentílico foram aprovados pela Câmara de Vereadores.

Lulu tomou posse com muitos desafios postos. Mudou-se do povoado de Santa Luzia para a sede, onde a grande maioria dos votos tinha sido pra Juju. Foi preciso empenhar muitos esforços para cativar a população, que ainda permanecia inconformada com a derrota eleitoral, após a vitória no plebiscito. Segundo ele, a resposta dada a esse cenário de rejeição foi esquecer a posição política das pessoas no momento de estruturar o novo município. Assim, procurou formar uma equipe de trabalho com gente que pertencia aos dois grupos. Foi desse modo que Lulu ficou conhecido como o prefeito da pacificação de Novo Horizonte.

Com a aparente integração da sede, a localidade ganhava, enfim e de fato, o status de município, passando a decidir os rumos

da própria história. Poderia definir estratégias de arrecadação, aplicação dos recursos, modos para obtenção de equipamentos e serviços públicos estaduais e federais, como a abertura e melhoramentos das estradas, e da iniciativa privada, como bancos. Só então, foi possível ter uma dimensão do que seria aquela nova realidade.

Mas nem tudo foi flor, naquele momento. Tão logo, o primeiro governo compreendeu que arrecadar tributos não era tarefa fácil em municípios pequenos, principalmente nos mercados pela pobreza, como era o caso de Novo Horizonte. Isso gerou uma imediata dependência financeira do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Foi preciso fazer milagres, como contou mais tarde o prefeito, pois havia muitas ideias, muitos anseios da população, mas o dinheiro não dava pra tudo que se pretendia fazer. Naquele período, ainda não existia uma destinação exclusiva de recursos para a saúde e a educação, por exemplo.

- Com o FPM, nós nos virávamos para fazer tudo - lembrou Lulu.

A ponte foi construída. Porém, como sugere a música 'Novos Horizontes', dos Engenheiros do Hawaii, "quem constrói a ponte não conhece o lado de lá". O lado de lá, neste caso, eram os 62 povoados que foram incluídos - alguns sob protestos - no território novo-horizontino, todos com as suas singularidades e demandas. Pior: não havia, por parte de todos, o sentimento de pertencimento das pessoas a Novo Horizonte e, por vezes, os laços identitários eram frágeis. Para se emancipar, a sede tornou-se responsável por todos eles, mas pouco os conhecia. Integrar aquele povo foi um dos maiores desafios do primeiro prefeito.

A gestão de Lulu durou, excepcionalmente, três anos, porque as novas eleições municipais, em todo o país, aconteceriam em 1992.

CORTE E CONTA

Com a perda de 612 km² do território ao sul para Novo Horizonte, Ibitiara, que tinha uma área de 2.460 km², passou a ter 1.847 km². A população, que era de 21.171, ficou em 17.008, depois da emancipação. Embora tenha tido perdas do território e de habitantes, o município não teve, pelo menos naquele primeiro instante, aquilo que mais temia: a diminuição da receita.

Surpreendentemente, os recursos repassados pelo Governo Federal não vieram menores. Se em janeiro de 1989, antes da separação, Ibitiara recebia NCz\$ 42.696, 64 (a moeda ainda era o Cruzado Novo, que passou a valer em janeiro de 1989 e deixou de circular em março de 1990), um ano depois, passou a receber NCz\$ 885.426, 27 – um acréscimo de quase 2.000% nos cofres municipais.

Mas a economia brasileira à época passava por uma crise, que vinha se estendendo desde os últimos anos da década de 1980, e, por isso, o aumento numérico é questionável. Então, como a moeda era instável, foi necessário comparar o poder de compra desses valores, nos dois momentos.

Em janeiro de 1989, o FPM recebido pela Prefeitura de Ibitiara daria para comprar, em média, 5,4 carros populares, modelo Gol, que custava, a unidade, NCr\$ 7.900,00 – o Gol já existia desde 1980 e representava um dos maiores sucessos da Volkswagen. No ano seguinte, sem contar com a população de Novo Horizonte, o município recebeu NCr\$ 885.426,00, que daria para comprar 4,2 dos mesmos veículos, que custavam, cada um, NCr\$ 209.443,00.

Portanto, não se verificou uma diminuição radical de receita para Ibitiara. A explicação para a manutenção da média receituária estava nos reajustes feitos pelo FPM: antes da Constituição de 1988, o fundo repassava para os municípios, apenas, 17% da arrecadação total, e, com a sua promulgação, foi para 20%; em 1989; para 20,5%; em 1990, 21%; e em 1992, chegou a 22%.

Os reajustes nos repasses federais tornam a explicação mais plausível quando se compara as receitas de Ibitiara e Novo Horizonte, a partir de 1990, depois que o novo município começou a operar. Enquanto Ibitiara recebia NCr\$ 1.509.149,70, em fevereiro, foram destinados NCr\$ 1.207.319,93 para Novo Horizonte. Em fevereiro de 1992, foram, respectivamente, NCr\$ 54.126.073,03 e NCr\$ 43.300.858,56. Os números são próximos e se mantiveram na mesma proporção, ao longo desses primeiros anos.

RECONCILIAÇÃO

Ao fim do mandato de Lulu, uma nova derrota eleitoral foi imposta à sede, que, a essa altura, já estava mais dividida, pelos apoios que o primeiro prefeito havia conquistado. O sucessor, eleito para o mandato que foi de 1993 a 1996, era mais um defensor do 'Não', apoiado por Lulu e Zequinha: Lourival Gomes de Queiroz, o Loro, que vinha do Brejo. Era aquele mesmo rapaz que apareceu no encontro do 'Sim', durante a campanha pela emancipação.

Não demorou muito para Loro também ser aceito na sede. Para além da questão política, contou para isso, também, algo da vida pessoal: o romance que mantinha com Elizete Gomes de Araújo, moradora da sede e uma promissora liderança evangélica. Altiava, a primeira-dama fugiu daquele estereótipo que coloca as mulheres dos gestores públicos em um papel de decorativas. Zete, como era mais conhecida, conquistou espaço na administração do marido e as suas opiniões passaram a ter grande peso nas decisões de Loro. Diziam até que ela era, na prática, a prefeita.

Naqueles primeiros anos da década de 1990, ainda não era permitida a reeleição no Brasil. Por conta disso, Lulu contou que fez um acordo com Loro: apoiava a sua eleição, desde que recebesse o mesmo quando fosse encerrado o seu mandato, para que fosse possível voltar à prefeitura. No entanto, às vésperas da definição das candidaturas para a terceira eleição do novo muni-

cípio, Lulu foi surpreendido com uma notícia que abalou o cenário político local: Loro havia mudado de ideia e não mais o apoiaria.

A decisão de Loro deixou Lulu arrasado. Mas, como diz um ditado popular, ‘nada é tão ruim que não possa piorar’. Enfraquecida, a situação política do primeiro prefeito agravou-se, ainda mais, quando Zequinha, cunhado e importante aliado, anunciou que permaneceria com o grupo de Loro. Outra bomba que caiu sobre o município. Com a perda dos apoios, Lulu viu ruir uma parte do projeto eleitoral, pois conseguiu garantir, pelo menos, a eleição da esposa. Marizete Rodrigues da Silva foi a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte.

Para candidato a prefeito do grupo da situação, Loro preferiu indicar o seu irmão, Jairo Queiroz, também do Brejo, que venceu as eleições e assumiu o poder municipal em 1997, ao lado de Zequinha, que tinha sido integrado à chapa como vice. A hegemonia do Brejo perdurou, ainda, por mais uma gestão, quando Loro voltou à Prefeitura, em 2001. O retorno de Lourival foi marcado por uma proposta surpreendente que fez às lideranças do ‘Sim’.

Desde as campanhas do plebiscito, Jairo revelou-se um simpatizante do grupo pró-emancipação, embora estivesse impedido de apoiá-lo pela família e amigos, que eram contrários. Quando se elegeu prefeito, tornando-se a autoridade máxima do município, decidiu se desvencilhar daquelas amarras e fez alianças com os antigos adversários.

O prefeito se aproximou, principalmente, de Juju, que se tornou um aliado. Quando acabou o mandato, Jairo intercedeu ao irmão pela inclusão do novo amigo ao grupo. Loro acatou o pedido e anunciou Juju candidato a vice em sua chapa. A dupla venceu as eleições de 2000. Era o início de uma reconfiguração política em Novo Horizonte.

Em 2004, os opositoristas à emancipação dividiram-se, de vez, e um homem voltou à lista dos possíveis candidatos para recuperar um sonho perdido: José Lopes dos Anjos, o Zequinha.

Dessa vez, com o registro em dia, ele disputou com Loro, que não queria abandonar a administração, e venceu, conquistando o desejo de ser, enfim, prefeito do município, tendo Claudionor, o Nonô, como vice. Foram reeleitos em 2008, permanecendo no cargo por mais um mandato, que terminou em 2012.

REDEÇÃO

Nas eleições de 2012, Zequinha não pôde mais disputar, pois a lei não permite um terceiro mandato consecutivo. Mas não só isso. Por conta de outra limitação legal, esteve também impedido de indicar parentes para substituí-lo, como fez na primeira eleição, quando optou pelo cunhado. Assim, iniciou-se uma busca por um nome para representar o seu grupo político no pleito daquele ano.

No processo de reflexões, uma ideia surgiu para Zequinha: ajudar a fazer justiça para o povo da sede de Novo Horizonte. Já tinham se passado 23 anos desde a emancipação e, até ali, os representantes do ‘Sim’, grupo que lutou pela independência em relação a Ibitiara, nunca tinham experimentado eleger prefeito (a) da localidade. Olhou para o lado e identificou, entre os seus auxiliares, um nome capaz de resolver essa pendência histórica.

Era Itamar Costa, filho de Agenor Vieira da Costa, o Dó, importante liderança da emancipação, quando foi responsável, principalmente, pela arrecadação de doações para financiar as viagens de Juju a Salvador. Coincidentemente, Itamar também desempenhava uma atividade financeira na Prefeitura, na gestão de Zequinha, quando esteve à frente da Secretaria de Finanças. Não poderia ser o próprio Dó porque ele havia morrido anos antes, e escolher o filho seria, também, uma forma de homenagem.

O nome de Itamar foi aceito e o grupo venceu as eleições. O filho de Dó se tornou o primeiro prefeito oriundo da sede de Novo Horizonte. Isso representou muito para a população, pois foi ali que se plantou a semente e se organizou a luta pela criação do

município. Zequinha, que tinha sido uma liderança do 'Não', conseguiu, com a atitude, se redimir, definitivamente, com a sede.

Embora simbólica, a união não durou muito tempo. Na eleição seguinte, quando o então prefeito Itamar tentava a reeleição, o grupo de Zequinha rompeu com ele. Djalma, filho de Zequinha, foi apresentado como candidato da oposição e venceu o pleito, com o apoio de importantes lideranças da sede, como Juju e Laércio.

A política não é uma ciência exata. É um jogo dinâmico e de resultados imprevistos.

PEDRA E BRILHO

No tempo em que ainda discutiam o andamento do projeto de emancipação, nos últimos anos da década de 1980, os secessionistas aproveitavam para imaginar como seria a administração feita por eles. Em meios às divagações quase infantis, debatiam ideias a serem viabilizadas e definiam o que fariam diferente de Ibitiara, quando estivessem no poder. Sonhos...

Uma das principais propostas do grupo correspondia a um antigo anseio da comunidade: organizar a exploração e o comércio do quartzo extraído das serras novo-horizontinas, que poderia render aos cofres municipais participações nos lucros da atividade. Desde o início, não se tinha uma noção precisa do quanto se produzia e saía de lá. Sem uma disciplina, nada seria deixado para a localidade.

Depois do quartzo semitransparente, chamado 'cristal limpo', outro tipo do minério passou a ser garimpado e, aos poucos, tornou-se o principal lavrado por aquelas bandas. O quartzo rutilado tem as mesmas características físicas do outro, como a resistência e as formas geométricas, mas possui o rutilo, elemento cor de ouro, que se assemelha a agulhas douradas e que muita gente chama de 'cabelo'.

A nova descoberta caiu no gosto, principalmente, dos orientais, que usam a pedra para a confecção de joias, peças de de-

coração e na indústria esotérica. Acredita-se que ela atrai boas energias. Coreanos, japoneses, chineses, indianos se espalharam por todos os cantos, em busca da matéria-prima. Alguns fixam residência e promovem até casamentos interculturais, com a população local. Outros passam, apenas, temporadas.

Com a presença dos compradores internacionais, o mercado, que já era forte, intensificou-se. O quartzo rutilado se tornou a principal fonte de renda do município, ao lado do alho do Brejo, que, ao contrário, tem produção conhecida – em 2007, o rendimento médio foi de 8 mil toneladas do produto por hectare plantado, o que se repetiu no ano seguinte.

Apesar da ebulição nos garimpos, nenhuma política de regularização da extração e comercialização do “cristal” havia sido adotada pelos gestores, tornando, ao longo de todo esse tempo, destoante a vida dos produtores e intermediadores do minério da realidade municipal. Segundo Zequinha, que governou por dois mandatos (2005-2008 e 2009-2012), houve até tentativas de apoiar a regulamentação da atividade nesse período, mas as iniciativas sempre esbarravam na vontade dos garimpeiros e do empresariado.

– Você sabe como é o povo: corre do imposto. É um fenômeno da natureza, quando você fala em cobrar imposto, não é mais uma pessoa benquista, a conversa não interessa mais. A tentativa foi em vão – explicou o político.

Durante muitos anos, a terra foi trabalhada clandestinamente. E pior: muitos garimpeiros nem sabiam que atuavam de forma ilegal. O subsolo é de propriedade da União, não do dono do terreno garimpado, mas este é o único que acaba recebendo algum benefício pelas pedras extraídas. Em geral, o proprietário do solo – quase sempre ocupado por sítios e fazendas – consegue cobrar uma espécie de ‘aluguel’ dos trabalhadores, que não têm direitos garantidos.

– Isso não acontece só em Novo Horizonte. Há muitas regiões clandestinas espalhadas pelo país, porque o Brasil é muito gran-

de e não dá para estar em todos os lugares, ao mesmo tempo –, informou Marco Freire, engenheiro de minas do 7º Distrito (BA) do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), autarquia responsável pelo patrimônio mineral brasileiro.

É o DNPM que concede as autorizações, chamadas de títulos, para a exploração dos recursos minerais e faz a fiscalização do cumprimento do Código Mineral Brasileiro (decreto nº 62.934, de 2 de julho de 1968), que legisla sobre a atividade. Os principais títulos são: concessão de lavra a empresas para pesquisas do potencial de minas, por tempo indeterminado, e permissão de lavra garimpeira (PLG), para garimpeiros autônomos ou cooperativas.

Para conseguirem a legalidade do trabalho, é preciso, primeiro, requerer o título junto à autarquia federal, como define o Artigo 110 do Código de Mineração e, depois, a autorização da Prefeitura para o uso do solo e a licença ambiental da Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia (Sema). Uma vez regularizado, o garimpeiro passa a contribuir com a Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM), correspondente a 0,2% – categoria pedras preciosas – do valor aferido com a produção mensal.

Ao todo, 65% dos recursos arrecadados pela CFEM são, depois, repassados à prefeitura do município onde ocorre a extração, para investimento exclusivo em infraestrutura. Além da sonegação da CFEM e da negação de direitos trabalhistas aos garimpeiros, há, ainda, uma dificuldade para se arrecadar o ICMS (Imposto sobre a Comercialização de Mercadorias e Serviços), sobre a venda do quartzo, em geral, feita a exportadores. Recolhido pelas secretarias estaduais da fazenda (Sefaz), o imposto é estipulado de acordo com a região brasileira.

O ICMS recolhido, assim como a CFEM, é revertido, também, para os municípios, que recebem 25% do total coletado. Do restante, 50% ficam com a União e os outros 25% com os Estados e o Distrito Federal.

Os garimpeiros sempre se arriscaram nas escavações do subsolo, na maioria das vezes com equipamentos de segurança improvisados e rudimentares, sem nenhuma garantia. Sem falar nos impactos negativos causados ao meio ambiente, pelas perfurações desenfreadas e irresponsáveis, que não costumam ser fechadas após a escavação, e pelas dinamites que são explodidas. Coloca-se em risco, também, a vida de quem caminha e/ou vive pelos arredores das serras.

Mas esse cenário, felizmente, começou a dar sinais de mudança. Uma cooperativa de garimpeiros foi gestada no início da segunda década de 2000. Apesar das resistências iniciais, a organização iniciou o processo de legalização do trabalho de extração mineral. A partir disso, é possível ter acesso a assistência técnica, programas ambientais e mapeamento geológico, questões que eram, segundo a cooperativa, uma carência dos garimpeiros. A entidade socorre também os trabalhadores da barita, outro mineral que passou a ser explorado na região.

De alguma maneira, o caminho começa a ser trilhado. Que o brilho do rutilo, tão benquisto pelo mundo, consiga iluminar, a todo instante, o percurso rumo ao desenvolvimento do município que, até a conclusão deste livro, ainda não tinha um hospital nem sequer uma estação rodoviária. Novo Horizonte, tão cheio de riquezas, tem direito ao brilho. Adaptando um trecho de um poema do russo Vladimir Maiakóvski:

*Brilhar para sempre,
brilhar como um farol,
brilhar com brilho eterno,
Novo Horizonte é pra brilhar.*

BRILHO PARA CARLENE

Na estrada que dá acesso ao antigo campo de futebol, construído durante a chegada de Juju a Novo Horizonte, na década de 1970, uma casa modesta, mas delicada, foi construída e chama a atenção de quem transita por ali. Na frente, destaca-se uma área, onde se pode sentar para ver o movimento da rua. O espaço abriga um canteiro de plantas de diferentes tamanhos, cores e espécies, penduradas no teto ou espalhadas pelo chão, em vasos de plástico ou barro. Pela vivacidade que se vê, pressupõe-se que há muito cuidado e água abundante.

A dona da charmosa casa é Carlene Rodrigues, uma senhora simpática que se mudou do povoado da Mata, na região da Tapeira, para a sede do novo município. O desejo da partida brotou durante o plebiscito, quando ela ouviu, em um comício da campanha do 'Sim', que a emancipação faria brilhar um novo horizonte para aqueles que necessitavam dele. Vivendo em condições subumanas, sem acesso a recursos elementares, como a água, ela sentiu sua estrutura tremer diante daquela mensagem de esperança.

Dona Carlene acreditou em dias melhores e votou favorável à separação de Ibitiara. Em 1995, quando a sede de Novo Horizonte presenciava um aumento do número de imóveis, a maioria residências, muito impulsionado pelo êxodo rural, o marido dela, Vangivaldo Oliveira, pedreiro de mão-cheia, foi convidado a cuidar de uma das obras que se erguiam freneticamente na localidade. Ele levou a esposa e os filhos para passar apenas um mês, tempo hábil para a construção, pela velocidade dos trabalhos, e a família gostou muito do que encontrou.

A água encanada e doce, principalmente, encantou a senhora de sorriso fácil. Não ter que andar léguas com baldes na cabeça, várias vezes ao dia, para conseguir o líquido incolor que era, ainda por cima, salgado, foi um conforto que ela quis para si e para os seus. Convenceu o companheiro e eles resolveram esperar um pouco mais na sede do município. Novos serviços

surgiram e não demorou muito para que o casal conseguisse erguer a própria casa.

Aos poucos, os dois foram descobrindo as outras facilidades da vida na cidade, como a luz elétrica, o médico mais acessível, a escola para os filhos, o mercado e a padaria próximos. Não quiseram nem saber de regressar. Muitos anos após a mudança, Carlene foi questionada sobre a grande decisão da sua vida:

- O novo horizonte realmente brilhou para a senhora?
- Se brilhou?! Eu me arrependo é de não ter vindo pra cá antes. Eu adoro tanto isso aqui...

Um sorriso largo empurrou de volta uma lágrima que se preparava para cair dos olhos brilhantes de dona Carlene.

* * *

Ano 2013.

A primeira feira completava exatamente 70 anos. Um sonho de Zé Salão que foi realizado junto com a esposa, Dona, e outros amigos. A feira foi, sem dúvidas, um dos grandes acontecimentos daquela localidade que despontava tímida no horizonte. O comércio popular representou uma grande aposta de Salão naquele lugar que ele escolheu para viver – e para acreditar. Uma demonstração de que era intensa a fé que aquele homem de visões tinha no futuro que construía ali.

Foi durante a primeira feira que aconteceu ainda o rebatismo daquele lugar, que deixou de se chamar Marcelino Gonçalves para ser Novo Horizonte, em 1943, por sugestão do enfermeiro João Oliveira. Apesar de tudo o que representava, aquele ano comemorativo passava despercebido para quem ali vivia. Assim 2013 corria: em branco, comum como qualquer outro ano. Porém, um acontecimento viria para refrescar as lembranças daquele povo.

Pelas ruas calçadas de paralelepípedos de Novo Horizonte, andava já sem muitas forças e procurando sombras uma bisneta de Zé Salão e Dona. Era Cíntia, enfermeira, filha de Lene, neta de

dona Maria. As limitações não eram por conta da idade nem por enfermidade, mas porque ela aguardava, com ansiedade e agruras, pelo segundo filho. A barriga já era um peso insuportável em junho, mês marcado para a nova cria vir ao mundo.

Um susto devolveu a memória a quem, na cidade, guardava as datas locais importantes, quando se espalhou a notícia do nascimento de um descendente de Zé Salão. Cíntia teve o bebê em uma quinta-feira, dia 13 de junho de 2013. Era o dia exato do aniversário de 24 anos de emancipação de Novo Horizonte, no mesmo ano do 70º aniversário da primeira feira.

Festa na praça, pelo aniversário da cidade, e na casa de Cíntia de Lene de Maria de Dona de Zé Salão, que teve dois motivos para comemorar.

Não há espaço para coincidências naquela planície carregada de energias, colecionadora de histórias improváveis, que desafiam até os mais céticos. Batizada de Luiza, a criança, que tem no sangue a esperança destemida dos antepassados, viu, ao nascer, o que o seu trisavô não pôde colher.

Se a vida é mesmo cíclica e nós, os desdobramentos dos que nos antecederam, Luiza pode ser os olhos em fuga de Zé Salão, que voltaram, arrependidos, para ver a novidade plantada naquele horizonte.

É assim que os sonhos de um povo renascem no meio daquelas serras altas e assimétricas. É assim que o horizonte se faz novo.

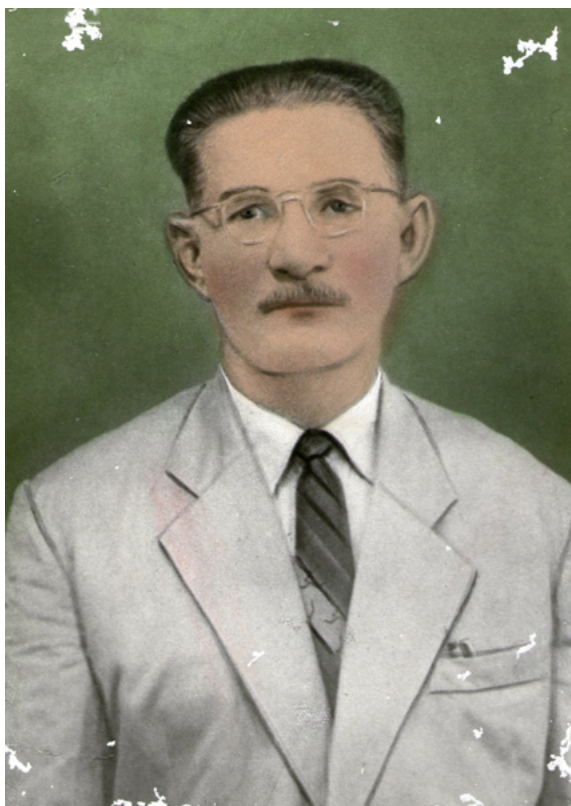


Durante a produção deste trabalho,
alguns personagens citados morreram.
É o caso de dona Maria de Souza, filha de
Zé Salão; de Seu Totôe, uma das lideranças do 'Sim',
durante a emancipação; de José Lopes dos Anjos,
o Zequinha, ex-prefeito; e Elizete Araújo,
ex-primeira-dama.

Esta publicação é, também, em memória deles.



Retratos



**José Firminiano de Souza, ou
Zé Salão, o primeiro e mais
visionário dos líderes locais.**

Arquivo: Maria de Souza



A primeira turma da professora Zaira do Carmo, em 1958.

Arquivo: Laércio Fernandes



O início da feira organizada por Zé Salão. Foto sem data

Arquivo: José Hermes Santos



1050

MAY 1985 01429

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROJETO DE LEI N. 6280/85

PROJETO DE LEI

Cri
desmembrad
A Com
Territorias

Município de NOVO HORIZONTE,
Município de Ibitiara.
o Especial de Divisão
de 30-04-85

[Signature]
Presidente

Assembleia Legislativa

decreta:

Art. 19 - Fica criado o Município de NOVO HORIZONTE, desmembrado do Município de Ibitiara, com os seguintes limites:

Com o Município de Ibitiara:

- começa no prolongamento da reta Caiçara e que passa no lugar Aguada, segue por este prolongamento de reta até o marco no Riacho dos Macacos.

Com o Distrito de Olhos D'Água do Seco:

- começa com o marco do Riacho dos Macacos, seguindo por esta reta até os limites do Município de Boninal.

Com o Município de Boninal:

- começa com os limites do Distrito de Olhos D'Água do Seco até chegar à Serra do Mocambo da Fora, marco divisório do Município de Piatã.

Com o Município de Piatã:

- começa nos limites do Município de Boninal até chegar à Serra da Cerca de Pedra em direção ao rio do Pau de Carvão que deságua no Sertãozinho.

Com o Município do Rio do Pires:

- começa com os limites do Município de Piatã, até chegar no Palmeirão, seguindo ao poente até a serra da Mangabeira, linha divisória do Município de Ibitipitanga.

O primeiro projeto de emancipação elaborado com a ajuda do dep. Barbosa Romeo. Foi rejeitado por problemas com os limites territoriais.

Arquivo: Ajuricaba Lemos

PENSE NO PROGRESSO

- DIA 8 DE JANEIRO DE 1989 -

DIGA SIM

A NOVO HORIZONTE

Colaboração: AJURICABA C. LEMOS - VEREADOR

MERCEARIA VIEIRA - AGENOR VIEIRA COSTA (DÓ)

Pense no progresso:
cartaz da campanha
do 'Sim'.

Arquivo: Ajuricaba
Lemos

**Ibitiara ninguém
divide: cartaz
da campanha
do 'Não'.**

Arquivo:
Ednilton
Guimarães, o Bem

IBITIARA NINGUEM DIVIDE

... é impossível, mas tem Gente que
... dividir Ibitiara. Querer dividir Ibi-
... é como invadir o seu lar, divi-
... sua Casa, separar pai de filho, ir-
... que irmão, amigo de amigo, é como
... barco e não ter vela, ter vela e
... vento, não tem sentido. Não Exis-
... timento. Não é hora de dividir Ibitiara é
... somar, de multiplicar. Ibitiara não é tão
... que não possa ser administrada, existe sim
... senas incapazes para desempenhar tal tarefa.

VOTE NÃO

PARTICIPE DA CAMPANHA

EM DEFESA

DE

IBITIARA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Almirante Cavalle Branco
(Jefe)

MAPA ÚNICO DE APURAÇÃO

ELEIÇÃO PLEBISCITARIA — DISTRITO DE NOVO HORIZONTE

CIRCUNSCRIÇÃO

IBITIARA
MUNICÍPIO

1214
ZONA

SEÇÕES	SIM	NÃO	VOTOS EM BRANCO	VOTOS NULOS	VOTOS IMPUGNADOS	VOTANTES
CEBRANSE	28	40	143	2	0	185
SERAPIM	29	45	136	7	3	191
ALTO	30	47	129	10	0	190
ESTIVA	31	95	119	2	1	217
BROÇO	32	38	128	3	5	174
BROÇO	33	21	100	2	1	124
SUALCRA	34	161	2	3	0	166
B. VISTA	35	121	6	2	2	131
N. H.	36	250	4	2	0	257
N. H.	37	240	3	2	0	245
MARGEM	38	102	36	0	2	140
TATU	39	112	39	1	0	152
REMED.	40	140	81	1	2	224
M. REST.	41	50	72	3	2	127
EOSTA	42	107	4	2	1	114
TAPEIRA	43	130	30	0	14	174
DILHEIROS	44	72	37	2	0	111
TOTAL	1771	1069	44	38	0	2922

NOVO HORIZONTE, 08 DE JANEIRO DE 1989

CONFERE:

VISTO:

Wdo. Cavalle
SECRETÁRIO DA JUNTA APURADORA

Alcides Sant. de Oliveira
PRESIDENTE DA JUNTA APURADORA

O mapa de apuração do plebiscito.

Arquivo: Laércio Fernandes

- Art. 60 - O Município de origem administrativa é o novo Município até a data de sua instalação, compreendendo o território, integridade, limites, os serviços existentes e data de sua criação plebiscitária, plebiscitariamente aprovado pelo povo municipal, e insubordinação ao Município de origem.
- Art. 70 - O plebiscitamento abrange todos os cidadãos eleitores em todas as condições previstas na lei de plebiscito em vigor no Município de origem.
- Art. 80 - O plebiscito no Município criado se dará em 2 (dois) anos, a contar da publicação da Lei de criação, sob o comando do Prefeito, vice-Prefeito e Vereadores.
- Art. 90 - No prazo de quinze dias a contar da publicação desta Lei, o Conselho Municipal de Administração e o Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento deverão elaborar o plano de trabalho para o primeiro ano de funcionamento do novo Município, submetendo-o ao Conselho Municipal de Administração e ao Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento.
- Art. 100 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, restando as disposições em contrário.

COMITÊ DO GOVERNO, em 13 de Junho de 1989.

SELO OFICIAL

JUSTIÇA PABLOZINI JUNIOR

LEI Nº 3.021

de 13 de Junho de 1989

Cria o Município de novo nome, desmembrado do Município de origem, com as seguintes fronteiras:

Art. 10 - Fica criado o Município de novo nome, desmembrado do Município de origem, com as seguintes fronteiras:

Art. 10 - Fica criado o Município de novo nome, desmembrado do Município de origem, com as seguintes fronteiras:

COM O MUNICÍPIO DE IPIRANGA

Concom a parte sul do Município de Ipiranga, com os seguintes limites: ao norte, com o Município de Ipiranga; ao sul, com o Município de Ipiranga; ao leste, com o Município de Ipiranga; ao oeste, com o Município de Ipiranga.

COM O MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DO NORTE

Concom a parte sul do Município de Olho d'Água do Norte, com os seguintes limites: ao norte, com o Município de Olho d'Água do Norte; ao sul, com o Município de Olho d'Água do Norte; ao leste, com o Município de Olho d'Água do Norte; ao oeste, com o Município de Olho d'Água do Norte.

COM O MUNICÍPIO DE BONINAL

Concom a parte sul do Município de Boninal, com os seguintes limites: ao norte, com o Município de Boninal; ao sul, com o Município de Boninal; ao leste, com o Município de Boninal; ao oeste, com o Município de Boninal.

COM O MUNICÍPIO DE PIATÁ

Concom a parte sul do Município de Piatá, com os seguintes limites: ao norte, com o Município de Piatá; ao sul, com o Município de Piatá; ao leste, com o Município de Piatá; ao oeste, com o Município de Piatá.

COM O MUNICÍPIO DE RIO DO PIRES

Concom a parte sul do Município de Rio do Pires, com os seguintes limites: ao norte, com o Município de Rio do Pires; ao sul, com o Município de Rio do Pires; ao leste, com o Município de Rio do Pires; ao oeste, com o Município de Rio do Pires.

COM O MUNICÍPIO DE IPIRANGA

Concom a parte sul do Município de Ipiranga, com os seguintes limites: ao norte, com o Município de Ipiranga; ao sul, com o Município de Ipiranga; ao leste, com o Município de Ipiranga; ao oeste, com o Município de Ipiranga.

Art. 20 - A sede do Município instituído terá o mesmo nome que o atual Município de origem.

Art. 30 - O novo Município instituído é de origem, das eleições municipais, com o mesmo nome que o atual Município de origem, com as seguintes fronteiras: ao norte, com o Município de origem; ao sul, com o Município de origem; ao leste, com o Município de origem; ao oeste, com o Município de origem.

Art. 40 - O plebiscito de instalação será realizado dentro de dois anos, a contar da publicação desta Lei, sob o comando do Prefeito, vice-Prefeito e Vereadores, em todas as condições previstas na lei de plebiscito em vigor no Município de origem.

Art. 50 - A instalação será realizada sob o comando do Prefeito, vice-Prefeito e Vereadores, em todas as condições previstas na lei de instalação em vigor no Município de origem.

Art. 60 - Os serviços municipais existentes no território desmembrado passarão a ser exercidos pelo novo Município, na data de sua instalação, independentemente de plebiscito.

Art. 70 - O Município de origem administrativa é o novo Município até a data de sua instalação, compreendendo o território, integridade, limites, os serviços existentes e data de sua criação plebiscitária, plebiscitariamente aprovado pelo povo municipal, e insubordinação ao Município de origem.

Art. 80 - O Município criado observará todos os procedimentos previstos na lei de criação, restando as disposições em contrário.

Art. 70 - A instalação do Município criado se dará em 2 (dois) anos, a contar da publicação da Lei de criação, sob o comando do Prefeito, vice-Prefeito e Vereadores.

Art. 80 - No prazo de quinze dias a contar da publicação desta Lei, o Conselho Municipal de Administração e o Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento deverão elaborar o plano de trabalho para o primeiro ano de funcionamento do novo Município, submetendo-o ao Conselho Municipal de Administração e ao Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 90 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, restando as disposições em contrário.

COMITÊ DO GOVERNO, em 13 de Junho de 1989.

JUSTIÇA PABLOZINI JUNIOR

LEI Nº 3.021

de 13 de Junho de 1989

Cria o Município de novo nome, desmembrado do Município de origem, com as seguintes fronteiras:

Art. 10 - Fica criado o Município de novo nome, desmembrado do Município de origem, com as seguintes fronteiras:

COM O MUNICÍPIO DE MANGUE DO NORTE

Concom a parte sul do Município de Mangue do Norte, com os seguintes limites: ao norte, com o Município de Mangue do Norte; ao sul, com o Município de Mangue do Norte; ao leste, com o Município de Mangue do Norte; ao oeste, com o Município de Mangue do Norte.

COM O MUNICÍPIO DE CARANGOL

Concom a parte sul do Município de Carangol, com os seguintes limites: ao norte, com o Município de Carangol; ao sul, com o Município de Carangol; ao leste, com o Município de Carangol; ao oeste, com o Município de Carangol.

COM O MUNICÍPIO DE MANGUE DO SUL

Concom a parte sul do Município de Mangue do Sul, com os seguintes limites: ao norte, com o Município de Mangue do Sul; ao sul, com o Município de Mangue do Sul; ao leste, com o Município de Mangue do Sul; ao oeste, com o Município de Mangue do Sul.

COM O MUNICÍPIO DE CARANGOL

Concom a parte sul do Município de Carangol, com os seguintes limites: ao norte, com o Município de Carangol; ao sul, com o Município de Carangol; ao leste, com o Município de Carangol; ao oeste, com o Município de Carangol.

COM O MUNICÍPIO DE MANGUE DO SUL

Concom a parte sul do Município de Mangue do Sul, com os seguintes limites: ao norte, com o Município de Mangue do Sul; ao sul, com o Município de Mangue do Sul; ao leste, com o Município de Mangue do Sul; ao oeste, com o Município de Mangue do Sul.

COM O MUNICÍPIO DE PIATÁ

Concom a parte sul do Município de Piatá, com os seguintes limites: ao norte, com o Município de Piatá; ao sul, com o Município de Piatá; ao leste, com o Município de Piatá; ao oeste, com o Município de Piatá.

COM O MUNICÍPIO DE MANGUE DO SUL

Concom a parte sul do Município de Mangue do Sul, com os seguintes limites: ao norte, com o Município de Mangue do Sul; ao sul, com o Município de Mangue do Sul; ao leste, com o Município de Mangue do Sul; ao oeste, com o Município de Mangue do Sul.

COM O MUNICÍPIO DE MANGUE DO SUL

Concom a parte sul do Município de Mangue do Sul, com os seguintes limites: ao norte, com o Município de Mangue do Sul; ao sul, com o Município de Mangue do Sul; ao leste, com o Município de Mangue do Sul; ao oeste, com o Município de Mangue do Sul.

COM O MUNICÍPIO DE MANGUE DO SUL

Concom a parte sul do Município de Mangue do Sul, com os seguintes limites: ao norte, com o Município de Mangue do Sul; ao sul, com o Município de Mangue do Sul; ao leste, com o Município de Mangue do Sul; ao oeste, com o Município de Mangue do Sul.

COM O MUNICÍPIO DE MANGUE DO SUL

Concom a parte sul do Município de Mangue do Sul, com os seguintes limites: ao norte, com o Município de Mangue do Sul; ao sul, com o Município de Mangue do Sul; ao leste, com o Município de Mangue do Sul; ao oeste, com o Município de Mangue do Sul.

Art. 20 - Integrar o Município de novo nome, a comarca do Município de origem, com as seguintes fronteiras: ao norte, com o Município de origem; ao sul, com o Município de origem; ao leste, com o Município de origem; ao oeste, com o Município de origem.

Art. 30 - O plebiscito de instalação será realizado dentro de dois anos, a contar da publicação desta Lei, sob o comando do Prefeito, vice-Prefeito e Vereadores, em todas as condições previstas na lei de plebiscito em vigor no Município de origem.

Art. 40 - A instalação será realizada sob o comando do Prefeito, vice-Prefeito e Vereadores, em todas as condições previstas na lei de instalação em vigor no Município de origem.

Art. 50 - Os serviços municipais existentes no território desmembrado passarão a ser exercidos pelo novo Município, na data de sua instalação, independentemente de plebiscito.

Art. 60 - O Município de origem administrativa é o novo Município até a data de sua instalação, compreendendo o território, integridade, limites, os serviços existentes e data de sua criação plebiscitária, plebiscitariamente aprovado pelo povo municipal, e insubordinação ao Município de origem.

Art. 70 - O Município criado observará todos os procedimentos previstos na lei de criação, restando as disposições em contrário.

A emancipação de Novo Horizonte, em 13 de junho de 1989, foi confirmada no Diário Oficial do Estado, no dia seguinte.

Arquivo: Biblioteca Pública do Estado da Bahia



Celeste faz o último e emocionado discurso na carroceria de uma caminhonete, durante campanha do 'Sim.

Arquivo:
Celeste
Fernandes



Ajuricaba Lemos, o Juju, em uma carreta na campanha para a primeira eleição de Novo Horizonte.

Arquivo: Ajuricaba Lemos



A igreja de Nosso Senhor do Bonfim, antes de ser rebatizada e demolida.

Arquivo: Colégio Castro Alves



Após a elevação à categoria de distrito, Novo Horizonte ganhou reforma e calçamento da praça. Foto de 1987.

Arquivo: Luciano Santos



Bandeira do Município de Novo Horizonte.

Registro do autor.



**Posse de Washington Abrêu, o Lulu,
primeiro prefeito de Novo Horizonte.**

Arquivo: Lulu



**Vista aérea de sede de Novo Horizonte, 72 anos
depois da chegada de Zé Salão. Foto de 2011.**

Cedida por Vilson Guimarães



SOBRE O AUTOR

Erikson Walla é jornalista e advogado. Nasceu no município de Novo Horizonte, Bahia, onde viveu até os 18 anos, quando se mudou para Salvador, com a intenção de ingressar no ensino superior.

Tem experiências em jornalismo de TV, comunicação política e assessoria de comunicação. Já deu aulas de direito agrário e possui pesquisas em história do direito e em emancipação político-administrativa de municípios no Brasil.

É fotógrafo amador nas horas vagas.

* * *

Este livro foi composto com as tipografias
FranklinGothic URW para os textos,
Marydale para as citações,
Quentin para as capitulares e
Courier New para as legendas.

Versão digital
MARÇO / 2021

A vitória veio e a chuva persistente lavava a alma daquele povo em festa. Os corações antes aflitos restavam calmos por uma certeza: o horizonte de Ibitiara seria, enfim, dividido e retraçado, para que um novo pudesse surgir.

(TRECHO DO LIVRO)



Apoio Financeiro



SECRETARIA DE CULTURA

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA

MINISTÉRIO DO TURISMO

